### Apresentação

Na edição de nº 2091 da revista Istoé, a reportagem *Turismo de Relíquias* narrava a visita das relíquias do santo italiano João Bosco no colégio salesiano Santa Teresinha na capital paulistana. A reportagem fazia menção à visita da urna com as relíquias do santo fundador da congregação que percorreu entre os dias 02 e 19 de dezembro de 2009 algumas casas salesianas na Inspetoria de São Paulo. A divulgação na imprensa e a movimentação dos salesianos e salesianas na acolhida das relíquias fez parte de uma ação da congregação para levar as relíquias para todos os países com presença salesiana até o final de 2015, ano em que se completará 200 anos do nascimento de São João Bosco - Dom Bosco (TURISMO DE RELÍQUIAS, 2009).

O empenho em levar as relíquias para todos os países com presença salesiana pode ser visto como uma tentativa de reforçar a unidade salesiana em torno da figura de seu fundador e o caráter mundial da congregação. A Sociedade São Francisco de Sales, mais conhecida como Salesianos, completou 150 anos de sua oficialização como congregação em 2009. Desse tempo, investidas em novos países e continentes foram feitos por meio de inúmeras ações: de colégios a missões indígenas, do ensino profissionalizante ao acompanhamento com imigrantes, de internatos a obras sociais. Sob o lema "Formar bons cristãos e honestos cidadãos", a congregação enfocou seu trabalho nas crianças e jovens. A ação tomou um caráter educativo, ultrapassando os limites escolares e construindo uma ampla rede de obras salesianas que atualmente se faz presente em 130 países com 3.509 obras (PAULA, 2008, p. 52).

Apesar das proporções da congregação salesiana, sua primeira obra na capital paulistana, o Liceu Coração de Jesus, vem, na atualidade, passando por uma realidade muito menos próspera. Na reportagem de 28 de outubro de 2009 da Folha de São Paulo, foi tratado um assunto que vem alarmando os salesianos: o encerramento de atividades devido à baixa de alunos. Em 2008, foi fechado o fundamental vespertino. Há três anos, os cursos superiores e, há oito, não existe mais aquele que foi o primeiro curso de ensino médio noturno da cidade (CIMINO, 2009). A notícia se estende para o fechamento do curso colegial para o ano de 2010. O resgate do passado da instituição é feito pelo jornalista a fim de dar-lhe uma importância histórica:

O Liceu, tombado pelo patrimônio histórico, acompanhou as mudanças da cidade. No início, chamava-se Liceu de Artes, Ofícios e Comércio e atendia aos filhos dos imigrantes italianos e dos negros libertos, que estudavam, gratuitamente nas oficinas de sapataria e alfaiataria. Mais tarde, serviu como internato para filhos de fazendeiros do café. Depois teve cursos universitários e técnicos.

Hoje, mesmo com todos os problemas, o padre Benedito diz que o Liceu não vai fechar. "Não vamos desistir. Educar é a vida dos salesianos e já investimos muito dinheiro aqui" (CIMINO, 2009, p. C4).

A finalidade inicial da congregação e seu investimento financeiro na obra justificam o interesse dos religiosos em continuarem no Liceu. Por sua vez, a sociedade responde a possibilidade de fechamento com protestos em editoriais e colunas que descreveram o Liceu como "uma das referências em escolas particulares de São Paulo" (ROSSI, 2009); ou ainda a criação do Movimento Viva Liceu, noticiado pelo mesmo jornal no dia 10 de novembro do mesmo ano.

Contudo, a aparição na mídia não ocorreu apenas nesta ocasião. A fala de D. Aquino Correa em 1954 refere-se ao Liceu como uma obra de ciclopes devido à posição da igreja entre os prédios do Liceu que *parece simbolizar o espírito salesiano, em que o trabalho e o estudo se encaminham se abraçam, se unem a oração e o culto* (ISAÚ, 1985, p. 369). Em 1959, na Gazeta Esportiva, o Liceu é retratado como:

Um dos estabelecimentos de ensino da nossa capital que mais se impôs na opinião pública, desde a sua fundação é o Liceu Coração, uma das mais completas escolas paulistanas, a qual há muitos anos vem dando uma orientação certa e segura para quantos o cursam, lapidando-lhes o caráter, ensinando-lhes conceitos, civismo, propiciando-lhes assistência médica contínua e boa cultura, tão necessárias no dia de hoje. Religiões, estudo e esporte são a base (ISAÚ, 1985, p. 358).

Segundo o próprio Isaú, o Liceu ainda recebeu destaque na ocasião de seu centenário (1985) em meios de comunicação como TV Globo, TVS (atual SBT), Rádio e TV Cultura, Jornal Folha de São Paulo, como a única instituição escolar paulista que funcionou ininterruptamente no mesmo local desde a sua fundação (ISAÚ, 1985, p. 358).

Desse modo, percebe-se uma importância histórica atribuída aos Salesianos, e mais especificamente, ao Liceu pela sociedade paulistana. Essa importância foi construída ao longo dos anos.

As ações salesianas pela Argentina e Uruguai possibilitaram a chegada da congregação no Brasil em 1883. Dois anos depois, a congregação se estabeleceu no município de São Paulo, iniciando suas atividades escolares em 1886 com a oferta do ensino primário e profissional. A partir daí, fotografias, prospectos, notícias, testemunham um estabelecimento que foi crescendo com o passar do tempo e tomando um lugar de importância em São Paulo. Essas impressões foram organizadas, divulgadas e preservadas pelos próprios salesianos por meio de memórias institucionais.

Ao detectar a presença dessa memória na imprensa brasileira ao longo dos anos e ainda hoje, pode-se perceber que a memória institucional foi bem sucedida e se estendeu para uma memória coletiva.

Ulpiano Bezerra de Menezes aponta a memória coletiva como um sistema organizado de lembranças cujo suporte se dá por grupos sociais espacial e temporalmente situados (MENEZES, 1992, p. 15).

Por sua vez, Le Goff afirma que a história considerada "nova" (aspas do autor) se esforça para criar uma história científica a partir da memória coletiva:

História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. [...] Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas e gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (LE GOFF, 2003, p. 467).

Enxerga-se o Liceu envolvido em um determinado meio social e político que aceita seus ideais religiosos, sua concepção de criança e de trabalhador e seu objetivo através da educação. Seja pela fé ou por interesses políticos, os salesianos conseguem estabelecer relações de parceria com determinados meios da cidade de São Paulo. A fim de consolidar essas relações, a congregação investe na construção de uma memória envolvida com São Paulo e com um papel de educador e formador de uma infância carente.

A importância de uma memória, e que esta seja aceita por um grupo e por isso seja coletiva, está na definição de uma identidade. O quadro exibido no Arquivo da Inspetoria com um trecho retirado do manual para os diretores salesianos dá pistas sobre o que para os salesianos é identidade: "A memória histórica é um conhecimento de grande *importância*. Não existe, nunca existiu um povo sem seus contos, sem suas lembranças. É um patrimônio, uma herança comum, na qual nos reconhecem como indivíduos e como grupo". (O DIRETOR SALESIANO, 1986, p. 261).

O reconhecimento como indivíduo ou grupo estabelece posturas, costumes e valores típicos de quem faça parte daquela identidade. Dá-se aí outro motivo para a preservação de fotografias, prospectos, reportagens: a memória de atitudes que convenham (ou não) aos salesianos serem relacionadas a sua identidade.

A escolha de alguns desses materiais como objeto de estudo tem a finalidade de compreender o contexto em que foram produzidos e seus efeitos para a representação do Liceu na sociedade paulistana, perseguindo o que Le Goff aponta: "Só a análise do

documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa" (LE GOFF, 2003, p. 536).

Partindo da consideração de Le Goff para os monumentos como a herança do passado e os documentos como uma escolha do historiador (LE GOFF, 2003, p. 526), os prospectos, fotografias, notícias e correspondências aqui propostos como documentos tem a finalidade de serem compreendidos como monumentos, ou seja, como instrumentos salesianos para a construção da memória coletiva. Seja por invocarem lembranças ou discursos, esses monumentos representaram um Liceu participativo na sociedade, vigilante com seus meninos e voltados à ação social em São Paulo.

Essas características perpetuaram-se na memória divulgada pelos próprios salesianos, chegando a mim na década de 1990 quando comecei meu convívio com os salesianos. Esta convivência iniciou na minha infância, por volta dos dez anos de idade. Quando meus pais começaram a frequentar as missas com os padres salesianos, e eu conheci o Oratório Salesiano<sup>1</sup>. Recordo-me da alegria daqueles salesianos, a forma despojada com que conversavam e o ambiente regado de música, apresentação de teatro. Isso era em Pindamonhangaba, onde os salesianos possuem uma grande casa, com um lago e uma bela vista para a serra da Mantiqueira. Todos esses detalhes resultavam em uma experiência agradável para nós. A relação com os salesianos estendeu-se e permanece até hoje. Minha mãe, atualmente, é presidente do grupo dos cooperadores<sup>2</sup> na minha cidade natal. E eu, depois de me mudar para São Paulo por conta da graduação, trabalhei por dois anos e meio no Arquivo do que é considerado o centro dos salesianos na capital, a Inspetoria Salesiana de São Paulo. Nesse serviço, tive a oportunidade de vivenciar os salesianos de uma maneira mais burocrática e administrativa, apreendendo as regras de uma instituição hierárquica. Tive ainda a liberdade de pesquisar seus documentos históricos, explorar suas fontes e ter contato com uma historiografia salesiana. Dessa forma, posso retrospectivamente perceber que recebi uma educação salesiana sem ter sido aluna salesiana.

Nessa vivência cultivei uma curiosidade em relação à dimensão que se dava ao Liceu. Em especial pelo sacerdote Mário Quilici, que ao ser meu superior imediato,

.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Considerada a obra básica dos salesianos, o Oratório Festivo Salesiano promove em espaço católico um relacionamento próximo dos padres com as crianças através de brincadeiras e jogos intermediados por orações e lições de catequese.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Cooperadores Salesianos formam uma subdivisão da Família Salesiana. Criada pelo seu fundador, Dom Bosco, tem como objetivo reunir os leigos e colaboradores dos Salesianos em uma associação com organização e regras próprias. Sua origem e objetivos serão tratados posteriormente.

transmitia-me suas lembranças como ex-aluno, ex-diretor e residente naquele local há mais de 50 anos. Chamava-me a atenção o modo como um estabelecimento daquele podia despertar tanto orgulho e ao mesmo tempo estar minguando seu número de alunos e sua movimentação. Fazia-se necessário para mim, no lugar de historiadora, entender a importância dada ao Liceu naquela cidade.

Ao procurar a bibliografia salesiana, obras memorialistas reforçam a grandiosidade do Liceu. O primeiro cronista a publicar livros foi o sacerdote Luiz Marcigaglia. Diretor do Liceu em dois mandatos, o sacerdote presenciou, em 1924, três granadas, lançadas em um levante militar, atingirem o Liceu. A experiência resultou no livro *Férias de julho* e na construção da Capela dedicada a Santa Teresinha, que em 1940 se transformaria em paróquia salesiana. Após o diretorado na casa de Niterói, Marcigaglia voltou a ser diretor do Liceu entre os anos de 1934 a 1940. Posteriormente com a saúde abalada, o sacerdote foi incumbido pela congregação de escrever a história da obra de Dom Bosco no Brasil. Tarefa que desempenhou em dois volumes, o primeiro lançando em 1955 *Os Salesianos no Brasil – Ensaio de crônica dos primeiros vinte anos da Obra de Dom Bosco no Brasil – Ensaio de Crônica dos segundos vinte anos da Obra de Dom Bosco*. No ano seguinte, o sacerdote faleceu (VITOR, 1975, p. 28-70).

Riolando Azzi, Antônio Ferreira e Manoel Isaú seguiram o seu caminho de pesquisa e publicações. Azzi foi responsável por diversas coleções sobre a história salesiana (*A Obra de Dom Bosco no Brasil* em 4 volumes, *Os Salesianos no Rio de Janeiro*). Entretanto, o escritor desligou-se da congregação, mas prosseguiu sua pesquisa na área de filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Ferreira foi, durante dez anos, pesquisador no Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa em Barbacena, onde atuou fazendo pesquisas, publicando artigos e livros, ministrando palestras e cursos de salesianidade<sup>4</sup>. Dentre os livros publicados, encontra-se a edição crítica do livro Memórias do Oratório São Francisco de Sales, um dos livros fundadores da historiografia salesiana<sup>5</sup>. Isaú, por sua vez, defendeu, em 1976, sua dissertação de

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> As informações mais recentes encontradas sobre o autor foi no Sistema de Currículo Lattes, certificado pelo mesmo em 15 de março de 2007, onde Azzi estava como professor titular do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. (http://lattes.cnpq.br/1503761926588025 accessado em 21 de janeiro de 2011)

In http://www.csdp.salesianos.br/Historico, acessado em 21 de janeiro de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A obra Memórias do Oratório se refere a reunião dos escritos de Dom Bosco entre 1873 e 1879, tratando sobre seus sonhos e suas ações relacionadas a 1815-1854. É considerada por Ferreira como um verdadeiro manual de pedagogia e de espiritualidade por contar histórias, casos e procedimentos servindo, nas palavras do próprio fundador, de "norma para superar as dificuldades futuras, aprendendo as lições do passado" (BOSCO, 2005, p. 17). Foi editada por Pietro Braido pela primeira vez em 1946 sob um aspecto

mestrado Ensino profissional nos estabelecimentos de educação dos salesianos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ,em 1999, sua tese As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação no Brasil, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Além dos próprios salesianos, é grande o número de pesquisadores não religiosos que se dedicaram a estudar a congregação no que tange suas obras ou seu sistema preventivo. Dentre eles, destaco aqui teses e dissertações relevantes para a pesquisa do presente trabalho. A tese de Luiz Antonio Hunold de Oliveira Damas, A Preventividade na educação Salesiana: Gênese e desenvolvimento até sua consolidação no Ensino Superior faz uma leitura da ideia de preventividade como critério das ações da congregação. Em termos de obras salesianas, a dissertação de Adilson José Francisco, Apóstolos do progresso: A prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919) faz uma abrangente reflexão sobre o sentido de modernização no século XIX e no Mato Grosso, situando as ações salesianas frente a esses sentidos. Sobre São Paulo, a dissertação de Dorcelina Rampi, A formação de professoras da Escola Normal do Colégio Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937), apesar de ter um recorte cronológico posterior a esta pesquisa, oferece uma oportunidade de comparação ao apresentar os ideais da congregação salesiana aplicados em uma obra feminina. Finalmente, a tese de Andréia Dalcin, Cotidiano e Práticas salesianas no ensino de matemática entre 1885-1929 no colégio Liceu Coração de Jesus de São Paulo: construindo uma história, que embora enfoque o ensino de matemática, aproxima-se desta pesquisa por tratar das regras e práticas escolares como forma de perceber as mudanças do ensino em relação às reformas educacionais da época e das relações sociais, culturais e econômicas entre Estado, Igreja e Sociedade. Todavia Dalcin assume a dimensão e importância atribuída ao Liceu pelos pesquisadores salesianos.

Por essa razão, e também por ter como referência os trabalhos anteriores dos pesquisadores salesianos, tomo aqui a obra Liceu Coração de Jesus de Manoel Isaú como a vertente com a qual dialogo, opondo-me, porém, com a dimensão por ele dada a esse estabelecimento.

Logo no início deste livro, Isaú afirma: "O Liceu é a Casa-Mãe dos salesianos no Brasil. Sua história é rica, variada e até emocionante. Aliás, não parece exagerado afirmar que se confunde com a história de São Paulo...". (ISAÚ, 1985, p. 12).

Nas páginas seguintes, o autor apresenta fatos que considera relevantes na conquista de importância do Liceu em São Paulo. No campo cultural, o estabelecimento foi o primeiro possuidor de uma máquina projetora de filmes cinematográficos. Em seu teatro, apresentou inúmeras peças encenadas por seus alunos de diversos temas, alcançando o auge entre os anos de 1939 e 1944 com uma média anual de 24 peças. Junto aos seus alunos, formou o grupo musical Canarinhos Liceanos, que em 1957 venceu o campeonato de fanfarras da TV, chegando, em 1985, a ter mais de 80 discos gravados. O destaque cultural também se dá pela formação de personalidades ilustres, como os artistas Grande Otelo, Noite Ilustrada, Sérgio Cardoso, Toquinho; como o cineasta Primo Carbonari e o escritor Monteiro Lobato. A formação de personalidades ilustres estende-se para o universo esportivo, com os jogadores de futebol Ministrinho e Araken Patusca e o piloto de Fórmula 1, José Carlos Pace; e político, com os governadores de São Paulo, Fernando Costa e Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto; e o médico e fundador da Universidade Estadual de Campinas, Zeferino Vaz (ISAÚ, 1985, p. 386-388).

O Liceu é apresentado por Isaú como um estabelecimento escolar dinâmico. As suas mudanças concediam-lhe um caráter eclético. Iniciou-se em 1885 com ensino primário e profissional e, em 1894 é fundada a primeira Escola de Comércio do estado de São Paulo. Essa sua primeira fase é considerada como tipicamente profissional, com clientela pobre e carente. Sua periodização vai até 1915 (ISAÚ, 1985, p. 11). No ano seguinte, inicia-se o ensino secundário e em outubro de 1921 é reconhecido pelo Congresso Federal o Curso de Comércio do Liceu. O crescimento desse curso possibilitou, em 1941, a formatura dos primeiros alunos da Faculdade de Estudos Econômicos como bacharéis em Ciências Econômicas. O paraninfo da primeira turma era também um ex-aluno do Liceu, o governador do estado Fernando Costa (ISAÚ,1985, p. 355).

No ano de 1944, o Liceu, com exceção da faculdade de teologia, oferecia todas as atividades salesianas que eram exercidas no estado de São Paulo: oratório, curso primário, ginasial secundário, complementar, comercial, faculdade, aulas noturnas, internato, externato, ex-alunos, cooperadores, trabalho em paróquias e capelas, seminário nos períodos de férias (ISAÚ,1985, p. 352). Entretanto, esse leque de

atividades começou a se restringir no ano seguinte. Em 1945, o primeiro e segundo ano do primário no internato foi extinto e, em 1964, toda a seção de internato. Na década de 70, o ensino profissionalizante tornou-se a principal seção do estabelecimento, chegando a alcançar, em 1976, 3.167 alunos (ISAÚ, 1985, p. 365).

Os dados recolhidos na obra de Isaú servem para expor a atuação cultural e a variedade de atividades desempenhadas pelo Liceu, que ao longo dos anos foram retratadas com um caráter de grandeza. Penso a instituição de modo diferente: um lugar em constante negociação e adequação de seu formato para angariar apoio de grupos sociais. Enquanto Isaú confunde a história do Liceu com a de São Paulo, enxergo a história do estabelecimento inserida na da cidade.

As produções culturais e os ensinos oferecidos foram desenvolvidos à medida que a cidade apresentava grupos que os pudesse/quisesse consumir. Assim, penso ser adequado afirmar que o Liceu formava tipos de alunos conforme determinados grupos da sociedade desejavam ou precisavam.

Elsie Rockwell chama a atenção a partir de algumas metáforas (*huellas*, *bardas* e as *veredas*<sup>6</sup>) para a relação contínua dos espaços da escola com a sociedade, meio em que a instituição está inserida. As propostas de Elsie Rockwell perseguem o que Dominique Julia aponta nas normas, nas condutas e no conjunto de práticas: a cultura escolar. Julia declara que o meio de estudar a cultura escolar é apenas através das relações, conflituosas ou pacíficas de cada período histórico, com o conjunto das culturas a ela contemporâneas (religião, política, cultura popular) (Julia, 2001, p. 10).

A partir desses dois autores, percebi que a interferência que o entorno social provoca na escola e também o que a escola provoca em seu meio, produz regras, práticas, públicos específicos para o estabelecimento escolar. Da mesma maneira, Luciano Mendes de Faria Filho "Instrução Elementar no século XIX": "A escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social". (FARIA FILHO, 2000, p. 136).

Ao desnaturalizar o lugar da instituição escolar e historicizar seu surgimento, penso o Liceu como um estabelecimento escolar moldado conforme o contexto histórico e os condicionantes sociais do espaço em que se instalou.

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A fim de conservar as particularidades lingüísticas, os termos foram conservados em seu idioma original.

Em concordância com a relação da escola em seu meio, André Petitat discorre sobre a forma que a instituição escolar e a sociedade foram produzidas a partir da Europa medieval. Para ele, os conteúdos simbólicos, os métodos, os agentes e públicos de cada escola são usados para defini-la (PETITAT, 1994, p. 200). Dessa forma tem-se em cada instituição escolar um agrupamento e seleção desses itens conforme uma articulação sócio-cultural própria. Ao pensar na especificidade da escola como sendo uma instituição, o autor, através de uma abordagem sócio-histórica, aponta a função reprodutora e produtora da sociedade: "A escola não faz mais do que produzir as condições de reprodução dos grupos sociais em posição dominante ou dominada, enquanto que participa da produção e da transformação destes mesmos grupos". (PETITAT, 1994, p. 194).

Assumindo a característica de produtora e reprodutora da sociedade, a escola e a educação não podem ser entendidas fora do contexto que mantêm com o restante da sociedade. A evolução da escola somente faz sentido através de suas relações com os grupos sociais e com as condições gerais que a envolvem (PETITAT, 1994, p. 37). Ao envolver a formação de alunos e docentes, estabelecer espaços e tempos, desenvolver formas de comunicação, a escola através do processo de escolarização modifica a sociedade ao seu redor.

Na mesma direção o historiador português Justino Magalhães aborda a escola. Observando-a sob o ponto de vista de uma historiografia crítica e complexa das instituições educativas, Magalhães aponta as obras de Julia, Nóvoa, Petitat, Viñao Frago, Briand e Chapoulie, Desaulniers, Derouet, Nosella e Buffa, como as contribuições teóricas e metodológicas que juntamente com uma abertura interdisciplinar, proporcionam uma historiografia problematizante, interpretativa, conceitual, a qual "implica, designadamente, no desvelo dos móbeis de ação e enquadramento dos atores, inquirindo-os do ponto de vista político e simbólico, e a construção de quadros decisórios (dilemáticos, propabilísticos, projetivos, regressivos)" (MAGALHÃES, 2004, p. 136).

Ao focar nos sujeitos e nos motivos que os levam a praticar certa ação, o autor questiona seus sentidos políticos e simbólicos para melhor compreender a escola e possibilitar uma contextualização mais ampla a partir, do que o autor chama, de quadros multidimensionais.

No Brasil, Luciano Mendes de Faria Filho também estende a ação escolar para além dos "muros" da escola. O autor considera que seus efeitos irradiam para o

conjunto da sociedade em referenciais importantes para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais (FARIA FILHO, 2002, p. 17). Dando-se os dois sentidos para o processo chamado de escolarização:

Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à "organização" de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis, seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, o mais das vezes, moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados (FARIA FILHO, 2002, p. 17).

O estudo da escolarização em um sentido amplo ou específico tem como objetivo pensar como a determinação e transmissão de conhecimento se dá em múltiplas facetas de tempos e espaços próprios. Porém em ambos os casos, a escolarização causa impacto no conjunto da vida social, atestando a escola como produtora e produto da sociedade.

Sendo assim, enxergo o Liceu nesse quadro teórico, como um produto de interesses, crenças, visões de um determinado tempo que ao se relacionarem criaram uma lógica educativa própria daquele espaço, ajudando a produzir e reproduzir ideais e funções atribuídas a grupos específicos.

A fim de compreender essa lógica, volto-me aos anos iniciais do Liceu: 1885, ano da chegada dos salesianos em São Paulo, até 1910 quando o colégio completava 25 anos. Enquanto Isaú indicava o ano de 1915 como o limite da fase profissional, esta dissertação encerra-se cinco anos antes, uma vez que se enxerga no ano de 1911 o início das construções de um Liceu de maiores dimensões, disposto a aumentar seu número de alunos a partir de novas atividades. A consolidação da importância do Liceu para os salesianos é sinalizada em 25 de março de 1909, com a elevação do Liceu a categoria de Casa Salesiana Central (CORREIO PAULISTANO, 1909). Na ocasião das comemorações do 25º aniversário do Liceu, é apontada uma fase de expansão das suas dependências. A edição comemorativa da Santa Cruz (ago/1911) confirma esta expansão, referindo-se ao aumento de suas instalações. Luiz Antonio Cunha, ao estudar o ensino de ofícios no Brasil, dedicou um capítulo ao ensino dos salesianos, e sobre este atesta a sua transformação:

Enquanto, até 1910, as escolas profissionais salesianas formavam um quase sistema de ensino profissional, a partir dessa data elas entraram num período de decadência, quando passaram a ser meros "anexos" dos liceus, que nada mais tinham de artes nem de ofícios. Isto se deveu, em primeiro lugar, à concentração das atenções dos padres no ensino secundário e no ensino

comercial, de larga aceitação, este último sem similar no país; em segundo lugar, à longa duração de aprendizagem, o que incentivava a evasão antes do seu término; em terceiro lugar (pelo menos no estado de São Paulo onde as escolas salesianas se multiplicaram aproveitando os contatos favoráveis com a colônia italiana), à competição das escolas profissionais criadas pelo governo, principalmente as escolas de aprendizes artífices. (CUNHA, 2000, p. 56)

Esta dissertação coloca-se de acordo com a visão de Cunha, uma vez que a competição citada se inicia a partir do decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, com a criação da Escola Profissional Feminina e da Escola Profissional Masculina, ambas implantadas no Brás<sup>7</sup>. Diante das novas configurações do ensino profissional público, o congresso salesiano de 1915 transfere as escolas profissionais para a casa salesiana no Bom Retiro – mais próximo dos operários situados nas regiões do Brás e Bom Retiro. No Liceu permanecem apenas as oficinas de tipografia, justamente as que davam mais lucro (CUNHA, 2000, p. 56). Junto à tipografia e ao ensino primário, inicia-se em 1916 o ensino secundário.

Petitat ao postular que a seleção dos conteúdos escolares liga-se a uma seleção dos públicos escolares, alerta contra a redução da escola a uma triagem de indivíduos, visto que a escola seleciona também conteúdos simbólicos e métodos, e estas seleções somente tem sentido se conjugadas. Estas são articuladas para grupos sociais de acordo com mecanismos que variam com o momento histórico. O autor aponta a escola como uma articulação seletiva de conjuntos e grupos sociais, que participa de sua produção e de sua reprodução. (PETITAT, 1994, p. 38)

A partir disso, penso ser possível ver o Liceu como uma articulação seletiva de conjuntos e grupos sociais paulistanos. A formação voltada ao trabalho juntamente com o caráter religioso-moral e humanístico, oferecida pelos salesianos através do ensino primário e profissional, era voltada a determinados cargos e possibilidades de atuação. Ao apreender a lógica educativa do Liceu é possível entender a quais grupos os salesianos se dirigiam. A orientação do Liceu a determinados grupos aponta para suas negociações em busca de apoios e recursos para se firmar na cidade paulistana, a qual, no final do século XIX, se apresentava em pleno desenvolvimento e urbanização. Além das diferentes propostas escolares que ali se estabeleceram.

<sup>7</sup> In

www.etecarlosdecampos.com.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=120&Itemid=142, acessado em 24 de janeiro de 2010.

Ao voltar-me para as origens do Liceu, pretendo exercitar o que Varela e Alvarez-Uria propõem em seu artigo "Maquinaria escolar":

Abordar seu passado para que nos ajude a decifrar o presente, rastrear continuidades obscuras por sua própria imediatez, e a determinar os processos de montagem das peças mestras, seus engates, para que servem e a quem, a que sistemas de poder estão ligados, como se transforma e se disfarçam, como contribuem, enfim, para tornar possíveis nossas condições atuais de existência (VARELA; ALVAREZ-URIA; 1992, p. 69)

A fim de pensar com esses questionamentos as condições históricas da existência da escola no interior da nossa formação social, os autores assumem ser um projeto ambicioso e possível apenas de forma coletiva. Propõem-se<sup>8</sup> a determinação de processos de montagem de suas peças mestras. Na prática, a proposta se realiza ao apresentar as condições sociais como um dos componentes para a definição da infância, o surgimento da escola como um espaço específico, o desenvolvimento de profissionais dotados de técnicas específicas para a educação dessa infância, a institucionalização dessa forma como a única de socialização das crianças e, sua obrigatoriedade imposta pelo Estado (VARELA; ALVAREZ-URIA 1992, p. 69).

Dentro desse cenário geral desenhado pelos autores, analisa-se o Liceu como um espaço próprio para a educação da infância e possuidor de peças que ao longo dos anos se transformaram. Estudar as razões e os modos que os salesianos iniciaram suas práticas na cidade de São Paulo pretende ser a maneira de abordar os processos de montagem das peças mestras, a partir dos seus primeiros 25 anos. Ao se colocar como formadores de operários, os salesianos precisavam demonstrar resultados a fim de se consolidar na área educativa e consequentemente, angariar mais apoio e recursos para seu trabalho.

Diante disso, propõem-se três questões para a abordagem das peças mestras do Liceu nos seus primeiros 25 anos: Quais os motivos dos salesianos chegarem a São Paulo? Como o sistema preventivo de Dom Bosco foi aplicado no Liceu? Como esse formato foi apresentado e divulgado para a sociedade paulistana?

As respostas para estas perguntas são desenvolvidas nos 3 capítulos deste trabalho e se baseiam nos prospectos, estatutos e também em fotografias, circulares,

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> As ideias dos autores presentes no artigo publicado em 1992 pela Revista Teoria&Educação são correspondentes ao primeiro capítulo do livro de mesmo título publicado no ano seguinte na Espanha. O livro desdobra a temática da infância nas figuras da infância, nas ideias ilustradas referentes à infância e ao seu desenvolvimento na educação popular, na escola obrigatória, na constituição da infância deficiente e delinqüente e na escola para estes, além da escola empresa e da relação da pedagogia e da reforma educativa com as classes sociais (Varela; Alvarez-Uria, 1993).

cartas, convites, recortes de jornais encontrados nas dependências do Arquivo da Inspetoria. Deve-se ainda citar o uso de dois periódicos, o Boletim Salesiano, originalmente em italiano e que a partir de 1903 contou com edição brasileira; e a Revista Santa Cruz, publicada primeiramente em outubro de 1900 com a proposta de ser uma revista de religião, letras, artes e pedagogia com objetivo de formação de uma elite intelectual católica (Wernet, 1985). Posteriormente, conforme a pesquisa foi requisitando, fui ao Arquivo da Secretaria do Liceu. Apesar de enfrentar certa dificuldade para entrar, tive neste a oportunidade de consultar os livros de matricula sequenciais a partir de 1887. Entretanto, alguns deles não ousei manusear devido as precárias condições de conservação.

A trajetória de pesquisa sinaliza na documentação, organização e estado de conservação, tal como foi encontrado, o estado da situação gerado pelas práticas e pela rotina da instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 137). Conservados no Arquivo, os documentos carregam valores que os produziram e outros que permitiram sua conservação. Dessa forma, como aponta Le Goff, o acesso a determinados documentos sinaliza para as práticas de conservação e prioridade ao que interessa conservar, atestando a parcialidade em que uma pesquisa se inicia:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade de sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram (LE GOFF, 2003, p. 537-8)

Como escolha do historiador, os documentos em que se baseia esta pesquisa carregam em si uma condição dupla de parcialidade, uma vez que o material foi selecionado, montado e conservado pela congregação e selecionado e atribuído de valores conforme a época e as experiências daquele que escreve. Apesar disso, tenta-se aqui com base nos referenciais acima discorridos, diferenciar-se do olhar institucional apresentando por Isaú. Tem-se, assim, o objetivo de pensar o estabelecimento dos salesianos como uma montagem de peças que deu inicio a um processo de escolarização, uma vez que este constantemente se relacionou com segmentos da sociedade.

Feitas essas considerações, o primeiro capítulo versa sobre os motivos dos salesianos chegarem a São Paulo. Para responder a essa questão, o capítulo se debruça

primeiramente na origem dos salesianos e do Sistema Preventivo. Em seguida localiza sua chegada na cidade como parte do processo de expansão. A contextualização da cidade no período da chegada da congregação permite a compreensão dos motivos de sua vinda. O quadro que se desenha a partir dos interesses da Igreja Católica e da concorrência com as iniciativas protestantes definem o lugar que os salesianos pretendem ocupar na cidade.

Para responder como os salesianos agiam dentro do Liceu são analisados, no segundo capítulo, duas categorias: o tempo e o espaço, como critérios para construção de formatos de ensino que melhor atingissem a sociedade. Os formatos resultantes estabeleceram e propuseram a seus alunos um modo de vida, de comportamento que os formavam para uma prática profissional e religiosa. Da mesma maneira, as concepções do tempo e do espaço determinaram ao Liceu características e grupos para se relacionar, estabelecendo clientelas e apoios.

Finalmente, o terceiro capítulo se ocupará dos documentos que apresentam os salesianos à sociedade. Por meio de fotografias, jornais e cartões, o discurso salesiano apresenta-se em relação a seus trabalhos e objetivos à sociedade. A intenção de convencimento também aborda as reações contrárias na sociedade, localizando os interesses e o papel do Liceu no cenário paulistano.

Ao versar sobre o modo em que os salesianos desenvolvem suas atividades educativas e como este é apresentado para a sociedade, é sinalizada uma ação sócio-cultural que os salesianos se prontificam a concretizar. Ao realizar seu processo de escolarização, sua proposta institucional é inserida em uma sociedade, condicionando-se a determinados grupos sociais.

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudança de atitudes e pela interiorização de valores (MAGALHÃES, 2004, p. 145)

Dessa forma pretende-se, ao estudar a implantação do Liceu na cidade de São Paulo, abordar sua dimensão sociocultural no que diz respeito ao que de fato, o Liceu transmitiu, produziu e socializou nos seus primeiros 25 anos.

### 1 Os Salesianos em São Paulo

# 1.1 Uma congregação católica na Itália do Risorgimento

Na Europa do século XIX, os valores iluministas se faziam presentes nas correntes liberais. Das lutas que ficaram conhecidas como Primavera dos Povos (1848), constituíram-se iniciativas para destruir tanto os Estados Absolutistas quanto a parceria entre a Igreja Católica e o Estado Nacional<sup>9</sup>. Na Itália o período do processo político-cultural de renovação da vida italiana ficou conhecido como *Risorgimento*<sup>10</sup> (Barbanti, 1983), o qual visava à unificação dos vários domínios políticos em um só Estado Nacional. Entretanto para manter a capital em Roma, deveria ser resolvido o impasse com o Papa Pio IX que se recusava a entregar a cidade aos revolucionários.

Enquanto esses episódios agitavam e abalavam a sociedade italiana, um sacerdote reunia jovens operários para, nos seus dias de folga, propor-lhes atividades recreativas alternadas com a entoação de cânticos, aulas de catecismo e prática dos sacramentos. Esse sacerdote se chamava Giovanne Bosco ou Dom Bosco, como ficou conhecido. O local era a província do Piemonte, região onde se vivenciava os aspectos positivos e negativos da modernização como consequência da Revolução Industrial. Sobre a relação com jovens provindos de diversas localidades que moravam em Turim para trabalhar, o próprio Dom Bosco narrou em suas memórias essa prática:

Consagrava o domingo inteiro à assistência dos meus meninos; durante a semana ia visitá-los em seus trabalhos nas oficinas e nas fábricas. Isso muito consolava os rapazes, que viam um amigo interessar-se por eles; e agradava aos patrões, que ficavam satisfeitos por terem sob sua dependência rapazes assistidos durante a semana e sobretudo nos domingos, os dias mais perigosos.

Todos os sábados ia às prisões com os bolsos cheios de fumo, ou de frutas, ou de pãezinhos, sempre com o fito de atender aos rapazes que tinham a desgraça de serem encarcerados, e assisti-los, torná-los amigos e conseguir que viessem ao Oratório ao deixarem o lugar de castigo. (BOSCO, 2005, p. 128)

Esse era o primeiro público do sacerdote, que ao disponibilizar um espaço religioso com brincadeiras e músicas, criava o Oratório Festivo. A proposta de Dom Bosco seguia o ideal de preventividade. A ideia de preventivo teve início no Congresso

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Sobre a oposição das ideias liberais ao absolutismo, Hobsbawn considera que as revoluções de 1815-48 ocorreram porque os sistemas políticos novamente impostos à Europa eram profundamente e cada vez mais inadequados, num período de rápida mudança social, para as condições políticas do continente, e porque os descontentamentos econômicos e sociais foram tão agudos a ponto de criar uma série de erupções inevitáveis. (HOBSBAWN, 2003, p. 163)

O termo em maiúsculo é reconhecido no idioma italiano como o período histórico no século XIX, no qual ocorreu a independência e unificação italiana (*Parola Chiave: dizionario di italiano per brasiliani*, Carlo Alberto Dastoli (trad.), São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 647)

de Viena (1814-1815), se caracterizando pelo combate às ideias liberais que após a Revolução Francesa tiveram grande simpatia na Europa. Buscando restaurar o Antigo Regime, a ideia visava evitar a maior circulação desses ideais. Ao longo do século XIX a ideia de prevenção é desenvolvida nos setores político, social, jurídico-penal assistencial, escolar-educativo e religioso (BRAIDO, 2004, p. 29). No campo escolareducativo e religioso, antecessores a Dom Bosco desenvolveram iniciativas católicas que se voltaram à infância carente e propuseram a esta uma educação voltada para a formação ao trabalho. Ações como as dos sacerdotes italianos Ferrante Aporti (1791-1858) na região de Cremona e de Ludovico Pavoni (1784-1849) em Brescia abriram caminho para a ação de Dom Bosco no que diz respeito à criação de institutos e colégios de artes (como é o caso do Instituto Barnabé criado por Pavoni ou a Escola Infantil de Caridade por Aporti), a criação de escolas agrícolas e oficinas de tipografia (desenvolvidas por Pavoni), ou ainda a escrita de métodos de ensino, como é o caso do Manuale di Educazione e Ammaestramento per le Scuole Infantile escrito por Aporti ou, finalmente, a instituição de uma congregação, como é o caso da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, criada a partir das ações de Pavoni. O mesmo ocorreu na França, com as ações de Marcelino Champagnat que originou a congregação dos Maristas.

Dessa forma a ação de Dom Bosco com jovens operários ou presidiários fazia parte de uma linha preventiva que circulava pela Europa. A satisfação dos patrões e a do próprio religioso sinalavam positivamente para a ação preventiva ao afastar os jovens operários do que consideravam perigoso. Ao patrão, os ideais liberais poderiam se converter em ideias socialistas que contestassem a divisão das riquezas produzidas, as longas jornadas de trabalho e as baixas remunerações. Ao sacerdote a aproximação aos ideais liberais poderia apresenta-los às ideologias protestantes. Dessa maneira, a preventividade se mostrou como o caminho para tratar a massa jovem de trabalhadores que chegavam à região do Piemonte.

Inovando em uma prática religiosa já existente e se voltando à preventividade, Dom Bosco conseguiu apoio para seu empreendimento. Mesmo assim, o Oratório teve de passar por diferentes locais provisórios até ter seu espaço definitivo. Antes de se fixar em definitivo, o sacerdote italiano se instalou no terceiro andar de um prédio construído por uma dama da alta sociedade, Marquesa Barolo, para inicialmente ser um hospital.

Era o lugar escolhido pela divina Providência para a primeira igreja do Oratório. Começou a chamar-se de São Francisco de Sales por duas razões: primeira, porque a marquesa Barolo tencionava fundar uma congregação de

sacerdotes sob esse título, e com essa intenção encomendara o quadro do santo que ainda hoje se pode ver à entrada do local; segunda, porque como tal ministério exige grande calma e mansidão, havíamo-nos colocado sob a proteção deste santo, para que nos alcançasse de Deus a graça de imitá-lo em sua extraordinária mansidão e na conquista das almas. Outra razão era a de colocar-nos sob sua proteção a fim de que no céu nos ajudasse a imitá-lo no combate aos erros contra a religião, especialmente do protestantismo, que começava a insinuar-se insidiosamente nos nossos povoados e, sobretudo na cidade de Turim. (BOSCO, 2005, p. 137)

Apenas mais tarde, o religioso conseguiu se transferir para o terreno que se tornaria definitivamente o Oratório São Francisco de Sales, no bairro Valdocco, periferia de Turim. Entretanto, o nome do padroeiro permaneceu o mesmo, uma vez que nele coincidiam os objetivos do empreendimento com os desejos de uma aristocrata. São Francisco de Sales inspirava não só o nome do Oratório, mas os objetivos de suas ações. Posteriormente, quando as práticas do Oratório foram institucionalizadas em uma congregação, São Francisco de Sales se tornou também o padroeiro da nova fundação.

O santo viveu no século XVI, sob a agitação da Reforma Protestante e da Contra-Reforma. Filho de uma família nobre, nasceu em 1567 na Savóia e se formou em Jurisprudência em Pádua, apesar de ter se dedicado desde cedo à vida eclesiástica. Durante esta se empenhou em pregar a fé católica entre os calvinistas de Genebra. Inicialmente, Sales transmitia mensagens religiosas por meio de panfletagem, o que lhe rendeu tornar-se padroeiro dos jornalistas e dos que trabalham com comunicação de massa. Posteriormente, em 1599 foi nomeado bispo auxiliar e, três anos depois, bispo titular da diocese de Genebra. O bispo publicou ao longo de sua vida três obras, *Introdução à vida devota; Colóquios espirituais; Tratado do amor de Deus* nas quais se direciona ao fiel cristão e trata da vida e das dificuldades ao se assumir o evangelho. A última obra trata do amor de uma maneira mais teológica e psicológica, entendendo o amor natural como a necessidade inata de se doar e derrotar o individualismo (CERINOTTI, 2004, p. 266- 267).

Esse modelo de fé inspirou Dom Bosco a também investir na escrita e publicação como forma de divulgação dos ideais católicos. Constata-se, portanto, durante a vida de Dom Bosco não só uma série de publicações<sup>11</sup> mas também o

Gioventu como importantes organizações dos escritos de Dom Bosco. Em termos de periódico, o *Leituras Católicas* iniciou sua publicação em 1853 como um dos primeiros meios de comunicação de Dom Bosco aos seus seguidores. Em 1877, a fim de responder pela comunicação e divulgação das ações da família

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Limitando-se aqui em enumerar apenas algumas das diversas publicações de Dom Bosco, destaca-se o livro *Memórias do Oratório São Francisco de Sales* e *Scritti sul sistema preventivo nell'educazione della Gioventu* como importantes organizações dos escritos de Dom Bosco. Em termos de periódico, o *Leituras* 

investimento na arte gráfica. O primeiro número do Boletim Salesiano em português (janeiro de 1903) relaciona, em seu texto de abertura, os trabalhos evangelizadores de São Francisco de Sales e Dom Bosco:

São Francisco de Sales imprime livros, espalha folhetos para prevenir os incautos e desmascarar as novas e perversas doutrinas. Dom Bosco funda typographias, publica livros e opúsculos à barda, para infiltrar no animo do povo as salutares e sãs doutrinas da Egreja Catholica, Apostolica, Romana. Não teme as perseguições, as ameaças de morte, as armas desfechadas contra elle; como S. Francisco de Sales tudo despreza, pensando única e exclusivamente no bem das almas, na honra e glória de Deus. (BOLETIM SALESIANO, ano I, 1903, p 01)

A aproximação das ações de Dom Bosco às de São Francisco de Sales servem para legitimar a ação combativa do sacerdote piemontês ao protestantismo. No século XVI, a reforma protestante teve nas figuras de Lutero e Calvino a defesa da fé como meio de salvação e essa como sinal de graça. Já na Itália do século XIX, as correntes religiosas eram influenciadas pelo movimento *Risveglio*. Buscava-se uma religião mais pessoal, configurando-se em determinadas localidades um protestantismo mais liberal, humanitário, filantrópico e humanista, como em Genebra ou mais popular como nos Estados Unidos e na Inglaterra. Chegando à Itália através da Igreja Valdense e dos protestantes estrangeiros na Toscana, o movimento encontrou uma demanda de seus ideais na medida em que se buscava na Itália uma renovação do espírito crítico, em que a tradição fosse substituída pela razão. A burguesia que tomava os quadros do poder italiano, encontrou na associação entre o Rissorgimento e o Risveglio, os valores da liberdade e da razão que buscavam como bandeira (BARBANTI, 1983).

A partir daí, a disputa religiosa tornou-se explícita. A própria Igreja, por meio de seus sacerdotes, pregava que a restauração do trono era obra de Deus e sugeria a oração, a penitência, a freqüência e o respeito às missas, a assiduidade à escuta da palavra de Deus, maior cuidado ao aproximar-se dos sacramentos e a obediência à Igreja como meios para atrair a misericórdia de Deus (BRAIDO, 1992, p. 26-27). Entretanto, o ministro Camillo Benso di Cavour, apoiado por uma coligação de liberais moderados, regeu a partir de 1852 uma política de liberalização representada pela frase *Igreja livre, em Estado livre*. Essa nova política surpreendeu católicos italianos que

salesiana, foi criado pelo sacerdote o *Boletim Salesiano*. Entretanto sua direção foi confiada aos cooperadores salesianos.

31

deviam aprender a conviver com outras religiões, com a perda de privilégios e com as correntes anticlericais<sup>12</sup>.

A posição eclesiástica contrária às ideologias liberais e socialistas se manifestou a partir de 1864 através da encíclica *Quanta Cura* e do seu anexo *Syllabus*, um compêndio onde o racionalismo, o socialismo, a maçonaria e a separação da Igreja com o Estado eram considerados os erros modernos<sup>13</sup>. Em 1870, no Concílio Vaticano I foi estabelecida a infabilidade papal e a sua figura como alvo de devoção. Assim, as determinações para uma centralização das decisões e práticas católicas configuraram uma religiosidade diferente das devocionais tradicionais. Novas festas e solenidades, como mês dedicado à Maria, ao Sagrado Coração de Jesus e ao Rosário, foram instituídas sob liderança dos padres e bispos. Da mesma forma, as antigas irmandades foram substituídas por novas associações leigas as quais eram dependentes e controladas pelo governo eclesiástico. As atividades da Igreja Católica se voltaram ao sacerdote, o qual além de organizar as solenidades era também a figura legitimada a exercer os sacramentos, práticas que todos os devotos deveriam buscar. Os traços de configuraram romanização, clericalismo e sacramentalismo Catolicismo Ultramontano.

Pode-se, assim, observar que a postura hostil de Dom Bosco aos protestantes era consonante à oposição do Vaticano ao *Risorgimento* e o Risveglio. As ações salesianas foram desempenhadas a partir do objetivo de educar os jovens em situações de risco, articulando o ideal de modernidade com o catolicismo ultramontano. Este papel pode ser percebido através dos Oratórios e suas práticas que relacionavam religião e educação. Em 1846, o Oratório passou a oferecer cursos noturnos que ensinavam a ler, escrever, contar e desenhar. No ano seguinte, foram abertas vagas para internos, oferecendo moradia a rapazes sem recursos. Os jovens que ali moravam, vivenciavam

-

O anticlericalismo do século XIX caracterizou-se como um sentimento de crítica à submissão da sociedade civil à sociedade religiosa, aos abusos de um clero que utiliza o poder político, visando o triunfo da religião sobre as consciências e comportamentos dos indivíduos (Colombo 2006:28)
<sup>13</sup> Escrita por Pio IX, a encíclica foi concluída em 8 de dezembro de 1864 e publicada no dia 24 do mesmo mês. A Quanta Cura está dividida em 7 itens. No primeiro, se aponta o procedimento da Igreja em condenar os erros de cada período como uma medida para salvar almas. Da mesma forma se faz necessário, no próximo item, condenar os erros do naturalismo político e social. Em seguida é feito separadamente em cada item uma condenação do naturalismo no campo político, familiar e no religioso em relação à Igreja Católica. São ainda assinalados um a um os erros modernos a fim de que o episcopado redobre seu cuidado com as almas, uma vez que não há felicidade sem Deus e nem liberdade quando este é negado. Por fim, é concedido aos fiéis uma indulgencia plenária para o ano de 1865. O anexo Syllabus, por sua vez, se divide em dez capítulos que trata dos princípios pelos quais se baseiam as teses católicas. (Doctrina Pontifícia II – Documentos Políticos, Biblioteca de Autores Cristianos, La Editorial Católica, Madrid, 1958)

um cotidiano de missas e orações intercaladas com trabalho e/ou estudos na escola. O ambiente narrado aproxima-se com o de uma família, na qual Dom Bosco era o pai e sendo assim, se responsabilizava em cuidar dos jovens, arrumando-lhes empregos e lhes garantindo estudo.

Com o tempo o oratório passou a atender um número cada vez maior de jovens trabalhadores residentes, migrantes sem famílias. carentes, ex-presidiários, desempregados e outros jovens considerados abandonados de cuidado ou condições, oferecendo-lhes uma formação para exercer um ofício e se tornarem cidadãos úteis para seu país. Anexado ao espaço do Oratório, foi criado um modesto internato que abrigava meninos e estudantes com certo grau de instrução que pagavam sua pensão dando aulas aos menores. Assim, evitava-se que esses meninos saíssem do ambiente salesiano e ficassem expostos às ideias liberais e socialistas. Possibilitando, consequentemente, o florescimento das oficinas de arte e ofícios, mais tarde denominadas de Escolas Profissionalizantes e de Escolas Agrícolas, e os colégios que ofereceriam o ensino primário e secundário. Estes passaram também a ser frequentados por alunos de camada média e alta. A justificativa de sua aceitação estava na mensalidade cobrada e usada para sustentar a obra.

O desenvolvimento de novos formatos a partir do Oratório buscava uma estabilização de seus alunos e uma forma de educar diariamente e intensamente os jovens, afastando-lhes das ideias indesejadas (ou consideradas perigosas, como citado anteriormente) e moldando-lhes em um modelo de religiosidade e de civilidade.

Por essa razão, o projeto educativo de Dom Bosco fez uso da forma de internato e através dele, sistematizou ações que disciplinassem seus jovens em valores morais religiosos, representado pelo lema *Bons cristãos e Honestos cidadãos*. A piedade e a moralidade, a ciência e a civilização foram colocadas como as finalidades educativas de suas ações e empreendimentos, visando à razão e à religião (BRAIDO, 2004. p. 214).

A articulação entre um trabalho catequizador e social não era exclusividade dos salesianos. Também os Vicentinos desempenhavam atividades assistenciais, envolvendo pessoas inseridas na sociedade (AZZI, 2000, p. 86). Entretanto a particularidade salesiana estava na formação para o trabalho; questão a que o próprio Vaticano se voltou posteriormente, através da encíclica *Rerum Novarum* (1891).

A fim de educar crianças e jovens de classes baixas como forma de prevenir infrações e marginalização destes, Dom Bosco e seus seguidores desenvolveram uma série de instâncias educativas. Além dos internatos, das escolas agrícolas e

profissionais, os oratórios juntamente com a catequese possibilitavam uma ação educativa para além das escolas.

Essa educação foi regularizada com o Sistema Preventivo Salesiano de Dom Bosco. Com a finalidade de orientar a ação educativa e pastoral exercida por seus seguidores, Dom Bosco escreveu ao todo 123 textos que em forma de avisos, circulares, obras e regulamentos se juntaram com mais duas cartas (FRANCISCO, 1998, p. 82) para explicitar seus procedimentos e maneiras de agir com as crianças e jovens. As ações educativas salesianas tinham por base a razão, a religião e o afeto.

A razão no sentido salesiano está identificada com o bom senso, a simplicidade e a naturalidade. Através dela se justifica a autoridade e a disciplina, estabelecendo um modo de viver conforme as regras criadas pela Instituição. A correção é encarada como uma assistência permanente para prevenir da falta ou distanciamento da razão.

A religião é a força que torna o aluno capaz de assumir a proposta de ser bom cristão e honesto cidadão. A religião passa a ser vista como um hábito, porém não como uma rotina. Os recursos religiosos (confissão, comunhão, piedade, instrução catequética) tornam-se também procedimentos educativos, fazendo com que a vida religiosa guie a formação intelectual, criando uma pedagogia centrada na figura de Deus.

O afeto é representado pela palavra italiana *amorevolezza*<sup>14</sup>, a qual misturada a racionalidade e a compreensão humana, paterna e fraterna, transforma o ambiente de educação (oratório, internato, etc.) em uma família..

Os três pilares visam os caráteres ético-religiosos e humanísticos dos meninos, configurando o *bom cristão e* o *honesto cidadão*. A razão promove o caráter individual do homem e sua liberdade como apregoam as correntes liberais. A formação voltada ao trabalho propõe a esse indivíduo se inserir em uma ordem burguesa e industrial. Ao mesmo tempo, a religião católica é o condicionante da retidão do caráter do trabalhador e do cidadão. Consequentemente, só através dela se poderá alcançar a salvação.

Sendo assim, Dom Bosco, através do Sistema Preventivo Salesiano, constrói um modelo, no qual atende às exigências dos ideários liberais e humanistas, sem desconsiderar a religião como prioridade. Ao atingir tal intuito, o religioso oferece um instrumento de catequização, dotado de um caráter moderno e por isso interessante ao Vaticano para se posicionar contra a corrente anticlerical.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> O termo em italiano remete à benevolência, ao amor e ao carinho.

Dom Bosco. Era um grande, que vos deveríeis procurar conhecer. No âmbito da Igreja foi o corretor do jesuitismo, e mesmo sem ter a estatura de Inácio, soube criar um imponente movimento de educação tornando a dar à Igreja o contato com as massas, que ela vinha perdendo. (RADICE apud BRAIDO, 2004, p. 216)<sup>15</sup>

Além disso, Dom Bosco oferece à Igreja uma leva de fiéis obediente aos seus preceitos e convencidos da exclusividade da Igreja Católica como meio de salvação, conforme é defendido pela corrente ultramontana:

> Convencei-vos intimamente destas grandes verdades: onde está o sucessor de São Pedro, aí está a verdadeira Igreja de Jesus Cristo. Ninguém se encontra na verdadeira religião se não for católico, ninguém é católico sem o papa. Os nossos pastores, e especialmente os bispos, nos unem ao papa, o papa nos une a Deus. (BOSCO, 1977-1987, p. 168)

Apontado esses traços, o apoio do Vaticano e a expansão da congregação para outros continentes se tornam mais facilmente compreendidos. Entretanto, para poder debruçar em sua expansão, faz se ainda necessário uma breve análise do Regolamento per Le Case della Societá di S. Francesco de Sales.

# 1.1.1 O Sistema Preventivo Salesiano através do Regolamento per le case della Società di S. Francesco di Sales

O Sistema Educativo de Dom Bosco nasce da sistematização das atividades empregadas por ele e seus auxiliares nos oratórios.

> Muitas vezes me foi pedido que expressasse verbalmente ou por escrito alguns pensamentos em torno deste Sistema Preventivo Salesiano, que costuma-se usar em nosso caso. Por falta de tempo eu ainda não pude satisfazer este desejo, e atualmente querendo imprimir o regulamento que até agora tem sido quase sempre utilizado tradicionalmente, creio que seja oportuno, dar aqui um sinal que servirá como índice de uma pequena obra que irei preparando na medida que Deus me der tempo de vida para poder terminar<sup>16</sup> (BOSCO, 1956, p. 291).

<sup>16</sup> Os trechos em italianos usados neste trabalho, foram traduzidos livremente pela própria autora. Segue em nota seu original: Più volte fui richiesto di esprimere verbalmente o per iscritto alcuni pensieri intorno

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Pietro Braido cita Lombardo Radice por este reconhecer a aproximação da educação salesiana para a massa in RADICE, Lombardo. Meglio Don Bosco?, La Rinascenza Scolastica (Rivista Pedagógica, didattica, letteraria, quindicinale - Catania), 16 de fevereiro de 1920. A importância do reconhecimento de Radice está no fato que este foi um nome participativo nas questões de educação nacional, didática e formação dos professores. Pedagogo e filósofo, foi docente de pedagogia na Universidade de Catania de 1911 a 1922. Neste período escreveu sua obra mais significativa Lezioni di didattica e ricordi di esperienza magistrale (1913) e criou a revista L'educazione nazionale (1919) que servia como difusora de seu pensamento pedagógico. Em 1922, foi convidado pelo idealista Giovanni Gentile para participar da Reforma da Escola Elementar Italiana (1922-1924). Entretanto acabou se retirando desta e da vida política devido as orientações fascistas da política nacional. In http://www.dubladidattica.it/lomradice.html acesso em 14 outubro.

Somente em 1877 serão lançadas, por exigência institucional, as práticas sistematizadas em um regulamento para a Sociedade São Francisco de Sales. Regolamento per le case della Società di S. Francesco di Sales é o resultado da sistematização das regras e funções para cada casa salesiana. Como já mencionado anteriormente, o internato é o formato no qual as casas salesianas desenvolveram o projeto educativo de Dom Bosco. Ao recolher meninos, os religiosos disciplinavam-nos em valores morais religiosos, formando-os para o trabalho segundo o Sistema Preventivo Salesiano. O Regolamento pode ser dividido em três partes: os artigos preliminares gerais discorrem a respeito dos jovens e do modo que deve se agir com eles, o primeiro capítulo dispõe hierarquicamente os cargos e funções dos salesianos na casa, e o segundo capítulo ocupa-se dos comportamentos desejados dos alunos na Igreja, no trabalho, nos passeios, fora do internato.

Nas próximas páginas será apresentada a forma com que os jovens são vistos pelos salesianos; como esse tratamento está dividido nos cargos dos religiosos; e, finalmente, sobre os comportamentos, somente os relacionados ao trabalho. O recorte feito tem a finalidade de tratar – mesmo que de forma breve – as regras do Sistema Preventivo Salesiano para a formação profissional dentro de uma casa salesiana.

Sobre os artigos preliminares gerais, o *Regolamento* aponta sobre os modos que se espera das pessoas que trabalhem nas casas salesianas ou que nelas prestem assistência à juventude. A razão, a religião e o afeto são as bases para qualquer acompanhamento e assistência aos meninos, esmerando-se em avisar e aconselhar a qualquer jovem da casa, especialmente quando se trata de impedir que ofenda à Deus<sup>17</sup> (BOSCO, 1956, p. 400). Entretanto, a assistência deve ser feita com poucas palavras e muitas ações, segundo o *Regolamento*, recomendando atenção nas ações e expressões para poder corrigi-los (BOSCO, 1956, p. 400).

A presença vigilante e o exemplo são as formas de assistir os alunos, esperando destes obediência e disciplina. A moralização do comportamento é feita através da

un'operetta che vo preparando se Dio mi darà tanto di vita da poterlo terminare

al così detto sistema preventivo, che si suole usare nelle nostre case. Per mancanza di tempo non ho potuto finora appagare questo desiderio,e presentemente volendo stampar il regolamento che finora si è quasi sempre usato tradizionalmente, credo oportuno darne qui un cenno che però sarà come líndice di

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Quelli que trovansi in qualche uffizio o prestano assistenza ai giovani, che la Divina Provvidenza ci affida, que Giovane della casa, ogni qual volta vi è ragione di farlo specialmente quando si tratta d'impedire l'offesa di Dio.

religião. Os procedimentos considerados pelos religiosos como não desejáveis ou não convenientes são considerados pecado e ofensa a Deus. A forma que os meninos reagem a essa assistência, acaba por dividi-los em: índole boa, ordinária, difícil e má. Os salesianos deviam classificar seus alunos conforme essas índoles e agir conforme o *Regolamento* indica a cada uma:

Àqueles com bom caráter, basta a vigilância geral, explicando as regras disciplinares e recomendando a observação.

A categoria da maioria é daqueles que tem caráter e índole ordinária, um tanto instável e inclinada a indiferença, estes tem necessidade de breve mas freqüentes recomendações, avisos e conselhos. É necessário encorajá-los ao trabalho, também com pequenos prêmios e demonstrando ter neles grande confiança sem descuidar-se da vigilância.

Mas os esforços e solicitude devem estar de modo especial voltados para a 3ª categoria que é aquela dos discípulos difíceis e também bagunceiros. O número desses se pode calcular como um para quinze. Cada superior deve empenhar-se em conhecê-los, se informando de seus hábitos, se mostrando seu amigo, e deixando-os falar muito, mas ele (o superior) fale pouco e seus discursos sejam breves exemplos, regras de conduta, episódios e similares. Mas não os perca de vista, não dando a impressão que desconfia deles. (BOSCO, 1956, p. 401)<sup>18</sup>

Das caracterizações de caráter, destaca-se a obediência como o principal critério para classificações. A vigilância deve estar presente no tratamento com todos, sendo mais intensivo na segunda e terceira categoria. Nessas a aproximação se faz pela demonstração de confiança e pela escuta de suas histórias de vida, sem se envolver ou declarar qualquer juízo sobre elas.

Sobre a necessidade de uma correção ou censura, esta deve ser feita em particular, longe dos outros alunos. O regulamento postula um esforço e paciência no tratamento com os meninos, indicando a religião como meio de alcançá-los: "Estes são os artigos preliminares do nosso regulamento. Mas a tudo é indispensável a paciência, a

 $^{18}$  5. A coloro che hanno sortito dalla natura um carattere, un  $\hat{}$  indole buona basta la sorveglianza generale

si adoperi per conoscerli, s'informi della loro passata maniera di vivere, si mostri loro amico, li lasci parlare molto, ma egli parli poco ed i suoi discorsi siano brevi esempi, massime, episodi e simili. Ma non si perdano mai di vista senza dar a divedere che si há diffidenza di loro.

spiegando Le regole disciplinari e raccomandandone l'osservanza. 6. La categoria dei più é di coloro che hanno carattere ed índole ordinária, alquanto volubile e procliva all'indifferenza; costoro hanno bisogno di brevi ma frequenti raccomandazioni, avvisi e consigli. Bisogna incoraggiarli al lavoro, anche com piccoli premi e dimostrando d'avere grande fiducia in loro senza trascurarne la sorveglianza. 7. Ma gli sforzi e le sollecitudini devono essere in modo speciale rivolte alla terza categoria che è quella dei discepoli difficili ed anche discoli. Il numero di costoro si puó calcolare uno su quindice. Ogni superiore

diligencia e muita oração sem a qual, creio inútil cada bom regulamento" (BOSCO, 1956, p. 401)<sup>19</sup>.

Os artigos preliminares caracterizam os comportamentos juvenis em três modelos de juventude, criando formas de aproximação e tratamento. Constata-se nesse posicionamento uma caracterização do outro que supõe a possibilidade de controle e educação através de indicações de procedimentos e tratamentos. A ordem e previsão, certeza e racionalidade, regulação e uniformidade são apontados como objetivos no Sistema Preventivo Salesiano e nesse caso, relacionados à educação e a religiosidade cristã. "O ensino reduz precisamente a isto, ensinar-lhes: 1° o amor ao trabalho; 2ª a freqüência aos santos sacramentos; 3° o respeito a qualquer autoridade; 4° que fujam dos maus companheiros" (BOSCO apud BRAIDO, 2004, p. 148).

O Sistema Preventivo Salesiano Salesiano estava em consonância com a ideia de disciplina do século XIX. Marta Carvalho propõe, em seu artigo "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas", a disciplina como sentido para ortopedia e eficiência, buscando através dela uma pedagogia que se diz moderna, científica ou experimental (CARVALHO, 1997, p. 292). Pode-se supor que devido a sua forma de olhar e tratar o jovem, o Sistema Preventivo Salesiano teve, no caso especial do Brasil, grande repercussão ao propor através da razão, religião e afeto uma correção e disciplinarização dos meninos através de seu enquadramento em índoles. A pedagogia do século XIX classificava o normal, o anormal e o degenerado (CARVALHO, 1997, p. 297). Mas aos alunos considerados normais para a escola, a pedagogia procurava-os enquadrar em profissões, valores que os tornassem obedientes a uma religião e a um patrão.

Além disso, o Sistema Preventivo Salesiano propunha a disciplinarização dos meninos através de mecanismos específicos. Estes são apontados no próprio regulamento, através das duas partes.

A primeira parte, denominada Regulamento Particular, se ocupa de designar os papéis e as funções de cada cargo, ocupado pelos salesianos. O Diretor é o "pai da casa", a ele cabe aceitar ou afastar um aluno. Responsável pela moralidade e educação de seus alunos, só ele pode modificar os ofícios, as disciplinas e os horários de seus dependentes. Dele ainda se espera o cuidado com os andamentos espirituais,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> 10. Questi sono gli articoli preliminari del nostro regolamento. Ma a tutti è indispensabile la pazienza, la diligenza e molta preghiera senza cui io credo inutile ogni buon regolamento.

escolásticos e materiais. Como seu auxiliar ou substituto em caso de ausência, está o Prefeito ou vice-diretor. É encarregado da gestão geral e material da casa. Também será o responsável para escrever o livro de matrículas, recolhendo os dados pessoais dos alunos, o dia de sua entrada, as condições de sua aceitação, a relação de seus pertences de vestuário, as aulas e as lições a que será destinado. O Prefeito atribuirá ao aluno um lugar no dormitório e no refeitório. Além de encaminhá-lo ao Conselho Escolástico, em caso de ser estudante. Em caso de aprendiz, será encaminhado a um ofício. O Conselheiro Escolar é o encarregado de regular e prover os alunos e os mestres nas atividades escolares. O Catequista é o responsável por velar e prover as necessidades espirituais dos jovens da casa. A ele é dada a incumbência de conhecer os novos alunos, informando-os das regras principais da casa e os questionando sobre a instrução religiosa de que mais necessitam. Aos mestres de aula e de ofícios são designados os deveres na sala de aula ou nas oficinas. E por isso é dever portar-se de maneira exemplar: ser pontual, preparar a matéria para cada aula e não apresentar parcialidades ou hostilidades. Ao mestre de aula é exigido uma vez por semana dar uma lição sobre um texto latino de algum autor cristão. Ao mestre de ofícios é desejado que mantenha seus alunos sempre ocupados. As funções de assistentes de aula, de ofício e de dormitório, geralmente são designadas a jovens aspirantes ao sacerdócio. Por terem vivenciado a condição de estudante, devem ainda manter constantemente a observação e guarda de seus alunos. Além destas, o Regulamento ainda prescreve as funções do responsável pela dispensa, pelas compras, pelo teatro, pela enfermaria e os coadjutores que desempenham a função de cozinheiro, camareiro e porteiro (BOSCO, 1956, p. 402-424). Por cada uma das funções elucidadas, pode-se supor a variedade de serviços e o número de pessoas mobilizadas em cada casa. Da mesma forma que os assistentes, muito desses serviços serão designados aos alunos mais velhos. Assim, mantendo seus alunos sempre ocupados e já inserindo neles a importância do trabalho.

A segunda parte do *Regolamento* é destinada aos comportamentos e posturas que se devem ter dentro e fora de uma casa salesiana. O primeiro capítulo se refere aos objetivos gerais da congregação.

O objetivo geral das casas da Congregação é socorrer, beneficiar o próximo, especialmente através da educação da juventude, educando-as nos anos mais perigosos, instruindo-a na ciência e na arte, e encaminhando-a na prática da religião e virtude.

A congregação não recusa nenhuma classe social, mas prefere se ocupar da classe média e pobre, como aquelas que mais necessitam de socorro e assistência. (BOSCO, 1956, p. 430)<sup>20</sup>

Embora sejam privilegiadas as classes menos abastadas, as casas salesianas não se negam a atender as outras classes sociais. Órfãos ou outros jovens que não tem assistência são considerados em situação de perigo. Para afastá-los dos perigos da marginalidade e dos ideais liberais, os salesianos devem criar colégios, oratórios, escolas, especialmente nos centros mais populosos, onde há mais necessidade (BOSCO, 1956, p. 430). Sob essas orientações, o caráter das ações educativas salesianas se define para além de um caráter preventivo, e assume uma característica assistencialista e urbana.

O regulamento admite não poder receber todos os jovens que nas casas se apresentam. Por isso se fazem necessárias algumas regras que servem para limitar a aceitação dos que diante de sua circunstância são preferidos. O segundo capítulo trata dos critérios para aceitação. Além da idade, saúde, comportamento, um dos critérios que recebe maior atenção é a piedade, sendo as formas de procedimento desta tratada exclusivamente no terceiro capítulo. O primeiro artigo desse terceiro capítulo resume a ideia e o compromisso que se espera de um aluno piedoso: "Recordai jovens, que nós somos criados para amar e servir a Deus nosso criador, e para nada serve toda a ciência e toda riqueza do mundo sem o amor de Deus. Deste santo temor depende cada bem temporal e eterno" (BOSCO, 1956, p. 432)<sup>21</sup>.

A piedade é, portanto, colocada como amor e servidão a Deus e dele tudo depende. Seguindo a ideia de piedade, o comportamento esperado dos jovens dentro da Igreja e dos lugares de trabalho é descrito através de regras e deveres.

Sobre este último ambiente, a justificativa está na importância atribuída ao trabalho. Apresentado como algo natural do homem, o trabalho torna-se um critério de merecimento e dádivas, como atesta a citação do apóstolo Paulo presente no primeiro artigo: "é indigno de comer quem não quiser trabalhar" (BOSCO, 1956, p. 436).

<sup>21</sup> Ricordatevi o giovani, che noi siamo creati per amare e servir Dio nosto Creatore, e che nulla ci gioverebbe tuuta la scienza e tutte le richezze del mondo senza timor di Dio. Da questo santo timore dipende ogni nostro bene temporale ed eterno.

40

Scopo generale delle Case della congregazione è socorrere, beneficiare il prossimo, specialmente coll'educazione della gioventù allevandola negli anni più pericolosi, istruendola nelle scienze e nelle arti, ed avviandola alla pratica della Religione e della virtù.La congregazione non si rifuta per qualisiasi ceto di persone, ma preferisce di occuparsi del ceto medio e della classe povera, como quelli che maggiormente abbisognano di soccorso e di assistenza.

Logo, a atribuição moral do trabalho recai sobre a honra de cada aluno: "Lembre-se que vossa idade é a primavera da vida. Quem não se habitua ao trabalho no tempo da juventude, será cada vez mais um preguiçoso até a velhice, com desonra à pátria, à família, e com danos irreparáveis à própria alma" (BOSCO, 1956, p. 437)<sup>22</sup>.

O trabalho é colocado como um hábito que se deve adquirir desde cedo. Além de ser concebido como um bem que se pode oferecer à sociedade, conciliando mais uma vez o lado civil com o religioso: "Mediante o trabalho pode-se render benefícios à sociedade, à religião, e fazer bem a própria alma, especialmente se oferecerdes a Deus a sua ocupação cotidiana" (BOSCO, 1956, p. 436)<sup>23</sup>.

Além de ser o meio para alcançar a cidadania, o trabalho recebe também um caráter religioso. O ofício justifica o lado humano do homem e legitima seus bens, moralizando-o em relação a Deus. A piedade e o trabalho terão um significado ampliado ao direcionar o comportamento do aluno na escola e nos estudos. "Depois da piedade é recomendado ao máximo o estudo. Pois a primeira obrigação deve consistir em fazer o trabalho de obrigação e estudar a lição, só quando tiver terminado, poderá se ler qualquer bom livro ou fazer outra coisa" (BOSCO, 1956, p. 437)<sup>24</sup>.

O estudo também é considerado um trabalho, pois envolve o dever e a noção de obrigações. Porém mais obrigações terão os artesãos em seus laboratórios: "Na manhã, terminada a prática de piedade, cada artesão tomará sem barulho o café da manhã, e se encaminhará imediatamente e ordenadamente ao respectivo laboratório, não parando para conversar ou divertir-se, e procurará que nada atrapalhe sua ocupação" (BOSCO, 1956, p. 440)<sup>25</sup>.

Percebe-se neste primeiro artigo uma rígida disciplina, sem espaço para distrações. Da mesma forma que as tarefas na escola e nos estudos, as práticas nas oficinas devem começar e terminar com orações. Os outros artigos discorrem sobre o comportamento e as proibições nos laboratórios. Por fim, o penúltimo artigo anuncia:

<sup>23</sup> Mediante il lavoro potete rendervi benemeriti della Società, della Religione, e far bene all'anima vostra, specialmente se offerite a Dio le quotidiane vostre occupazioni.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Ricordatevi che la vostra età è la primavera della vita. Chi non si abitua al lavoro in tempo di gioventù, per lo più sarà sempre un poltrone sino alla vecchiaia, com disonore della patria e dei parenti, e forse com danno irreparabile dell'anima própria.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Dopo la pietà è massimamente commendevole lo studio. Perciò la prima occupazione deve consistere nel fare il lavoro d'obbligo e studiare la lezione; solamente finito questo, potrete leggere qualche buon libro o far altro.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup>Al mattino, terminate le pratiche di pietà, ogni artigiano prenderà senza strepito la colezione, e si recherà immediatamente e com ordine al rispettivo laboratorio, non fermandosi nè a chiaccherare nè a divertirsi, e procurerà che nulla gli manchi per le sue occupazioni.

"Cada um deve pensar que o homem é nascido para o trabalho, e somente quem trabalha com amor e assiduidade, terá paz no coração e encontrará leveza no cansaço" (BOSCO, 1956, p. 441)<sup>26</sup>.

Por fim, instrui-se que este pensamento seja lido pelo catequista ou assistente todo sábado em voz alta, e que haja uma cópia escrita no laboratório. Através destes dois artigos, regulamenta-se a repetição como uma regra para inculcar nos alunos a importância do trabalho.

O comportamento diante do superior e com os companheiros serão tratados em capítulos específicos. É ainda prescrito o comportamento diante do regime da casa, fora da casa salesiana, nos passeios e no teatro. Não se esquecendo da limpeza e da modéstia que estarão prescritas cada uma em um capítulo próprio.

Dessa maneira, o regulamento para as casas salesianas indica os cargos, as funções, os comportamentos exigidos, as posturas esperadas de cada aluno e dos professores para o tratamento dos jovens e sua formação voltada ao trabalho. O *Regolamento* torna-se também um dos principais documentos da congregação salesiana por permitir a padronização de casas e procedimentos em diferentes partes do mundo segundo o Sistema Preventivo Salesiano.

Pode-se também concluir que é devido às indicações deste regulamento que a obra salesiana cresceu sob caracterização de moderna e eficiente, pois suas regras conciliavam valores característicos do século XIX: a disciplina e o determinismo de caráter. A ação educativa em consonância com os ideais do século XIX permitiram também que o Sistema Preventivo Salesiano Salesiano chegasse ao Brasil, e por conseguinte, destaca este trabalho, em São Paulo.

## 1.2 Os salesianos no Brasil e sua chegada a São Paulo

A Congregação Salesiana foi oficialmente instituída em 1859 com a aprovação do Vaticano. Em 1875, os Salesianos iniciaram sua expansão para além das fronteiras italianas. Estabelecendo-se tanto na França quanto na Argentina, a congregação iniciou um processo de expansão. Frente às ideias de laicização e secularização, surgia uma necessidade de lançar-se às missões na América Latina como forma de conquistar novos

-

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Pensi ognuno che l'uomo è nato pel lavoro, e che solamente chi lavora com amore ed assiduità ha la pace nel cuore e trova lieve la fatica.

fiéis. O processo de expansão da nova congregação pode ser enquadrado no perfil que Sérgio Miceli aponta para as ações do Vaticano na América Latina:

No caso dos países latino-americanos, e sobretudo no Brasil, a política expansionista da Santa Sé em fins do século XIX e começo do XX adotou uma clamorosa postura patrimonialista, sem abrir mão das metas de "romanização" quer em nível de treinamento dos futuros dignitários, do estilo e orientações de mando episcopal, quer da partilha do território brasileiro entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano. (MICELI, 2009, p. 19)

Certamente os salesianos foram uma dessas congregações. Com a intermediação do cônsul argentino em Savona para a vinda dos salesianos a Buenos Aires, os salesianos chegaram à capital argentina no dia 14 de dezembro de 1875. Após negociação entre Dom Bosco e o arcebispo argentino, uma igreja e um espaço para a construção de uma escola foram concedidos à congregação. Eugenio Ceria, um dos primeiros biógrafos de Dom Bosco, comenta sobre a expansão nos Anais da Sociedade Salesiana:

O ideal de Dom Bosco, como se vê, era a evangelização dos índios infiéis, mas ele desejava uma via diversa daquela tomada no passado. Ao invés de lançá-los diretamente para as tribos selvagens, haveriam de estabelecer colégios e internatos em locais civilizados, de onde poderiam estudar os modos de aproximar e os meios de penetração. (CERIA, 1941, p. 251)<sup>27</sup>.

As escolas e orfanatos, como meios de estudo para aproximação e penetração, servem também como sustentação financeira e divulgadores do discurso salesiano às crianças e sua família. Sobre as missões indígenas, vale a pena destacar que em 1895 inicia a evangelização dos bororo da Colônia Teresa Cristina, no Mato Grosso<sup>28</sup>. E no Amazonas, apenas em 1915, os salesianos chegaram em São Gabriel da Cachoeira para tomar posse da Prefeitura Apostólica do Rio Negro, confiada à congregação no ano anterior (COSTA, 2009, p. 38). Porém em ambas as regiões também foram construídos colégios, marcando o caráter escolar da congregação.

As escolas e orfanatos salesianos construídos na América do Sul pretendiam além de objetivos escolares, também a criação de redes evangelizadoras que divulgassem e sustentassem uma expansão além daqueles territórios.

O modelo de cidadão e cristão proposto pelos salesianos à juventude italiana, tornou-se, na América Latina, um meio de civilizar os grupos indígenas e os imigrantes.

-

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> L'ideale di Don Bosco era, come si vede, l'evangelizzazione degli Indi infedeli; ma egli voleva battere uma via diversa da quella tenuta in passato. Invece di lanciare senz'altro i suoi fra Le tribù selvagge, avrebbe stabilito collegi e ospizi in paesi civili, donde poter stuadiare i modi di aproccio e i mezzi di penetrazione.

http://www.missaosalesiana.org.br/texto.php?contexto=qsomos&id=3, Acesso em 28/01/2011.

Corroborando, dessa forma, para a ideia da educação como caminho para a modernização de uma sociedade.

A ideia de modernização perpassava o povo, o qual deveria ser civilizado através da ciência e da técnica. A atmosfera de prosperidade estava presente nas grandes cidades. Porém, foi necessário também disciplinar as massas que nesses centros urbanos chegavam.

A formação do "bom cristão e honesto cidadão" teve tanto êxito na América Latina, que menos de dois anos depois, em novembro de 1877, a terceira expedição chegava trazendo pessoas destinadas a organizar as inspetorias do Uruguai – Paraguai e do Brasil. Nessa expedição havia também a presença feminina de seis irmãs da congregação salesiana Filhas de Maria Auxiliadora. A organização de inspetorias em novos países e a vinda do braço feminino da Sociedade Salesiana sinalizava seus investimentos na presença e difusão das atividades salesianas pelo cone sul. Conforme os anais, o renome dos salesianos se espalhava com a notícia de suas atividades e os bispos das repúblicas da América Latina disputavam sua presença (CERIA, 1941, p. 265). É certo que para essa repercussão, muito os salesianos se esforçaram e trabalharam.

Segundo o próprio Ceria narra, nas expedições de 1875 e 1876, a tripulação aproveitou sua parada no Rio de Janeiro para divulgar as ações salesianas ao bispo Pedro Lacerda. A partir dessas visitas, em 1877, o bispo visitou o Oratório Salesiano na Itália e pediu a Dom Bosco que enviasse salesianos para assistir o povo carioca. Para esta finalidade, foi-lhes oferecido um terreno em uma colina da cidade de Niterói. Do pedido de 1877 até a efetiva chegada dos salesianos em 1883, muito se analisou sobre o terreno oferecido, sobre as mazelas do país e do apoio do governo monárquico.

A bandeira por uma educação mais moderna, voltada para a juventude, com prioridade à formação para o trabalho e que propusesse soluções para aplacar as pragas sociais garantiu o apoio do imperador à congregação salesiana. O governo imperial dispôs-se ainda a cobrir os gastos de viagem dos primeiros salesianos que deveriam vir de Montevidéu para o Rio de Janeiro (AZZI, 2000, p. 102). Assim, em 1883, sua obra foi iniciada no Brasil a partir de um terreno doado em Niterói. Dois anos depois, os religiosos assumiram a direção da capela destinada ao Sagrado Coração de Jesus, na região central da rica cidade de São Paulo, próxima das estradas de ferro que transportavam o produto mais valioso do estado, o café.

# 1.3 A configuração da capital paulista e o papel da educação

Antes da expansão da economia cafeeira, a cidade não passava de uma vila comercial, cujo principal atributo era a sua localização. Porém, na medida em que a economia cafeeira se desenvolvia, São Paulo crescia em importância.

A partir da segunda metade do século XIX, da mão de obra necessária para a agricultura, da oferta de serviços e infra-estrutura para o comércio de café, e posteriormente à indústria, São Paulo passou a atrair cada vez mais libertos, imigrantes, caipiras e migrantes brasileiros que chegavam a fim de ocupar os novos postos de trabalho que a economia cafeeira fazia surgir. A demanda por bens de consumo fez surgir fábricas têxteis, de cal, cerâmica, papel, fósforos, carruagens, móveis e serrarias. Com a ampliação do comércio, a concentração de capital possibilitou o investimento em estradas de ferros, novas construções e aprimoramento urbano. Da necessidade de escoar o café para os portos, São Paulo foi desenvolvendo seu transporte ferroviário com a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí em 1867; da Estrada de Ferro Sorocabana e a instalação da Estrada de Ferro Mogiana em 1872 e da chegada da Estrada de Ferro Rio de Janeiro - São Paulo em 1877 (SOUZA, 2004, p. 525). Do espaço ocupado entre o Anhangabaú e o Rio Tamanduateí por casas de taipas, igrejas, pelo Palácio do Governo e pela Câmara Municipal, a área urbana foi ampliada pelo que foi denominada cidade nova. Deste novo espaço, surgiram novos bairros residenciais que preocupados com a legislação arquitetônica, portavam uma infra-estrutura de água, luz, calçamento, bondes (GLEZER, 1994-1995, p. 19). Ao mesmo tempo, bairros mais afastados concentravam proletários, negros e outros tipos de excluídos de qualquer benefício que a urbanização pudesse trazer.

A elite paulistana, monopolizadora do poder, se fortaleceu com a economia cafeeira e se reproduziu através da apropriação de poder ao formar uma rede de alianças que ligava os membros da elite entre si e se manifestava em apadrinhamentos políticos e sociais (CAMPOS, 2004, p. 21). Em contrapartida, o desestímulo ao uso da mão de obra negra e incentivo da entrada de imigrantes proporcionou uma diversificação da sociedade que passou a ser classificada a partir de valores sociais que determinavam a posição de cada um em uma escala social.

O espaço, que não se pretendia igualitário, precisava criar um sentimento de pertença em seus moradores e em cada um a ideia de uma tarefa a realizar, um papel a desempenhar enquanto cidadão. Portanto, a formação deste cidadão deveria visar uma inserção no espaço urbano, sem garantir-lhes uma participação política. A regeneração

pelo trabalho, o desenvolvimento de uma moralidade apoiada na religião e uma instrução das virtudes cívicas tornavam-se os recursos que, alinhados à vertente preventiva, formavam o cidadão urbano e moderno. Sendo assim, instituições como a família, as Igrejas (tanto a católica como a protestante), a escola, a fábrica, a prisão e o hospital converteram-se em importantes instrumentos de disciplinamento por embutir, através de seu funcionamento, novos hábitos e maneiras de ser (SEVCENKO, 1992).

A modernidade era, por sua vez, um objetivo que as cidades, estados e países perseguiam a fim de se inserir na nova ordem mundial. O ideário moderno se tornou a bandeira dos programas liberais e positivistas republicanos. O positivismo, como filosofia da humanidade, depositava na ciência toda possibilidade de ordenamento social e progresso. Consequentemente, a razão, como "medida de todas as coisas", se tornou a base da ciência moderna. A escola se converteu em um símbolo do progresso, pois, baseada na razão, inculcava em seus alunos a ciência e os ordenava socialmente.

Entretanto o ensino escolar se diferenciava conforme os grupos a que se destinava. A partir dos códigos e hábitos ensinados nas escolas, seus alunos se diferenciavam e se reconheciam dentro de grupos sociais. A função produtora/reprodutora da escola estabelece formatos, regras, objetivos e por fim, culturas escolares distintas. Uma das conseqüências dessa diferenciação está na dualidade do ensino. Dominique Julia atesta essa diferenciação ao pensar na cultura escolar:

A separação institucional das duas ordens de ensino, as finalidades completamente distintas que elas perseguiam (a instrução obrigatória de todo um povo, de um lado, o ensino de uma parte das elites, do outro) não puderam senão acentuar a oposição de duas culturas, primária e secundária (JULIA, 2001, p. 32).

O ensino primário é relacionado diretamente com o objetivo de pertença e a formação de um cidadão engajado com a nação. A fim de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso (JULIA, 2001, p. 23), o ensino primário pretendia formar um cidadão que enxergasse o trabalho como o dever para com a sua nação. Por essa razão, o objetivo do ensino primário era alfabetizar e ensinar as quatro operações matemáticas. O ensino secundário, por sua vez, se ocupava de uma disseminação da cultura escrita. Clarice Nunes atesta que a escrita deixava de ser apenas um recurso das instituições religiosas, jurídicas e comerciais e se tornava um traço característico de uma classe social em seu conjunto (NUNES, 2000, p. 38).

O ensino primário na capital paulista se tornou a forma de disciplinar e formar a crescente massa operária. Simultaneamente, através do ensino secundário, eram fornecidas aos filhos das elites uma formação humanística e uma erudição que os possibilitasse a se tornar também a elite intelectual. Pois, embora fosse preciso fornecer ensino a toda sociedade, não se tratava de oferecer todo o ensino para toda a sociedade (HILSDORF, 2005, p. 61)

A partir dessa dualidade, a análise de Julia Varela sobre a obrigatoriedade do ensino primário na Espanha do início do século XX pode também ser pensada no caso paulista. A autora ao tratar do processo de escolarização da Espanha aponta o que denomina de "inconsciente social da escolarização" (Varela; Alvarez-Uria, 1993, p. 198). Apesar das diferenças entre os grupos de conservadores, de católicos romanos, liberais, institucionalistas, republicanos, anarquistas e ainda os socialistas, em todos eles se legitimava a instituição escolar como o espaço específico para a civilização da infância:

Si la escuela primaria (pública o privada) es potenciada precisamente en esta época se debe a que es entonces cuando existe un consenso social, un acuerdo prácticamente unânime em considerarla como la institución más idônea para proporcionar a los futuros trabajadores "la suma de conocimientos indispensables a toda persona civilizada<sup>29</sup>". (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1993, p. 199)

O "inconsciente social da escolarização" se manifestava no consenso de ensino aos trabalhadores. O ensino primário se torna bandeira de diferentes grupos políticos e ideológicos, pois ao tomar a escola como espaço de socialização por excelência da criança proletária, pode-se também moldar esses futuros trabalhadores conforme valores e ideais mais apropriados para a perpetuação dos grupos políticos e sociais (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1993, p. 199). A escola se torna um objeto de concorrência quando se percebe a relação entre controle da educação e controle político. A educação assume um novo caráter político no século XIX, ao ter na construção de um Sistema Nacional de Ensino uma importante ferramenta para a construção do Estado nacional laico e republicano.

Nessa situação pode-se perceber o Brasil a partir da 2ª metade do século XIX. Diante da crise da monarquia brasileira, causada pelas disputas pelo poder político entre

\_

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> BLANCO SÁNCHEZ, R. *Nociones de legislación escolar vigente en España*. Madrid, 1913, séptima edición, p. 15. In: VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando,. *Arqueologia de la Escuela*, Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

segmentos das classes dirigentes, em 1889 sucedeu o Golpe da República. O exército juntamente com os cafeicultores, organizados nos Partidos Republicanos provinciais, e uma pequena parcela de representantes das camadas médias urbanas propuseram um novo Estado, que livre de uma hierarquia monárquica, possibilitava o seu controle político (HILSDORF, 2005, p. 61). Apesar da mudança de governo, Hilsdorf considera como um só período na história da educação os anos de 1870 a 1920 devido às lutas de forças entre os republicanos e os monarquistas.

A luta pelo controle político tornou a educação uma tarefa republicana por excelência, tanto na fase da propaganda quanto na fase da instituição do regime (HILSDORF, 2005, p. 60, 61):

O que os propagandistas republicanos diziam é que somente eles tinham condições, de ouvindo as reivindicações populares, agir em defesa de suas necessidades mais prementes de representação política, autonomia e progresso material e moral, e garantir-lhes o acesso por meio de uma educação moderna disseminada, pois estes princípios estavam inscritos apenas no regime republicano (HILSDORF, 2005, p. 63)

A escola como emblema da instauração de uma nova ordem exigia também um novo método e uma nova forma de ensinar. Por esse motivo, o modelo escolar paulista teve na Reforma Caetano de Campos, de 1890, seu início com a instalação da Escola Modelo: "Fazendo a educação do homem novo depender de novos métodos e processos de ensino e o domínio desses métodos e processos de experiência de vê-los em educação, essas iniciativas republicanas organizaram-se em torno da instituição da Escola Modelo" (CARVALHO, 2003, p. 25).

Destinada à prática dos alunos do 3º ano da Escola Normal, a Escola Modelo servia como propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar. Baseado no método intuitivo<sup>30</sup>, o sistema de educação pública convergiu para os grupos escolares. Escolas primárias reunidas em um mesmo prédio que tinham em comum o ensino simultâneo, seriado, graduado e deveriam seguir o mesmo programa e as mesmas prescrições legais relativas a materiais, disciplinas, calendário, exames, matrículas, controle de freqüência e higiene. A nova organização administrativo-pedagógica servia para se criar uma escola para um grande número de alunos e que pudesse cumprir os desígnios do ideal de educação popular (SOUZA, 1996, p. 20). Porém Hilsdorf marca que os grupos não são ainda escolas de massas, são direcionados

\_

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> A pedagogia dos "processos intuitivos" era uma arte da minúcia, da dosagem, da gradação que se queria fundada na observação de cada aluno, na experiência de cada situação, na concatenação minuciosa dos conteúdos de ensino pacientemente isolados e colecionados no cultivo de cada faculdade da criança numa ordenação que se pretendia fundada na natureza (CARVALHO, 2003, p. 28)

a uma população trabalhadora já urbanizada com intenção de alfabetizá-los e doutrinar seus filhos no culto aos símbolos e valores republicanos (HILSDORF, 2005, p. 66)

Ao proporcionar a alfabetização da população através do ensino primário, a escola republicana anunciava a participação política dos alfabetizados no novo regime através das eleições diretas. As reformas do ensino se articulavam com o discurso de avanços econômicos, tecnológico, científico, social, moral e político.

Em termos legais, o Congresso Estadual determinou na Constituição Paulista de 1891 o ensino primário como gratuito e obrigatório; enquanto ao ensino secundário, ao superior e ao profissional a possibilidade de serem ministrados por indivíduos ou associações, podendo ou não ser subvencionados pelo Estado. Na Reforma Geral da Instrução Pública, que se iniciou em 1892, foi estabelecido o ensino primário seriado para crianças de 7 a 12 anos; a construção e suprimento dos prédios escolares; o serviço de inspeção escolar; conselho superior de instituição pública, instauração de exames públicos; controle de matrícula e frequência; criação de 4 escolas normais para o ensino primário, 3 ginásios para ensino secundário e escolas noturnas para adultos que não tivessem cursado o ensino primário (BONTEMPI Jr, 2004, p. 536).

A proposta republicana para educação e sua constitucionalização a partir da Reforma Caetano de Campos seguiu a ideia, exposta por Varela, de controle da educação e controle do poder. No caso paulista, diferentes grupos sociais defendiam a bandeira do ensino primário e da educação aos trabalhadores. Porém, o modo de implantação foi de acordo com os interesses e convicções de uma elite dirigente do Partido Republicano Paulista. O comentário de Varela chama a atenção para o caráter político da escolarização:

De todas as formas estas semejanzas no deben en modo alguno servir para ocultar las diferencias teóricas y práticas que en matéria de enseñanza presentan los diferentes grupos y que están en relación com la posición que dichos grupos ocupan en la estructura social (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1993, p. 204)

### 1.4 Razões para o Sistema Preventivo Salesiano em São Paulo

Do Manifesto Republicano de 1870 à Reforma Caetano de Campos em 1891, o ensino paulista republicano voltou-se para uma formação de mão de obra que pudesse tanto trabalhar livremente no ascendente mercado paulista como votar nas eleições como alfabetizado e logo, cidadão. Um ensino que formasse para o ofício e simultaneamente inserisse os valores da obediência e da disciplina em seus alunos poderia ser útil na sociedade paulistana.

Os salesianos foram uma das iniciativas que se propuseram a essa função. Através do Sistema Preventivo que transmitia a razão, a religião e o afeto como as bases educativas, o *Regolamento* apontava o trabalho como condição humana e um critério moral para se tornar um bom homem. A ideia de preventividade reinante na Europa torna-se interessante em São Paulo no que diz respeito a propagar o novo governo, promovendo a participação popular como trabalhadora e colaboradora do que seria o progresso da nação. Essas ideias foram transmitidas através da educação e tomaram lugar como proposta escolar no disputado cenário paulistano.

O crescimento e a urbanização de São Paulo atraíram não apenas pessoas, mas também propostas educativas de disciplinarização para essas. Neste espaço a Igreja Católica se lança para a função de educadora a fim de resgatar uma participação junto ao poder público. Os salesianos, enquanto uma congregação surgida sob os ideais ultramontanos e evangelizadora contra a expansão protestante, torna-se um de seus fomentadores.

Até agora se entendeu a implantação do sistema preventivo como conveniente para o contexto paulista, entretanto o inverso também é verdadeiro. A chegada dos salesianos em São Paulo vem ao encontro de necessidades e interesses da Igreja. O desafio de implantação em uma nova cidade não se justifica apenas pelo crescimento, mas pelas funções que a congregação se presta a exercer para o clero paulistano. Diante desse quadro, discorre-se sobre as vantagens da obra salesiana para a Igreja Católica e para a concorrência com as propostas protestantes.

#### 1.4.1 Os salesianos como instância educadora do catolicismo ultramontano

A ideia de progresso e autonomia moral e material pregados pelos ideais liberais e republicanos defendia uma liberdade do Estado em relação à Igreja. Considerada aliada à monarquia devido ao regime de padroado, a Igreja era considerada um dos sustentáculos do Império. Entretanto, nas últimas décadas de seu governo, a aliança foi se desmantelando frente à disputa de poder e autonomia entre o clero ultramontano e o governo imperial que culminou na Questão Religiosa<sup>31</sup>. Fato que serviu às lideranças republicanas como exemplo da necessidade de limitar o poder eclesiástico. O governo

\_

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Termo usado na historiografia brasileira para se referir à tensão gerada entre a Monarquia e a Igreja após a prisão, decretada por D. Pedro II, dos bispos do Pará e de Olinda, por perseguirem membros maçons. Roque Bastos aponta a Questão Religiosa como a ultima fase do processo de reversão da união entre Igreja e Estado da parte com a subordinação da Igreja aos Estados Nacionais, para a união com a Sé Romana (cf. HILSDORF, 2009a, p. 7)

para o povo, conforme se pregava, não poderia ter aliança e oferecer privilégios a uma instituição. Por isso, a separação do Estado com a Igreja era anunciada pelo governo republicano.

Além das transformações no regime político, cabe aqui ressaltar a substituição do catolicismo brasileiro, colonial e iluminista para os moldes do catolicismo ultramontano, centralizado em Roma. Diante do estado laico e do catolicismo romanizado, era necessária uma nova organização e uma nova rentabilidade à Igreja. Miceli descreve a situação da Igreja:

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influencias políticas. Não podendo mais contar com subsídios governamentais, cumpria desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade (MICELI, 2009, p. 24).

Uma das principais atividades que garantia essa rentabilidade era a educação. O ensino ministrado por religiosos passou a ser uma das principais áreas de atuação da Igreja Católica. Esta era também interessante por proporcionar a formação do clero e a educação dos leigos nos novos parâmetros do catolicismo ultramontano. No estado de São Paulo, a Igreja Católica começava a montar a sua própria rede de ensino desde os anos cinquenta, trazendo os capuchinhos franceses para abrir o Seminário Diocesano de São Paulo em 1857 (WERNET, 1985, p. 132); e os jesuítas italianos e a congregação das Irmãs de São José para abrir colégios para leigos (HILSDORF, 2009c, p. 10). A intensificação da vinda de congregações européias para o Brasil promoveu a chamada europeização do clero e a intensificação de escolas e obras dirigidas por estes religiosos europeus. A orientação ultramontana determinava um novo tipo de clero. Afastado das atividades políticas e sociais, o sacerdote deveria concentrar-se no aspecto cultural e religioso, além de uma disciplina maior e do enfoque ao celibato (WERNET, 1985, p. 132).

Dentro da nova economia capitalista industrial, velhos, doentes, crianças abandonadas ficaram à margem do processo de urbanização e industrialização que ocorria na sociedade brasileira. Simultaneamente, os operários e colonos eram explorados por fazendeiros e industriais. A fim de evitar a formação de uma massa

rebelde e reivindicante, essa nova burguesia cedia seus excedentes em doações para a ereção e manutenção de obras sociais de congregações religiosas:

A burguesia cafeeira e a incipiente burguesia industrial oferecem, ao lado da dura exploração do trabalho, uma face de benemerência e generosidade, tendo seus nomes inscritos na lista de benfeitores na construção de igrejas, colégios, asilos e santas casas de misericórdia (BEOZZO, 1983, p. 104).

A relação de favores estabelecida consolidava uma aliança político-doutrinária de pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política (MICELI, 2009, p. 19).

A Igreja Católica contribuiu com a unificação do sistema político republicano e encontrou meios de recuperar parte do terreno político e institucional que havia perdido com a separação do Estado, driblando as medidas impostas pelo governo provisório republicano no intuito de cercear sua influência política (MICELI, 2009, p. 28). A solução para seus problemas se revelava, portanto, com a fundação de novas escolas. Atendendo aos interesses das elites dirigentes, as novas fundações garantiam uma rentabilidade. Além de ocupar espaços que haviam sido divididos com a concorrência protestante, a qual conseguira penetrar no país devido às lutas da igreja católica entre sua vertente tradicional regalista/popular versus a ultramontana (FRAGOSO et al. apud HILSDORF, 2009a, p. 23).

Diante da reforma do ensino paulista e do papel modelar que as propostas protestantes tomaram nesta, fazia-se urgente à Igreja Católica oferecer uma educação voltada ao trabalho manual, comercial e industrial que cumprisse uma função disciplinadora. Os salesianos foram uma das congregações que se prestaram a estes propósitos.

O bispo paulista D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, seguidor da política reformista (adepto ao catolicismo ultramontano), escreveu uma circular em 10 de agosto de 1882 expondo a intenção de instalar uma instituição escolar. Nesta, o bispo evidencia uma proposta de educação:

Preocupava legitimamente o coração de todo patriota ver que enquanto nossas cidades e capitaes crescem em importância corpulência, na mesma

proporção se abate o brasileiro por sua ignorância profissional. [...] vieram confirmar a necessidade de se levar a effeito a ereção do Lyceu de Commercio, Artes e Officios.

[...] Quanto ao pessoal docente tem se dado passos no intuito de obte-lo da importantíssima Sociedade Salesiana de Turim, que tem derramado incalculáveis benefícios nas republicas da América.

Inapreciáveis resultados tem alcançado a Sociedade Salesiana não só em relação as Artes e Officios, como relativamente ao ensino do Commercio e das Industrias, fabricando nas officinas de seus estabelecimentos o papel, fundindo tippos, imprimindo obras importantes, encardenando-as. A marcenaria, a sapataria, a architectura, a pintura, a musica, enfim, a todas as artes e officios vivem nesses estabelecimentos em companhia da litteratura e das ciencias. São esses os nossos desejos, são essas as nossas aspirações<sup>32</sup> (Deodato, 1882).

O bispo relacionava o crescimento da cidade com o aumento da ignorância profissional. O verbo abater traz uma negatividade à condição do brasileiro. Entretanto, para modificar essa situação é apresentado o *Lyceu de Commercio, Artes e Officios* como solução. A proposta de um liceu é identificada com a urbanização e a necessidade de uma formação profissional. O termo liceu, usado para denominar uma instituição escolar, é marcado por Clarice Nunes como instância da sociedade imperial, de economia agroexportadora e escravista e de predomínio na vida rural. Foi criado no Império e nas capitais de suas províncias a partir de uma política excludente do Estado que destinava a educação aos filhos das classes privilegiadas (NUNES, 2000, p. 39). Apesar de o termo remeter à sociedade rural e imperial, seu caráter urbano marcava um destaque social, pois somente os filhos de classes mais abastadas poderiam ser mantidos na cidade.

Na circular de 1882, a modalidade de liceu é estendida a uma classe mais popular ao oferecer *todas as artes e officios*. Além do uso do termo na circular católica, a nomenclatura de liceu é também usada em outra proposta de ensino: o Liceu de Artes e Ofícios.

Do mesmo modelo da Escola do Povo inaugurado na Corte em agosto de 1873 (HILSDORF, 2005, p. 63), a Sociedade Propagadora de Instrução Popular (que na década seguinte se torna o Liceu de Artes e Ofícios) funda no mesmo ano na cidade de São Paulo, uma instituição educativa com as pretensões de atender as demandas de um mercado de trabalho em constituição, qualificando cidadãos para diferentes profissões e sujeitando o povo a uma moral social através da instrução primária e, em alguns casos, secundária. Carmen Sylvia Vidigal Moraes em seu artigo "A maçonaria republicana e a Educação: um projeto para a conformação da cidadania" inclui a Sociedade

\_

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Transcrição manuscrita da circular in Livro de Tombo para Igreja do Sagrado Coração, livro aberto em 1884 pelo Cônego Antonio Guimarães Barroso.

Propagadora de Instrução Popular como um dos casos de escolas maçônicas e republicanas no estado de São Paulo e as maneiras que estas inseriram, através da instrução, uma moral ligada aos preceitos do liberalismo (Moraes, 1998).

O uso do termo liceu em duas propostas distintas pode levar a supor que o termo antes elitista, começou a ser usado para iniciativas populares a fim de proporcionar a ideia de um ensino para todos e mascarar a dualidade de ensino.

Por outro lado, a existência de uma proposta de qualificação profissional de vertente maçônica abre outra perspectiva para o ensino católico: disputar espaço com iniciativas de outras vertentes religiosas.

Além do Liceu de Artes e Ofícios, a cidade de São Paulo contava com iniciativas protestantes norte-americanas que também ofertavam ensino noturno e popular. Nesse quadro, os Salesianos se inserem como uma urgência da Igreja Católica de tratar dessa camada que necessitava de formação profissional e que deveria ser prevenida das ideias protestantes. Nesse ponto, uma demanda muito próxima do cenário turinense em que se iniciou os trabalhos de Dom Bosco.

## 1.4.2 A vertente protestante na cidade de São Paulo

A partir da década de 60 do século XIX verifica-se uma intensificação da vinda de norte-americanos ao país. Essa intensificação é decorrente da Nova Lei de Imigração de 1860 e nos anos seguintes, leis e decretos, que estimularam a vinda de estrangeiros ao Brasil ao alterarem a base legal de tolerância (sentido que o liberalismo recebia até a 1850) para liberdade religiosa enquanto princípio liberal (HILSDORF, 2009c, p. 5). Calcula-se que na década de 60 do século XIX, cerca de 2000 norte-americanos vieram para o Brasil (GOLDMAN, 1972, apud HILSDORF, 2009c, p. 5). Dentro desse número, imigrantes e pastores presbiterianos chegaram ao país através de diferentes motivações. E mantiveram trajetórias próprias, uma vez que os próprios imigrantes norte-americanos não se converteram às práticas presbiterianas, as quais eram atividades pastorais e proselitistas, voltadas exclusivamente aos crentes.

Os primeiros missionários defendiam escolas junto às Igrejas, voltadas à instrução de seus próprios fiéis. Apesar da ideia de exclusividade nos trabalhos pastorais aos crentes, o presbiteriano Simonton - primeiro missionário a se instalar no Brasil (1859)- abriu uma escola noturna na Corte para ministrar aulas de inglês, duas vezes por semana, em troca de aulas de português; e seu sucessor, Blackford, também teve, desde 1868, uma dessas escolas ao lado das igrejas (HILSDORF, 2009c, p. 7).

Apesar de não terem a intenção de evangelização, essas práticas chamaram a atenção a ponto de, em 15 de abril de 1868, ser aprovada uma lei (nº 54) que liberalizava e legalizava as atividades de ensino já concretamente praticadas por estrangeiros não católicos. Hilsdorf considera sobre essa lei:

Talvez possamos ver ai um dos primeiros sinais do acordo de representações que, incitando os americanos de confissão protestante a uma maior presença deles no campo da educação escolar, lhes ofereceu ao mesmo tempo uma base para a reorientação de suas práticas de evangelização. Representada e aceita como um ato de apoio, aquela medida possibilitava a abertura de escolas para os não crentes como a outra opção viável de propaganda e proselitismo, para além das escolas auxiliares à manutenção dos cultos, preferidas pelo pioneiro Simonton. (HILSDORF, 2009c, p. 8, grifos da autora)

Daí por diante se configuravam dois modelos de escolas organizados pelos missionários norte-americanos: das escolas paroquiais e dos colégios abertos. Estes últimos eram destinados à comunidade em geral, oferecendo o ensino elementar e o ensino secundário. Apesar dessa ação se distanciar dos ideais de Simonton, com a morte deste e a lei nº 54, os colégios abertos ganharam cada vez mais força.

Em 1870, foi aberto o Colégio Americano em São Paulo sob liderança dos presbiterianos do norte dos Estados Unidos. Posteriormente em 1886, sob gestão de Horace Lane (1885-1912), a denominação deste passou a ser Mackenzie College. Por sua vez, em 1873, os presbiterianos do sul abriram em Campinas o Colégio Internacional. E no ano seguinte, em Sorocaba, o Colégio Americano. Posteriormente em 1881, os metodistas se instalaram em Piracicaba onde gozavam de proteção política para abrir o Colégio Piracicabano.

As escolas abertas se instalaram em núcleos urbanos que contavam com a presença de imigrantes compatriotas e apresentavam grupos sociais letrados que poderiam oferecer alunos a seus estabelecimentos. A mediação entre imigrantes, missionários liberais e republicanos foi feita pela maçonaria na esfera privada, e na esfera pública pela imprensa republicana liderada por Francisco Rangel Pestana (HILSDORF, 2009c, p. 10). Os republicanos assinalavam os colégios protestantes como as instituições munidas dos projetos pedagógicos mais modernos e por esse motivo, tornavam-nos modelos da pedagogia a ser aplicada no Brasil.

Os colégios protestantes americanos organizavam seus estudos de forma seriada e progressiva. Ofereciam classes de ensino normal profissionalizante com fundamentação pedagógica baseada nas ciências naturais e na filosofia, além de conter treino prático para os futuros professores. Em termos curriculares, apresentavam

conteúdos literários e científicos, trabalho manual como treino para os estudos nos laboratórios, atletismo, educação física e ginástica sueca. Portadores do método intuitivo, faziam uso das 'lições de coisas" como forma de aprendizado. Usavam ou adaptavam bibliografia estrangeira. Além de disponibilizar também o ensino misto, apresentavam em diversos colégios metodistas, batistas e presbiterianos mulheres à frente da direção. Os protestantes propunham ainda palestras de divulgação noturnas, abertas ao público em geral, como prática de educação popular (HILSDORF, 2009c, p. 12-13).

Devido a essas características, as autoridades liberais e republicanas apoiaram abertamente as escolas das igrejas protestantes norte-americanas, considerando-as representações para a realização da modernidade ocidental (HILSDORF, 2009c, p. 3). Mesmo sendo ainda considerados colégios confessionais, os colégios protestantes se aproximaram dos valores liberais (capitalismo urbano, instrução para um trabalho livre, mercado aberto, pluralismo religioso) tornando se também modelo para o ensino paulista. A propaganda republicana (1875-89) garantiu sua divulgação. Da mesma forma, na década de 80, quando da eleição de políticos republicanos à Câmara dos Deputados Estaduais, a reforma de ensino aprovada em 1887 aprovou a Lei Provincial 81, de 6/4/1887 (além do regulamento de 22/8/1887 e regulamento específico da Escola Normal de 3/1/1887) que introduzia no ensino elementar e no normal, medidas inspiradas dos modelos protestantes. O ensino religioso facultativo; o ensino seriado e progressivo; a metodologia intuitiva, concreta e objetiva, baseada no ensino oral, no uso de mapas, nos exercícios empíricos e práticos e na observação; imposto para financiar a educação; exigência de diploma de normalista para ser professor efetivo; e a criação de Conselhos de Ensino provincial e municipal (HILSDORF, 2009b, p. 8) são algumas das normas que a vertente republicana e liberal conseguiu introduzir no ensino público. Muitas dessas medidas se consolidariam três anos mais tarde já no governo republicano com a Reforma Caetano de Campos.

O modelo dos grandes colégios e o das escolas paroquiais provocou uma oposição entre os entendimentos dos papéis das Igrejas Presbiterianas para seus pastores e fiéis. Simonton e seus sucessores, Blackford e Schneider defendiam uma ação direcionada aos seus fiéis, logo, deveria a Igreja trabalhar uma evangelização direta. Entretanto, a partir da década de 70, novas práticas possibilitaram através dos grandes colégios uma atração das vanguardas liberais e republicanas como clientela, e uma

catequese indireta através dos valores ensinados nas escolas ou mesmo os eventos que organizavam, configurando-se, portanto a evangelização indireta.

O debate sobre evangelização direta ou indireta prolongou-se durante a década de 90 do século XIX nos ambientes presbiterianos. Educadores como Horace Lane e Chamberlain defendiam a manutenção dos colégios abertos. Enquanto adeptos de Eduardo Carlos Pereira defendiam sua extinção, visto o alto custo das escolas e à ideia de que o sistema educativo presbiteriano deveria voltar-se apenas "para as necessidades da igreja" (HILSDORF, 2009c, p. 9).

Em relação às outras religiões protestantes percebe-se uma trajetória semelhante. Inicialmente uma evangelização direta, com ênfase nos contatos corpo a corpo, distribuição de literatura impressa, cultos com pregação e cânticos, e ensino religioso nas escolas paroquiais. Somente depois de estabelecidos é que os metodistas, batistas *landmarkistas*, anglicanos e adventistas assumiam a manutenção de colégios abertos (HILSDORF, 2009c, p. 8).

A expansão da evangelização protestante e a atenção aos seus métodos educativos provocaram uma preocupação à Igreja Católica. Além das ideias anticlericais, as práticas protestantes tornaram-se modelos de ensino. A Igreja Católica perdia espaço para estas iniciativas.

Enquanto os protestantes preferiram separar a vida religiosa da secular antes de sua consolidação na sociedade, as iniciativas católicas, a fim de se estabelecerem em uma sociedade, inseriram-se em suas questões, tomando parte da vida da mesma. Entretanto no final do século XIX, as ideias liberais e anticlericais opunham-se a essa inserção.

A necessidade de uma nova forma para se relacionar com a sociedade fortaleceu as iniciativas escolares católicas. Os salesianos inseriram-se nesse quadro não apenas como uma instância escolar, mas como uma proposta social. A formação do cidadão através do ensino primário era, na proposta salesiana, reforçada com a inserção de uma moralidade através do ensino religioso. O lema de formar *bons cristãos e honestos cidadãos* se tornava mais uma vez útil para uma sociedade.

## 1.4.3 O Liceu Coração de Jesus e a discussão na sociedade

Ao abordar como uma proposta escolar é moldada conforme o contexto histórico e os condicionantes sociais do espaço de uma sociedade, constata-se como essa proposta interfere na mesma em que se instala. Até este ponto foi tratado o contexto de origem do

sistema preventivo salesiano em Turim na década de 40 do século XIX, e os motivos em que se deu sua instalação em São Paulo em 1885.

Como uma iniciativa da Igreja Católica frente às disputas pela educação, os Salesianos exemplificam a relação controle da educação – controle político. Ao se inserir em São Paulo a fim de arregimentar apoios e alianças à educação católica, a congregação italiana colaboraria para as influências e os espaços da igreja católica no cenário político paulistano.

Desse modo, a mobilização das pessoas contra ou a favor da causa salesiana reflete o debate acerca da Igreja e seu papel na sociedade paulistana. Artigos na imprensa, cartas e discursos demonstram algumas dessas posições.

Inicialmente, a associação leiga Sociedade São Vicente de Paula<sup>33</sup>, estabelecida em São Paulo em 1874, fundou, por iniciativa de Alberto Saladino, a Associação do Sagrado Coração de Jesus, em 8 de dezembro de 1878. Esta era destinada a promover a devoção ao Sagrado Coração e a construir um templo dedicado a seu culto (AZZI, 2000, p. 88). Liderado por uma comissão, a associação arrecadava verbas e aplicava-as nas construções da obra. O empreendimento contava com o apoio do bispo D. Lino Deodato, conforme sua carta pastoral de 29 de junho de 1881 atesta:

Além da confissão, comunhão e das visitas prescritas, deverão os fiéis fazer alguma esmola às causas pias. O Sumo Pontíficie lembra de modo especial a obra da Propaganda da Fé. As da *Santa Ifigênia* e das *Escolas do Oriente*. Os fiéis deste bispado satisfazem também a esta prescrição, dando sua esmola ou às Conferencias de S. Vicente de Paulo, ou a favor da igreja que se trata de levantar nesta cidade, em honra do Sagrado Coração de Jesus (Livro de Tombo para a Igreja do Sagrado Coração: 3)

Antes mesmo de sua construção, pode-se perceber a mobilização a favor da Igreja e, posteriormente ao estabelecimento de ensino que seria construído ao lado. O cronista salesiano Luiz Marcigaglia, associa a fundação do Liceu com a história dos Vicentinos em São Paulo (MARCIGAGLIA, 1955, p. 37). De fato essa associação pode ser feita se considerado que foram os Vicentinos, através da comissão por eles organizada, que se responsabilizaram pela arrecadação de donativos e compra do terreno na Alameda Glete (Livro de Tombo para a Igreja do Sagrado Coração: 4), na qual a Igreja se localiza.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Sociedade de São Vicente de Paula, criada em 1833 por Frédéric Ozanam e mais seis companheiros. Ozanam foi professor de Literatura Estrangeira na Sorbonne em 1841. Em 1848 participou da fundação do jornal democrata cristão *L'Ere Nouvelle*, o qual preconizava a reconciliação das classes sociais, denunciando ao mesmo tempo o pauperismo. In Larousse Cultural. Nova Cultura, v. 18: 4373.



**Figura 1:** Edifício e Capela entregues aos salesianos em

1886, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

Por outro lado, os republicanos, na figura de Rangel Pestana, questionavam a vinda da congregação e os benefícios que essa podia oferecer a cidade de São Paulo:

À Assembléia compete legislar sobre instrução pública; ninguém pode abrir aulas e colégios sem provar suas habilitações: será justo que se abra uma execeção a favor dos Salesianos? [...]

A ciência da educação condena os grandes internatos que não podem deixar de ser conventos ou quartéis. Ora, a Província de São Paulo, com seus adiantamentos, com suas necessidades industriais, não precisa de mais estabelecimentos para formar padres ou soldados. (PESTANA, PSP, 25/10/1882)

A crítica, feita mesmo antes da vinda dos salesianos, é representante da posição anticlerical, que enxergava as iniciativas católicas como atrasadas frente às novas propostas escolares. Jornalista e deputado estadual, Francisco Rangel Pestana era bacharel em Direito pela Academia de São Paulo, mas atuou por muitos anos como jornalista à frente do jornal A Província de São Paulo. Em 1870 assinou no Rio de Janeiro o Manifesto Republicano marcando sua posição à frente do projeto de regeneração do país pela educação escolar moderna e republicana. A partir disso, Pestana colaborou intensamente com diferentes iniciativas. Na Escola do Povo, no Rio de Janeiro, e no Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo; ministrou cursos, participou de exames e divulgou suas práticas como jornalista. Para a educação feminina, apoiou as iniciativas de formação científica e moral atualizada para as mulheres e criou o Colégio Pestana (1876). Como adepto e defensor do cientificismo, apoiou e participou, proferindo palestras, compondo comissões de bancas examinadoras e elogiando em seus editoriais as ações da Escola de Neutralidade (1884). Pestana fornecia suporte para a vinda dos colégios norte-americanos protestantes. Além de trabalhar como professor de português em algumas dessas instituições, ele também acabava por divulgar suas práticas (HILSDORF, 2005, p. 63-65).

Enquanto o político republicano se colocava a favor das iniciativas protestantes como modelo de uma modernidade republicana, liberal, secular que deveria ser assumida pelo Estado de São Paulo, outra vertente era defendida pela elite cafeicultora tradicional e católica, que tinha na figura do Conde José Vicente de Azevedo (1859 – 1944) seu representante.

Deputado estadual por duas vezes (1884-85 e 1888-89), o Conde atuava nos assuntos da educação, e da mesma forma que Pestana, incentivava a vinda de instituições. Atuando no campo católico, ele interveio na implantação de congregações religiosas femininas e masculinas, participou de projetos de alfabetização de adultos e investiu na construção e sustentação de obras pias na região do Ipiranga (HILSDORF; SOUZA, 2000, p. 3).

No caso específico dos Salesianos, além de intervir na vinda tanto dos padres quanto das irmãs salesianas, José Vicente intermediou com o alemão Victor Nothmann a operação de compra do loteamento em que foi construído o Liceu Coração de Jesus. Como deputado, defendeu a presença dos padres estrangeiros na Câmara dos Deputados em ocasião da vinda dos salesianos ao Brasil (ISAÚ, 1985, p. 41). Por outro lado, entrou em um embate com a mesma congregação por querê-la na administração de um novo Liceu no Ipiranga, enquanto os diretores da congregação italiana persistiram na administração de sua própria instituição escolar no Campos Elíseos. É esclarecedor o comentário de Maria Lúcia Hilsdorf sobre a figura do Conde: "Se no plano do instituído, ele se move segundo o catolicismo romanizado, seu desejo instituinte é aquele da preservação do catolicismo que independe das autoridades eclesiásticas para ser praticado" (HILSDORF; SOUZA, 2000, p. 3)

Nas figuras de Rangel Pestana e do Conde José Vicente se apresentavam duas formas distintas de insubmissão à Igreja Católica. Pestana criticava e se opunha ao Vaticano, o Conde José Vicente não se submetia a este, e, como leigo, tomava uma série de iniciativas em nome da Igreja Católica.

Apesar de seus conflitos, José Vicente foi estrategicamente importante para a consolidação de congregações européias no Brasil. Ao liderar na Assembleia Legislativa o grupo em defesa dos católicos e se opor à frente republicana, o deputado divulgou a causa salesiana. É dele o rascunho do discurso encontrado no Arquivo da Inspetoria, datado de 26 de julho de 1898, pedindo ao governo a concessão de um auxílio para o aumento das escolas profissionais do Liceu Coração de Jesus, "auxílio esse pequeno comparado com os grandes benefícios prestados pelos Salesianos aos

meninos pobres" (Vicente 1898, Caixa do Liceu nº 7, Arquivo da Inspetoria de São Paulo).

A atuação de partidários dos salesianos no cenário político de São Paulo não era exclusiva do Conde José Vicente. Trechos de algumas sessões são descritas no Boletim e na Revista Santa Cruz.

Na Seção Ordinária do Senado a 13 de agosto de 1902, o nome do também cooperador, Manoel Antônio Duarte de Azevedo, aparece em destaque defendendo o Liceu. É dele a proposta ao Congresso Legislativo de São Paulo de subvencionar a conclusão do edifício do Liceu com cem contos de réis anuais por um período de 5 a 6 anos (Boletim Salesiano, jan. 1903: 12-13,). Na Revista Santa Cruz é relatada a seção do dia seguinte, na qual Ezequiel Ramos fala sobre a proposta de Duarte de Azevedo e distingue nos Salesianos a parte civil da parte religiosa: "Penso que ao estabelecimento civil, não à parte religiosa dos salesianos, deve o Estado prestar um concurso annual, não na importância que pretende o illustre senador, meu digno amigo, o Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo, de 200 contos ou 400 contos" (REVISTA SANTA CRUZ, 1902b, p. 340).

A separação do aspecto civil e social do religioso se torna uma estratégia dos Salesianos. Primeiramente, a ênfase dada ao caráter civil da instituição colabora para as discussões acerca da relação que o Estado deveria ter com as congregações católicas. Em segundo lugar, ao voltar-se para o aspecto social, os salesianos justificam suas práticas educativas.

Por esse motivo, as discussões em torno do Liceu vão mais além do que a aceitação de um estabelecimento católico. As discussões geradas em torno dos Salesianos tomam parte do debate sobre o ensino. Neste debate, as posições sobre a educação contêm em seu cerne a disputa pelo controle político (Varela, 1993).

As disputas políticas se estenderam também para embates pessoais. Como o caso envolvendo Duarte de Azevedo e o jornal *A Província de São Paulo*, sob direção de Rangel Pestana. Na ocasião de 17 de março de 1888, a ausência do discurso de encerramento professado por Duarte de Azevedo no jornal, foi justificada pelo órgão como que de pieguice partidária por não receber o texto. No dia seguinte, segue de Azevedo uma carta em resposta, publicada:

Já vê a illustrada redacção da Província de São Paulo, que se alguém procedeu neste caso com a <u>pieguice partidária</u>, como teve a <u>amabilidade</u> de dizer em artigo eleitoral, não foi por certo o vice-presidente da Assembléia Provincial. Quanto à supposta contradicção de ideias, que a Província de São

Paulo me attribue, tomo a liberdade de remetel-a ao exame mais refletido e imparcial dos meus discursos.

São Paulo, 17 de março de 1888. (AZEVEDO, 1888, p. 1, grifos do autor)

Outro exemplo do embate de ideias frente aos modelos educativos é a "Questão do Ipiranga". Após a Assembléia Legislativa em 1882 conceder três extrações da loteria provincial para construções educativas no terreno do Ipiranga, iniciou-se um debate sobre que finalidade seria destinada àquela construção. De prédios para a instrução pública, Rangel Pestana defendeu a criação de um liceu científico. A ideia de um edifício-monumento à história do país e uma alameda ligando o bairro à cidade dividiu as opiniões que também se debatiam sobre propostas de criação de um internato. A polêmica se desenrolou por anos e só se resolveu na década de 90 do século XIX com a inauguração do prédio do Ipiranga como Museu e Panteão Nacional em 1895 (HILSDORF, 1993, p. 154-155).

Verificam-se diferentes episódios de disputa política através de projetos para a educação. A instalação dos Salesianos em São Paulo no final do século XIX foi uma delas. Porém a discussão em torno do ensino e o debate sobre o lugar da Igreja na sociedade foi mais ampla, movimentando diferentes orientações de políticos, educadores, crentes na tomada de posições e defesas dessas.

Por sua vez, a Igreja tentava dentro deste debate posicionar-se junto ao governo e afirmar sua necessidade perante a sociedade:

O esforço de desenvolver um catolicismo mais vigoroso e de penetrar nas principais instituições sociais também era relativamente novo. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas de um espírito católico (MAINWARING, 2004, p. 45).

Nesse objetivo, que a Igreja vai perseguir mais intensamente a partir de 1916, os salesianos como uma congregação romanizada vai servir de aliado ao processo de romanização da sociedade brasileira. Vindos de um contexto italiano do *Rissorgimento*, a congregação italiana atuou conforme sua posição ultramontana e adaptou sua estrutura a fim de melhor arregimentar defensores para sua causa, como será visto no capítulo seguinte.

#### 2. O Sistema Preventivo Salesiano no Liceu

Apesar de ter sido o primeiro estabelecimento escolar salesiano em São Paulo, o Liceu Coração de Jesus não foi o único. O colégio Santa Inês, dirigido pelo braço feminino da congregação, e a escola profissional no Bom Retiro expandiram a ação salesiana pela cidade. Porém antes mesmo destas obras, novos colégios foram construídos no interior do estado e do país. Lorena, Campinas, Cuiabá já na década de 90 do século XIX recebiam a congregação salesiana representada pela prática educacional com meninos.

Adilson José Francisco tratou em sua dissertação de mestrado do Liceu de Artes e Ofícios de São Gonçalo, instalado em 1904 no Mato Grosso. O estabelecimento apresenta uma série de diferenças com o Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Não intentando fazer aqui uma comparação, ressalto apenas que o estabelecimento escolar no Mato Grosso inicia suas práticas com o ensino primário, secundário e profissional. Apesar de suas especificidades locais, o sistema preventivo salesiano se estabelece sustentado pelo objetivo de uma formação conciliada entre cristandade e cidadania. "A pedagogia salesiana quis ser a seu modo uma resposta e uma tentativa da Igreja de adaptar-se aos 'avanços pedagógicos dos novos tempos', ainda que não eximindo deste sistema a perspectiva moral e religiosa" (FRANCISCO, 1998, p. 135).

Do mesmo modo, em São Paulo, os salesianos posicionaram-se diante da pluralidade de propostas de educação. Ao oferecer um ensino primário e profissional, o Liceu propunha uma instrução ao trabalhador. Ao propô-la, os religiosos adicionavam à questão moral, a vertente católica.

A importância da instrução de ofícios a jovens carentes é percebida na carta enviada em 1890 pelo salesiano D. Lasagna, responsável em intermediar e tratar das aberturas de casas salesianas nos territórios brasileiros, para Miguel Rua, sucessor de Dom Bosco na direção da congregação: "Aqui cada casa deverá sempre ter algumas oficinas, embora também os estudos devam ser cultivados. Pois a ideia de ensinar artes e ofícios nos faz populares e aceitos a todos" (FERREIRA, 2007, p. 148).

O ensino de uma arte ou ofício subentendia trabalhos manuais ou funções em uma cadeia produtiva, não compreendendo cargos administrativos, burocráticos.

Destarte, o ensino salesiano era proposto para desempenhar um papel como formadora de mão de obra no sistema produtivo do século XIX.

Com seus objetivos e públicos demarcados, o Liceu iniciou suas atividades com o internato. A data 29 de junho de 1886 marcou seu início com a entrada de dois alunos provenientes de Itatiba e de São Paulo, formando a primeira turma que naquele mesmo ano completaria 24 internos. Ainda no ano de 1886, aconteceria a instalação das primeiras Escolas Profissionais Salesianas em São Paulo. (MARCIGAGLIA, 1955, p. 40). Além dos formatos escolares, existia desde 1885 o Oratório, com uma parte destinada aos meninos e outra às meninas cuidadas pelas damas de Guarda de Honra.

Um dos primeiros documentos relacionados às práticas escolares é o *Prospecto do Lyceu de Artes e Officios*. Assinado pelo então diretor padre Miguel Foglino, o documento pode ser datado durante o diretorado do sacerdote, entre os anos de 1895 a 1901<sup>34</sup>. Em sua primeira página, o prospecto apresenta as características do Liceu.

- 1. Tem por fim proporcionar aos filhos do povo uma educação intellectual e moral, capaz de formar bons christãos e bons cidadãos, bem como activos e honestos artistas.
- A localidade Campos Elyseos escolhida para o estabelecimento é geralmente reconhecida como uma das mais saudáveis e amenas da Capital.
   O Lyceu está dividido em duas secções, a *profissional e a collegial*.
   (PROSPECTO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS DO SAGRADO CORAÇÃO DE SÃO PAULO, 1895-1901?)

O prospecto segue a indicação de D. Lasagna em relação ao ensino de ofícios e anuncia como primeira característica seu atendimento aos filhos do povo. A formação de artistas sob o lema "bom cristão e honesto cidadão" recebe como complemento de características a honestidade e a atividade, esta última no sentido de exercício constante de seu ofício. Devendo, o artista, produzir bastante e lucrar somente o justo com seu serviço.

É anunciado ainda a existência de duas seções: a colegial e a profissional. O livro manuscrito encontrado no Arquivo da Secretaria do Liceu, *Primário e Profissional Comercial 1894-1896*, divulga logo em seu título o curso que o Prospecto faz referência como sendo da seção colegial.

Ainda foi encontrado nas dependências do Arquivo da Inspetoria o *Estatutos e Programmas de Ensino do Liceu do Sagrado Coração – Artes, Officios, Commercio.* Vale, neste ponto, chamar a atenção para o número de estatutos encontrado, 3 exemplares, além de uma cópia xerocada. Em uma pesquisa que, por não haver

\_

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> A ponderação foi baseada nos livros anuais com nomes, cargos e localidade dos salesianos da Inspetoria. A Publicação é chamada de Elenco, ficando cada Inspetoria a cargo de sua publicação. O conjunto de todas as informações do Elenco Inspetorial são enviadas a Roma para a composição do Elenco Geral da Família Salesiana, publicado em italiano. O Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo conserva os exemplares de 1874 até os anos atuais.

informações e fontes primárias completas, deve se relacionar regulamentos e estatutos com cadernos manuscritos ou com dados do elenco, o caso de um estatuto com 4 exemplares chama a atenção. Se o número de exemplares refletir sua importância, esta pode ser suposta pela sistematização de todos os cursos profissionais oferecidos até aquele ano. O Estatuto, mesmo carregando as regras gerais do estabelecimento, os horários, os critérios para admissão, contém exclusivamente o programa para os cursos de tipografia, impressão, fundição de tipos, estereotipia e galvanoplástica, encadernação, pautação, alfaiataria, oficina de calçados, carpintaria, marcenaria com os anexos de envernisação e torneio, oficina de ferreiros, serralheiros e ajustadores mecânicos e marmoraria. Além da importância do estatuto, pode-se aqui pensar também a ênfase dada ao ensino profissional.

Este ensino é uma das formas de instrução aos filhos do povo, que está dividida na seção de estudantes, onde se oferece o ensino primário e o comercial (a partir de 1904), e na seção das escolas profissionais. A partir desses, o Liceu elabora um tempo e espaço escolar próprio, onde insere seus alunos e os prepara para um tempo e espaço urbano e liberal. Os cursos primário, profissional e comercial são ofertados para 700 alunos (segundo o Estatuto de 1908), e divididos em internato e externato. O ensino comercial passa a existir em 1895, e é reorganizado em 1904 quando deixa de fazer parte da seção profissional e é transferido para a seção de estudantes.

A partir deste ano, pode se perceber em ambas as seções o ensino de ofícios. A intenção de formar os alunos sob uma profissão é a condição que os religiosos entendem como necessária para seus alunos viverem no tempo e espaço paulistano do final do século XIX.

#### 2.1 A determinação do tempo e espaço para uma ação educativa

A condição de um tempo e espaço específico estabelece objetivos e valores a serem vividos e transmitidos aos homens. O tempo, assim como o dinheiro e a consciência moral, integra-se na estrutura pessoal de cada personalidade. A individualização dos dados coletivos torna-se obrigatória para a incursão de cada ser humano na sociedade e sua consideração como adulto.

Por essa razão, Norbert Elias considera a familiarização com o tempo como um fato social (ELIAS, 1998, p. 20). O tempo social, e a sensibilidade dos homens a ele, passam a ser sinal de um processo de civilização (ELIAS, 1998, p. 23). O homem civilizado naturaliza a noção de tempo em si e sincroniza seu comportamento com os

relógios e os calendários a tal ponto que sua consciência do tempo passa a ser sentida como um componente misterioso de sua própria natureza ou como um dom divino (ELIAS, 1998, p. 69).

A naturalização do tempo passa também pela sua caracterização divina. A atribuição divina do tempo, bem como a crença em espíritos e divindades, é colocada por Elias como sistema de coerção à capacidade individual de auto-regulação e disciplina:

A crença nos espíritos pode desempenhar um papel no campo da consciência moral. Grupos humanos que talvez ainda não estejam em condições de controlar bem suas pulsões e afetos, mediante suas próprias forças, encontram ajuda junto a figuras imaginárias que, ao lhes imporem restrições aparentemente externas, reforçam suas faculdades de autodisciplina (ELIAS, 1998, p. 24)

A partir disso é possível pensar o tempo caracterizado pela Igreja católica. As figuras imaginárias são aqui substituídas por Deus, que ao conceder o tempo aos humanos exige destes um comportamento e tratamento adequado a sua boa utilização. A Igreja católica como porta-voz de Deus indica os meios para seu uso ideal. As orações, missas e sacramentos ordenam o tempo das vidas dos homens. A confissão se relaciona diretamente com a consciência individual (DELUMEAU, 1991, p. 7) por meio do reconhecimento dos pecados, estes que limitam as pulsões e afetos humanos ao que é aceito ou não por Deus. Através do tempo, o ensino católico desenvolve formas de disciplinarização do aluno.

O ensino religioso católico insere, como escola, um conceito de tempo relacionado à aprendizagem, sua progressão, sua duração e os momentos de exercitá-la e de testá-la em ocasiões específicas para cada disciplina. Como estabelecimento religioso implanta também uma noção de tempo como um dom divino e por isso, deve ser muito bem aproveitado com as celebrações e orações, e distantes dos pecados. Dentre eles, o ócio; este deve ser uma condição distante dos alunos.

Os alunos salesianos, em especial, devem estar ocupados o dia inteiro com atividades religiosas, de estudo, lúdicas, musicais, teatrais, facilitando o seu controle e sua vigilância dentro das atividades. Além disso, o planejamento do dia do aluno servia também para impor-lhe o "uso-econômico-do-tempo" (THOMPSON, 1998, p. 291).

Thompson no artigo *Tempo*, "Disciplina de trabalho e Capitalismo Industrial" mostra como o uso econômico do tempo era inculcado nas fábricas e nas cidades inglesas. O folheto *Friendly advice to the poor* (Conselho amigável aos pobres), escrito pelo Rev. J. Clayton, em 1755 na cidade de Manchester, orienta os hábitos dos cidadãos

para que esses evitassem um desperdício de tempo. O uso econômico do tempo nas escolas servia como um treinamento para adquirir o hábito do trabalho (THOMPSON, 1998, p. 292). O tempo passa, a partir do século XVIII, a ter valor monetário e as instituições que o difundem uma importância na nova ordem capitalista industrial. A escola, as circulares na cidade e na fábrica inserem o hábito do trabalho e este como fonte de renda. O debate entre o trabalho irregular dos manufatureiros ou das empreitadas em oposição ao dos trabalhadores contratados e remunerados ocupa todo o século XIX. O trabalho remunerado carrega em si a ideia de constância laboral, inserindo uma disciplinarização do tempo.

Esta era internalizada no cotidiano das fábricas, das cidades e da Igreja. A forma de empregar o tempo dizia respeito à formação, aos ideais e às crenças de cada homem. Como anunciou Elias, a determinação do tempo aparece como um meio de orientação, elaborado pelos próprios homens a fim de realizar certas tarefas sociais muito precisas, incluindo nessas a determinação dos corpos celestes (ELIAS, 1998, p. 67).

Junto com o tempo, o espaço oferece outra orientação aos corpos, definindo as situações adequadas para realizar cada tarefa social. Como condicionante, o espaço:

Carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica, mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas – à sua hierarquia e relações. (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 64)

Se no século XVIII, o tempo passa a ter valor monetário, o espaço tem nas nascentes indústrias um novo local de trabalho. Diferente das oficinas ou dos campos, o trabalho nas indústrias é caracterizado de uma maneira distinta, estabelecendo novos valores, regras, reivindicações.

Destarte, o tempo e o espaço organizados e ensinados dentro das escolas pretendia também a orientação de seus alunos a determinadas tarefas sociais. O discurso do deputado e cooperador salesiano Manuel Antonio Duarte de Azevedo em ocasião do Primeiro Congresso Católico Diocesano de São Paulo em 1902, pautava sobre a organização do tempo e da vigilância salesiana dentro do Liceu:

Este systema admirável tem como base a situação dos meninos na impossibilidade de cometterem faltas. São assistidos e vigiados nas aulas, nas officinas, nos passeios, nos folguedos, na capella, nos dormitórios. Os meninos nunca ficam sós, nem desoccupados; quando não estudam nas aulas, não trabalham nas officinas e nos campos agrícolas, ou não se

occupam nas praticas de devoção, atiram-se aos ruidosos folguedos das horas de recreio; saltam, correm, gritam, entregam-se a exercícios gymnasticos e jogos manuaes, sempre na companhia dos diretores, mestres e assistentes. Nessa ocasião gozam os meninos de toda liberdade licita, guardando apenas a regra que às creanças dava São Felippe Nery – façam tudo que quizerem, menos o que for pecado. (AZEVEDO, 1902)

A mesma situação é apresentada no detalhe da imagem abaixo. O detalhe da foto, datada de 1885 a 1894, ilustra as atividades dos meninos sendo observados pelo sacerdote.



Figura 2: Detalhe da foto intitulada Pátio atual da gruta 1885-1894,

Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

A partir da fala do cooperador e da imagem acima, verifica-se a maneira com que os salesianos disciplinavam seus alunos a partir de um conceito de tempo. A intensa atividade dos meninos, sua ocupação integral e a constante vigilância dos superiores indicam uma orientação de tempo e espaço que sirva para afastar os meninos do pecado, imprimindo-lhes uma ideia de liberdade condicionada. A liberdade que lhes era impressa tratava de uma pseudo liberdade, no sentido de estar sempre condicionada a alguma ação carregada de moral. A classificação de suas ações em pecado ou não estava implícita nas atividades que eram permitidas, costumeiras e cotidianas. O que não se podia fazer, o que era considerado pecado, eram as ações que seus superiores não testemunhavam e não apontavam nas programações diárias. A autodisciplina consistia na conscientização dessas ações e nas suas repetições para além do ambiente escolar. Dá-se aí também o motivo dessas ações estarem voltadas em sua maioria ao trabalho e às práticas católicas.

A fala do cooperador em um congresso diocesano demonstra a aceitação deste modelo como ideal da igreja católica paulista à formação do aluno católico. O Liceu coloca-se a cumprir o ideal de disciplinarização dos meninos através de uma vigilância que molde o tempo

# 2.2 O externato e o internato: o tempo a serviço de um controle e disciplinarização

Conforme já foi citado, as atividades do Liceu iniciam-se em 1886 com o internato e o oratório. Ao nomear de seção, o internato e o externato<sup>35</sup>, este ultimo não tem muito clara sua condição. Apesar de ter sido referida em 1894 com o Prospecto de Freqüência do Externato, quatro anos depois uma circular datada de 18 de setembro de 1898, informa a falta de espaço para o Externato.

> Porém, se a todos causa-nos magoa a presença de tantos meninos destituídos dos rudimentos de instrucção, os pesados encargos que sustentamos com a manutenção do internato de mais de trezentos alumnos, dos quaes mais da terça parte recebem instrucção e subsistência gratuita, obstavam à continuação das obras do Lyceu para a fundação do Externato (CIRCULAR, 18 set. 1898)

Porém, em 1902, a Revista Santa Cruz informa sua abertura e pela primeira vez, algumas de suas regras:

> No intuito de acodir às necessidades palpitantes da instrucção e educação christans, entre nós, o revmo. Padre Sr. José Zeppa, digno diretor do Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, acaba de abrir um Externato annexo ao mesmo Lyceu.

> A edade para admissão é de 9 a 16 annos; o programma é o mesmo das escolas publicas e abrange todas as matérias do curso primário; a mensalidade é de 5 a 10\$000, sendo recebidos gratuitamente os meninos pobres. (REVISTA SANTA CRUZ, 1902)

Sua efetivação, porém, ainda é um impasse, uma vez que cada cronista salesiano a atribui a diferentes realizadores. Marcigaglia a atribui à doação do leigo Zózimo Barroso<sup>36</sup>, o qual custeou a obra para a construção do prédio destinado ao Externato do Liceu (MARCIGAGLIA, 1955, p. 45). Por outro lado, Isaú, baseado no Diário Oficial de 16 de março de 1900 e no de 13 de julho de 1901, aponta verbas públicas concedidas através de loterias ordinárias e extraordinárias destinadas ao Liceu (ISAÚ, 1985, p. 91).

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> O uso da palavra seção é do próprio Liceu para designar a divisão internato e externato. Apesar de naquele período o termo ser grafado com "SS".

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Pesquisado o nome dessa personalidade, não foi encontrada nenhuma que coincidisse no tempo e espaço da questão do Externato.

De qualquer forma, o processo de construção e formação do externato levou alguns anos e contou com a ajuda civil e estatal. Percebe-se que a organização das sessões do Liceu foi feita pelos salesianos sob um constante processo de observação, tentativas, ajudas e implantações que tentasse melhor se adaptar à sociedade. A esse processo que pode ser denominado de escolarização, a organização do tempo é apenas um de seus desdobramentos.

Sobre o funcionamento do Externato no Liceu, foi encontrado no livro de crônicas do Liceu vol. 3 um folheto nomeado *Programma do Externato do Lyceu do Sagrado Coração de Jesus*. Apesar de não ser datado, supõe-se que sua elaboração seja posterior a 1902, momento em que o estabelecimento já estava estabilizado a ponto de organizar seus horários. Assim, o cotidiano no Externato iniciava-se às 10 horas da manhã e encerrava-se as 16:25 da tarde, todos os dias úteis, exceto as quintas feiras. O tempo no qual o aluno devia estar nas dependências do Liceu era estendido pela obrigação de comparecer nas missas das 10 horas do domingo e do catecismo. Em sua ausência, deveria ser apresentado um bilhete dos pais justificando sua ausência.

Apesar de não ter especificado o dia do catecismo, pode-se observar a exigência de presença do aluno no mínimo 5 dias por semana. O tempo do aluno nas atividades e aprendizagens do externato limitava a influência dos religiosos e dividia a atenção destes com os acontecimentos do mundo externo. Por esse motivo, o tempo dos externos devia ser estendido para outras atividades, as quais dessem continuidade à imersão do aluno nas atividades espirituais e ligadas a sua formação.

Devido a essa condição, os pais também recebiam a incumbência de acompanhar e fiscalizar seus filhos no cumprimento de suas obrigações. Desde a matrícula, o aluno, de no mínimo 8 anos de idade, deveria ser apresentado ao lado de seus pais ou tutores. Em relação às aulas ou aos compromissos religiosos, em caso de ausência: "Deve o alumno ser acompanhado pelos paes ou bemfeitores para justificar sua ausência, ou ao menos trazer uma carta bilhete" (Programma do Externato do Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, p. 2).

A atribuição de responsabilidade pela formação de seus filhos exigia desses pais também a frequência e participação nas atividades e regras do Liceu. Desde a obrigação na missa que supunha os hábitos católicos da família do aluno, até o controle dos horários por seus próprios pais, o tempo da escola era estendido para a casa, e, consequentemente, o controle do aluno. A circular sobre o Prospecto de Frequência do

Externato, de primeiro de junho de 1894, demonstra essa atribuição de responsabilidade:

Para animar cada vez mais a frequência dos alumnos ao Externato e dar frequentes informações dos mesmos aos Snrs. Paes ou tutores, distribuímos hoje, 1º de junho um livro PROSPECTO DE FREQUENCIA

Rogamos aos Snrs. Paes ou tutores de pedir todos os dias o Prospecto. O carimbo do dia indicara a freqüência do alumno ao Externato, a falta do mesmo pelo contrário indicará sua ausência. A particular applicação e as faltas graves serão notadas nas observações. Rogamos também a V. S. de fazer acompanhar o menino quando alguma grave causa o obrigar a faltar às lições,

Pela direção. (CIRCULAR SOBRE O PROSPECTO DE FREQÜÊNCIA DO EXTERNATO, 1 jun. 1894)

A criação de um prospecto de frequência leva também à suposição de faltas e de fugas dos alunos à escola. A não submissão dos alunos a um tempo escolar é colocada como um desafio aos salesianos.

Desafio esse também existente no internato. Entretanto nesta modalidade, os religiosos contavam com uma maior possibilidade de controle. O tempo dos internos era detalhadamente programados a fim de ocupar-lhes todos os dias, garantindo-lhes horários para o recreio, almoço, merenda e asseio. A organização do tempo dos alunos em horários resultava em uma programação de suas necessidades. Goffman aponta essa exigência para as instituições, consideradas por ele, totais:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1987, p. 11).

A partir dessa definição, o Liceu pode ser considerado uma instituição total, na medida em que abriga alunos em um condicionamento comum de regras estabelecidas pelos diretores, administradores e professores, que também residentes, realizam o seu trabalho no que seria sua própria residência. Logo, os horários dentro desse estabelecimento devem planejar todas as necessidades dos residentes (GOFFMAN, 1987, p. 1121), inclusive determinando o que de fato é necessidade e classificando-as. O tempo dividido em estudo, serviço e religiosidade – incentivando esta na hora do lazer – submete o tempo a horários e insere mais intensamente em seus residentes a ideia de planejamento entre suas responsabilidades. Entretanto, este trabalho se ocupará dos efeitos do tempo apenas com relação aos alunos.

A exigência de aprendizagem dos horários salesianos na vida de seus alunos tem a ver com uma caracterização de hábitos que os horários imprimem em seus seguidores:

Ao crescer, com efeito, toda criança vai-se familiarizando com o "tempo" como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo ela experimenta desde cedo. Se, no decorrer de seus primeiros dez anos de vida, ela não aprender a desenvolver um sistema de autodisciplina conforme a essa instituição, se não aprender a se portar e a modelar sua sensibilidade em função do tempo, ser-lhe-á muito difícil, se não impossível, desempenhar o papel de um adulto no seio da sociedade. (ELIAS, 1998, p. 14)

Como no externato, o aluno do internato podia ser admitido a partir de seus 9 anos de idade. E no estabelecimento ficar até seus 14 anos. Apesar de a noção de tempo ser nele inserida desde a sua casa, é no internato que a transição para a função de adulto se iniciará. O tempo inserido no internato passa a ser um fato social por ele mesmo, passando a representar os salesianos enquanto também uma instituição social. O menino que ali se matricula forma-se um adulto. E a organização do tempo segundo os salesianos se imprime no modo que este aluno passa a organizar o tempo em suas atividades diárias.

#### 2.2.1 O tempo para uma formação profissional

Os Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado Coração de 1908 apresentam a grade horária dos aprendizes (escola profissional) e dos estudantes (ensino primário e comercial) da ala interna. A organização e ocupação do tempo de cada tipo de aluno revelam uma diferenciação na formação para cada ocupação. O tempo a ser moldado nos aprendizes tem durações longas, com pouca variedade e descanso ao ser comparado com o tempo dos estudantes.

O despertar, as refeições, o descanso e os atos noturnos eram realizados no mesmo horário. Contudo as outras atividades se diferenciavam por completo. O dia do aprendiz iniciava-se com aulas de desenho e música e tinha duração de 2 horas e 15 minutos. Já o do estudante iniciava com estudo e canto, mas era oferecido um recreio de 15 minutos nas atividades. O almoço era servido a ambos às 9:45, antecedido e procedido de um recreio. Às 11 horas se iniciavam as oficinas para os aprendizes. Essa atividade também tinha duração longa, igualmente de 2 horas e 15 minutos. Enquanto esse mesmo tempo para os estudantes era separado em estudo, aula e recreio. Depois da merenda, havia mais 2 horas e quinze minutos de oficina aos aprendizes, e exercícios de ginástica, aulas e recreio aos estudantes. O horário coincidia novamente às 4 horas da tarde com o asseio, seguido do jantar e recreio. Às 6 e meia iniciava-se o período de duas horas de aulas para os aprendizes, tempo que para os estudantes era dividido durante o dia em 4 seções de 45 minutos cada uma. Enquanto isso os estudantes se

ocupavam com o estudo e aula de música. O dia encerrava para ambos às 8 e meia com os atos noturnos e descanso.

Os tempos longos nas oficinas, a escassez em recreios e a não oferta de tempo de estudo aos aprendizes demonstrava a formação do aluno para uma organização de tempo intensa e regular ligada ao trabalho. O trabalho irregular dos manufatureiros descrita por Thompson dá lugar a uma rígida divisão do tempo, em que o trabalho se apresenta em longas jornadas seja nas oficinas ou nas aulas. Depois de formado, a longa jornada acontecerá nas indústrias ou em oficinas. Mas o tempo dedicado ao trabalho continuará longo.

O uso econômico desse tempo será também ensinado aos aprendizes através de gorjetas pelos seus trabalhos nas oficinas:

Para despertar nos alumnos o amor ao trabalho e habitual-os à actividade profissional, distribuir-se-á semanalmente uma gorjeta ou retribuição relativa ao grau que o alumno exerce, a saber:

```
1° grau Réis 100
2° " " 200
3° " " 300
4° " " 400
5° " " 500
6° " " 600
7° " " 700
8° " " 800
9° " " 900
10° " " 1000
```

Qualquer incorreção notável no procedimento priva o alumno da gorjeta semanal. (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado Coração, 1908, p. 10)

Através desse procedimento a noção de tempo como dinheiro era inserida nos alunos. Também a ideia de merecimento foi transferida, como demonstra a última nota. A punição por alguma incorreção notável fazia-se sentir em suas gorjetas. O procedimento, além de acostumá-los às condutas das oficinas e indústrias, introduzia em seus alunos a busca pela perfeição e relacionava a excelência do trabalho ao retorno financeiro.

O tempo de aprendizado nas oficinas era regulamentado pelo estatuto. O programa de cada curso era dividido em 10 graus, cada um com duração de três meses. As habilidades do aluno eram verificadas nos exames de promoção, os quais observavam a "perfeição do ofício e destreza relativa na execução do trabalho" (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado Coração 1908, p. 7)

O uso do tempo ensinado ao aluno estava além da sua divisão em graus ou em sua busca pela excelência. Ao aprendiz era proporcionado um *ensino methodico e* 

gradual (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado Coração 1908: 7) que vislumbrava todas as etapas da produção. O tempo integral da produção em que o aluno era formado dizia respeito a uma concepção de trabalhador que dominasse todas as fases da produção, capacitando-o a um trabalho livre e autônomo. O resultado era apresentado na Exposição Nacional, realizada anualmente pelo Liceu a partir dos objetos produzidos por seus alunos.

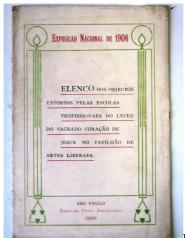


Figura 3: Capa do Elenco dos Objectos Expostos pelas escolas

profissionaes do Lyceu do Sagrado Coração de Jesus no Pavilhão de Artes Liberaes, 1908, Caixa do Liceu nº 7, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

O conteúdo do elenco se dividia pelos cursos e em cada um deles se observavam as peças, o(s) aluno(s) e o grau em que se encontrava cada um. Ao comparar o elenco com o *Estatuto e Programma de Ensino do Lyceu do Sagrado Coração* do mesmo ano pode-se perceber que não são todos os cursos que tomam parte da exposição. Cursos como estereotipia e galvanoplástica, pautação, carpintaria, ferraria e serralheria não participavam da exposição. Como não foram encontrados mais exemplares de outros anos da exposição, não se pode acompanhar a participação ou o destaque de determinados cursos no evento. Entretanto, aos alunos que participaram do evento pode-se apontar a sua produção, o seu tempo de aprendizagem como o que de fato devia ser exibido. Ou seja, a exposição servia como divulgação da qualidade da formação salesiana no que diz respeito à formação integral de artífices.

Quanto aos estudantes, o Estatuto de 1908 anunciava que o curso preliminar era guiado pelo programa vigente nos grupos escolares do governo e lhes dava direito ao diploma de habilitação para se matricularem no curso profissional ou no comercial.

Por sua vez, o ensino comercial estava dividido em 3 anos e abordava as matérias relacionadas aos idiomas de português, inglês, francês, alemão; de humanas

como história e geografia; e das ciências naturais com princípios de física e química. Entretanto a ênfase estava nas disciplinas ligadas a matemática, contabilidade, economia. Chegando a ter ainda noções de direito comercial e datilografia. Ao final, uma observação resume a finalidade do programa: "As matérias são ensinadas sempre com vista ao preparo commercial pratico dos alumnos." (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado 1908, p. 52).

A página intitulada "Parte Theorica" relacionava as matérias oferecidas no período de duas horas das aulas diárias aos cursos profissionais. Abordando desenho, instrumentos e utensílios, matérias primas, regulamentos, normas de avaliação do trabalho e escrituração, as disciplinas focavam no próprio ofício. O estudo histórico era oferecido através do início, da evolução e aperfeiçoamento do ofício; enquanto a geografia tratava dos principais empórios e centros mundiais onde é o maior desenvolvimento comercial e industrial do ofício (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado 1908, p. 51). Por fim, havia o estudo de língua portuguesa e francesa, aritmética e geometria elementar. A observação final colocava como obrigatória a parte teórica do programa para obtenção do diploma de habilitação profissional.

As disciplinas oferecidas nos cursos comerciais e profissionais eram planejadas a fim de formar um profissional específico, mesmo que isso significasse um conhecimento superficial de outras disciplinas. O aluno aprendia a dominar o seu ofício, tanto na parte prática quanto na teórica, relacionando a sua origem, sua execução pelo mundo, seus instrumentos, matéria prima, etc. Da mesma forma, o estudante do curso comercial também devia dominar as práticas mercantis e as funções relacionadas à contabilidade. O tempo dos alunos se voltava à preparação de um trabalho específico e técnico, sem necessidade de estudos mais aprofundados. Dessa maneira, a disposição das disciplinas configurava os currículos, os quais, segundo Tomaz Tadeu da Silva: "produz[em] os sujeitos aos quais fala, os indivíduos que interpela. O currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades" (SILVA, 2001,p. 12).

O tempo dos meninos durante seu estudo no Liceu e também do seu futuro profissional passava pelo currículo e pelo que este apontava para o aprendizado de cada seção. Em cada curso e em cada seção (de internato e externato) o tempo era organizado segundo as finalidades cognitivas para uma prática profissional (jornadas longas, conhecimento específico) e para melhor possibilitar a vigilância de seus alunos (deveres dos pais e dos externos, grade horária dos internos).

Na tarefa de vigiar e ocupar os meninos, os salesianos ofereceram opções que tinham como intenção conquistar interessados e formar sua clientela. O estatuto de 1908 auxilia na compreensão dessa clientela, mostrando quais os cursos e sessões a que a população mais aderiu. Em suas páginas iniciais, um número de 300 internos e 400 externos é apontado como o número geral de alunos do Liceu. Dentre estes, a maioria encontrava-se no ensino preliminar<sup>37</sup> (300 dos 400 externos). Por sua vez, 160 dos 300 alunos internos também estavam matriculados neste curso. Logo, o ensino preliminar despontava como a principal seção do Liceu (total de 460 dos 700 alunos), concentrados principalmente na seção de externato.

Diferente do modelo que deu início às ações de Dom Bosco em Turim, o modelo de ensino primário no formato de externato pode ser explicado como o que mais atingiu os interesses da sociedade paulistana. Primeiramente, a questão do custo justifica a predominância do externato<sup>38</sup>. Em segundo lugar, o ensino primário como instrução para o povo possibilitava uma maior aproximação da congregação com o Estado ao auxiliá-lo nesta tarefa.

O ensino primário tornou-se a estratégia salesiana para se inserir na sociedade paulistana e construir uma relação com o Estado. Apesar disso, seus estatutos destacam as escolas profissionais e o ensino comercial. O destaque não se dá pelo critério quantitativo de alunos, mas pelo interesse da congregação em exercer suas atividades originais de Turim: ensino profissional e internato. Os quatro anos estudados no Ensino Primário poderiam direcionar/convencer os alunos a prosseguirem seus estudos nos cursos do Liceu, uma vez que formados no primário, os alunos estavam habilitados a se matricularem em cursos profissionais.

Seja pela possibilidade de subvenção do Estado ou pela continuidade do estudo no Liceu no ensino profissional ou comercial, era necessário aos religiosos

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Escolas Preliminares são escolas regidas por professores normalistas ou professores habilitados, em concurso, perante a Congregação da Escola Normal da Capital. Como um dos graus do ensino primário, tinha duração de 4 anos. Após esse período seguia-se o ensino complementar (REIS FILHO, 1981, p. 116; SHIEH, 2010, p. 78-86). O curso complementar juntamente com o estudo nas escolas Normais garantia o direito a pratica da docência. De duração de 4 anos, o curso preliminar compreendia as matérias de: Leitura e Dedução de princípios de gramática; Escrita e Caligrafia; Cálculo Aritmético; Geometria Prática; Sistema Métrico e Decimal; Desenho a mão livre; Moral prática; Educação Cívica; Noções de Geografia geral, Cosmografia; Geografia do Brasil, com especial foco em São Paulo; Noções de física, química e historia natural; História do Brasil e leituras sobre grandes homens; leituras de Música e canto; Exercícios Ginásticos e Militares. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1894, apud REIS FILHO, 1981, p.116).

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> No Programa do Externato, a mensalidade estipulada é de 10\$000. Por sua vez, o *Prospecto do Lyceu de Artes e Officios* de 1895 a 1901 anunciava para o internato a cobrança de uma pensão de 120\$000 por trimestre. Além da joia e das taxas para serviço de lavagem e engomado.

disciplinarem seus alunos em um tempo de estudo e orações. Para essa finalidade o tempo também era organizado para a formação de uma religiosidade.

# 2.2.2 O tempo para uma formação religiosa

As aulas particulares, "aula de declamação, musica vocal e musica instrumental (banda), que serão dadas gratuitamente aos alumnos que forem julgados idôneos pelo Director" (Prospecto do Lyceu de Artes e Officios do Sagrado Coração [1895-1901?] p. 2) eram anunciadas para a condição de bom comportamento. Já no Estatuto de 1908, além dessas aulas, verificava-se também "schola cantorum", lições de piano e aula de ginástica.

Em ambos os documentos, a presença da música era majoritária. O motivo dessa importância está nos Regulamentos da Sociedade Salesiana, art. 135: "Cultivem-se a música e o canto, no intuito de maior formação e mais viva participação nas funções litúrgicas" (ISAÚ, 2000, p. 313). Além de colaborar com as funções litúrgicas, as aulas diárias de música desempenhavam uma função moral-catequética. Primeiro, pela condição de idoneidade como critério para participar. Segundo, pela disciplina que a própria música exige tanto na postura, quanto no cuidado com a voz. Terceiro, pelo conteúdo das músicas tocadas e cantadas, freqüentemente de temática católica. Fato semelhante podia ser constatado nas aulas de declamação<sup>39</sup>. Interpretando geralmente peças católicas e com finais moralizantes, os alunos recebiam durante este tempo uma contínua educação moral. As aulas inseriam nos alunos as bases do sistema preventivo: religião, através dos conteúdos das músicas e peças; razão através das técnicas vocais e musicais; e *amorevolezza* como exigência comportamental para se freqüentar as aulas.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> O Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo contém uma seção específica para as peças representadas no Liceu; e outra para as músicas. Ambas estão catalogadas e separadas por gênero.



Figura 4: Grupo de declamação, sem data

definida, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.



Figura 5: Grupos de músicos de 1900, Pasta

de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

Ainda sobre as aulas particulares, é importante destacar a descrição da "Schola Cantorum":

Poderão matricular-se nesta escola os alumnos dos cursos Preliminar e Commercial, que para o canto tiverem disposição e metal de voz correspondente

*Nota:* A todos os alumnos, em geral, serão administradas noções theoricas dos elementos musicaes. Para todos haverá ensaios de canto choral. (Estatutos e Programmas de Ensino do Lyceu do Sagrado 1908, p. 53)

Interessante notar a não disponibilidade da modalidade para o ensino profissional. Não se pode pensar em uma exigência etária, uma vez que os alunos do ensino comercial, da mesma faixa etária que dos profissionais, eram incluídos nas aulas. Supõe-se, portanto, uma seleção dos que se apresentavam na igreja e nela estampavam os trabalhos litúrgicos realizados pelos sacerdotes. Como a foto abaixo ilustra, todos os cursos recebiam noções de música e canto. Porém, para cada curso eram escolhidas ocasiões para se apresentarem.

Figura 6: Banda dos aprendizes com o professor ao centro e no topo a imagem do fundador dos salesianos, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

As aulas de música, canto e teatro oferecidas aos alunos serviam para muni-los de habilidades que iriam além das profissionais. Habilidades estas que auxiliavam também o trabalho de catequização de outros jovens, e que caracterizavam o carisma salesiano como musical e recreativo. Sendo assim, apesar das diferenças entre as seções dos aprendizes e dos estudantes, as aulas particulares eram alguns dos instrumentos salesianos para constituir em seus alunos um perfil católico engajado, seja nas atividades litúrgicas, seja nas apresentações de teatro ou canto, ou ainda nos desfiles e aparições públicas dos estudantes do Liceu. O estímulo a essas participações contribuiu, da mesma forma que o tempo, para formar o *habitus* social que é parte integrante de qualquer estrutura de personalidade (ELIAS, 1998, p. 14).).

Norbert Elias ao pensar em *habitus* social remete a um processo de civilização, em que um indivíduo é produzido por uma pluralidade de sujeitos (sujeito aluno, sujeito católico, sujeito trabalhador). A palavra civilização expressa a consciência de que o Ocidente tem de si mesmo, presumindo como superior o seu nível de tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica e sua visão de mundo. (ELIAS, 1998, p. 23). Dessa forma, a palavra civilização subentende uma consciência de superioridade e consequentemente de imposição de hábitos:

O conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas (ELIAS, 1994, p. 25).

A compreensão de *habitus* para Elias se dá como um caráter nacional, e se expressa de uma maneira imperialista. Porém o controle ao qual Elias aponta, também é

tratado por Bourdieu, enquanto expressão de comportamento. Por sua vez, o autor francês pensa o *habitus* como meio de perpetuação de uma posição em um espaço social. O *habitus* se torna, para Bourdieu, uma disposição regrada para gerar condutas regradas e regulares (BOURDIEU, 2004, p. 84).

O habitus serve para pensar como as condutas humanas podem ser regradas sem ser produto da obediência a regras. Na criação de um habitus aos alunos do Liceu, há inicialmente uma obediência a regras, mas que por si só não são suficientes para a construção de sujeitos católicos e trabalhadores. Sinais de não enquadramento nas regras podem ser verificados no manuscrito "Primário e Profissional Comercial 1894-1896", no qual se encontram no ano de 1896 observações referentes aos alunos como "incorrigível", "saiu – molhava cama", "mandado", "expulso". Ainda de caráter negativo: "não tem inteligência", "est(udante) não se aplica", "pateo não trabalha", "preguiçoso". Neste mesmo ano, o catequista, o qual assina as anotações do referido ano, aponta 2 casos de expulsão. Fazia-se necessário uma disposição regrada que gerasse as condutas regradas e regulares: "As disposições dos agentes, o seu habitus, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social" (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Condutas específicas para o perfil do católico trabalhador são apreendidas através das disposições criadas nos alunos, seu *habitus*, nas quais se determina a sua função e sua percepção do mundo social. A partir disso, se alcança uma naturalização deste mundo e suas condições como o resultado da interiorização dessas estruturas.

Diante disso, o aluno do Liceu é formado de maneira a interiorizar um *habitus* relacionado a seu papel de cristão e trabalhador dentro da cidade de São Paulo na transição do século XIX para o XX. Nessa empreitada, o tempo escolar se torna essencial para regular os atos dos estudantes e artífices em horas, minutos, sinos que marcam o dever do estudo, do trabalho, da missa e assim por diante. O tempo, ainda enquanto uma necessidade de ocupação, carrega o dever de ser sempre bem ocupado e obedecido como forma de executar um bom trabalho e através disso, cumprir a tarefa moral que possibilita a realização individual de um bom cristão e honesto cidadão.

### 2.3 O espaço no Liceu

Além do tempo, o espaço também deve ser pensado como um componente para a construção desse *habitus*:

O *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social. Assim, o *habitus* implica não apenas um *sense of one s place*, mas também um *sense of other s place* (BOURDIEU, 2004, p. 158).

A interiorização de condutas abrange também a percepção dessas enquanto classificações e estipulações de lugar. O lugar a que se pertence e o lugar do outro são regrados e estipulados conforme o *habitus* interiorizado. Dessa maneira, ao pensar no espaço escolar deve-se pensá-lo como estipulador de lugares sociais.

Bourdieu possibilita a comparação entre espaços sociais e espaços geográficos no interior do qual se recortam regiões: "Mas esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão" (BOURDIEU, 2004, p. 153).

A distância dos corpos e as distâncias sociais dizem respeitos a uma distribuição do espaço social que se inscreve na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo. Os espaços escolhidos e construídos para o Liceu com a finalidade de formar sujeitos católicos e trabalhadores, inserem seus alunos em um espaço social.

#### 2.3.1 O espaço escolar do Liceu como componente cultural

A localização do Liceu enquanto espaço geográfico serve de indicador à construção de um espaço social a seus alunos. Apontado no Prospecto do Lyceu de Artes e Officios do Sagrado Coração 1895-1901 como um dos mais amenos e saudáveis espaços da capital, o bairro dos Campos Elíseos se configura como o primeiro loteamento planejado da cidade. Construído a partir da implantação das ferrovias da Estrada de Ferro Sorocabana e da The São Paulo Railway Co., o bairro atribuiu-se de um perfil residencial de elite até aproximadamente os anos 30 do século XX, recebendo principalmente fazendeiros de café. Os salesianos, ao se estabelecerem nesta região central vizinha às estações de trens, símbolo do progresso na transição do século XIX para o XX, inserem-se no cenário considerado moderno, junto aos grupos sociais dominantes daquela ordem. Mesmo ao direcionar sua educação para os filhos do povo, seu produto cultural específico se atrela às relações junto aos grupos habitantes da região dos Campos Elíseos. Construindo, dessa forma, a relação de proximidade geográfica e social a que Bourdieu fez referência: referência: "A produção do espaço

escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planificado ou como uma instituição marginal e excrescente" (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 28).

A preocupação do Liceu em estar no centro de uma cidade que estava sendo construída se faz tanto para ocupar um lugar próximo dos grupos e instituições dirigentes que ali se instalavam, quanto para participar das movimentações da economia cafeeira. O Liceu oferecia um panorama a seus alunos atrelado à riqueza, inserindo-os em um espaço urbano particularmente próspero, que poderia no futuro empregá-los. A fotografia abaixo ilustra essa condição de centralidade, fazendo com que se tire foto de seus arredores<sup>40</sup>.



Figura 7: Vista da cidade de São Paulo tomada do alto do Liceu, em

2 de novembro de 1886, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

A influência da localização de um estabelecimento escolar enquanto um elemento cognitivo, torna o espaço escolar um mediador cultural, um elemento significativo do currículo, enquanto fonte de experiências e aprendizagens (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26). Sendo assim,

A localização da escola é por si mesma uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolar. O urbanismo e a arquitetura ofereciam assim uma completa cobertura para alcançar as finalidades da educação, passando a ser parte do programa pedagógico (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 32).

Da importância da arquitetura escolar para o programa cultural e pedagógico, percebe-se uma preocupação salesiana com suas instalações e com as construções ao seu redor. A foto de 1890 mostra as construções do que seria o santuário dedicado ao Coração de Jesus. Posteriormente, as fotos de 1901 e 1904 permitem visualizar não só as oficinas e instalações do Liceu, mas também as dimensões da igreja.

Museu de Imagem e Som (DALCIN, 2008, p. 30-31)

-

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Apesar de a foto portar a descrição "vista para a cidade de São Paulo", Andréia Dalcin aponta como a primeira foto panorâmica tirada de São Paulo uma produção de Valério Vieira retirada nas torres da igreja do Liceu em 1905 e 1922. Somente a ultima cópia foi preservada e recebia tratamento de restauração do



Figura 8: Foto publicada na edição comemorativa do

Jubileu de Prata do Liceu, REVISTA SANTA CRUZ nº 11, agosto/1911: 425.



Figura 9: Oficinas em 1901, Pasta de Fotografias

do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.



Figura 10: Instalações e Oficinas do Liceu em

1904, onde o número 1 se refere ao edifício das Escolas Profissionais, o 2 à estatua de Nossa Senhora Auxiliadora, o 3 às plantações, o 4 ao depósito e o 5 à residência de Mº João Gomes, manuscrito por Mário Quilici, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

Outra manifestação com a preocupação de suas dimensões se verifica na carta do Provincial<sup>41</sup> P. Pedro Rota no ano de 1910 aos seus superiores. Ao descrever a situação dos arredores do estabelecimento, o religioso pede autorização para seu aumento, tendo em vista a projeção espacial do estabelecimento:

Faz 25 anos que este colégio de São Paulo foi fundado. Hoje se encontra em lugar bastante central (por causa do aumento da cidade) e em parte bastante aristocrático. O município fez diante dele uma praça (Praça do S. Coração de Jesus) e atualmente está aumentando e adornando. E nosso colégio encontrava-se com a Igreja (único edifício terminado externamente), a sua ala direita sem revestimento, nua, parecendo um prédio velho e abandonado (externamente); a ala esquerda está truncada, somente com o andar térreo. E toda esta fachada defrontando-se com uma praça, cercada em grande parte de palacetes, que será dentre em pouco uma das mais elegantes de São Paulo. (ROTA, 1910, apud ISAÚ, 1985, p. 135).

As preocupações com a elegância e os traços aristocráticos que existem ao redor do Liceu reafirmam a intenção salesiana de posicionamento (físico e social) com a elite cafeicultora da cidade. Entretanto, ao fazer uso da ideia de Escolano para a arquitetura enquanto programa escolar, percebe-se que a preocupação com seu entorno diz também respeito ao destaque do Liceu enquanto um espaço específico e desenvolvido para a educação. Se no meio de elegantes palacetes e de uma praça ampliada e adornada, o Liceu não se destacar enquanto uma arquitetura finalizada e organizada para as práticas escolares, sua função não estará marcada naquela região, comprometendo toda a mediação cultural que se pretendeu com aquela arquitetura escolar.

### 2.3.2 O espaço como articulador da vida dos alunos

Após pensar o espaço enquanto elemento estratégico na medida em que serve como aproximador a determinados grupos sociais e internalizador de determinado habitus, deve-se pensar o espaço também como uma condição dos alunos.

O Liceu promovia uma separação em dois mundos, o mundo interno, em que os religiosos tem controle e dominam através de regras, condutas e horários, e o mundo externo. Dentro do estabelecimento, os religiosos coordenavam o contato dos alunos com o mundo externo. No internato era possível regular as visitas dos pais aos meninos:

Receber visitas de seus paes, tutores ou pessoas por estes expressamente delegadas, nos domingos e quintas-feiras, nas horas que forem determinadas pelo Director. Os paes, que residem no interior, poderão visitar seus filhos em qualquer dia e hora, de accordo com o Director (PROSPECTO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS [1895-1901?]).

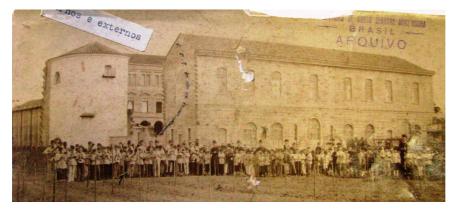
-

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Termo atualmente correspondente ao Inspetor. É o religioso responsável por determinadas casas salesianas, configuradas no espaço denominado de Inspetoria.

E limitar as saídas, ordenando-as temporalmente através de quantidade e duração: "Três vezes no anno se permitte aos alumnos, que tiverem bom procedimento, passar o dia fora do Collegio em companhia de seus paes; porém devem voltar às Aves Marias. Ninguém absolutamente pode passar a noite fora do Collegio" (PROSPECTO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS [1895-1901?]).

A relação familiar era limitada a dias e horários. A proibição de pernoite evidencia o controle dos meninos pelos salesianos, evitando afastá-los por um longo período das atividades a que estavam habituados a seguirem de forma regrada no colégio. Nas próprias férias havia a opção de manter o aluno no estabelecimento: "aos alumnos que quizerem passar os dois mezes de férias no Lyceu, deverão pagar a pensão de 80\$000. Durante este tempo haverá algumas horas de aula a fim de se habilitarem para as classes" (PROSPECTO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS [1895-1901?]).

Da mesma maneira verificada com o tempo, os mecanismos de espaços usados no internato se tornaram mais eficientes do que no externato. Mas de qualquer forma, tentativas de controle eram aplicadas nas duas seções. Mesmo que o aluno do externato saisse do espaço escolar todos os dias, rompendo o isolamento a que os religiosos pretendiam os submeter, o menino externo convivia com uma caracterização do espaço determinada nas atividades escolares e religiosas. Sobre a convivência do interno com o externo, nada nos prospectos ou estatutos foi encontrado que determinasse diferenças de regras entre eles. Apenas em fotos pode-se perceber essa diferenciação. Seja por legendas que citam cada uma das seções ou por fotos específicas de cada uma.



**Figura 11:** A foto de 1888, em condições precárias de conservação, porta um papel colado na sua superfície que indica a presença de internos e externos, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.



Figura 12: Jogo "Estados" entre internos e externos

- início 1906, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.



Figura 13: Externos do 4º ano Primário

1905, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

Apesar das diferenças de seções, todos os alunos estavam submetidos às ordenações do espaço, mesmo que nem em todos a clausura fosse permanente. As regras sobre onde cada aluno deveria estar em determinados dias e horários eram semelhantes aos internos e externos:

Os domingos e dias santificados, as quintas feiras e os dias commemorativos de datas estaduaes e federaes são consideradas feriados no Lyceu. Ficam suspensos os exercícios escolares e os alumnos seguem um programma próprio ao descanso intellectual, como sejam: passeios, entretenimento sportivos, palestras litterarias, representações dramáticas e lyricas no Salão de Actos (ESTATUTOS E PROGRAMMAS DE ENSINO DO LYCEU DO SAGRADO, 1908, p. 63).

Os passeios podiam ser tanto para a chácara que os salesianos possuíam no bairro de Sant´Anna, como em estabelecimentos da cidade ou ainda em propriedades de colaboradores. Em notícia do dia 10/08/1902, anotado manualmente na parte superior

da notícia como do jornal *Estado de S.Paulo*, é relatada uma visita dos alunos realizado no dia anterior, à chácara de D. Veridiana, às autoridades superiores do Estado e ao bispo diocesano no Paço Episcopal. Ao fim da visita, no velódromo, os alunos foram recebidos pelos sócios do Club Athletico Paulistano, onde assistiram exercícios ginásticos. Nessa trajetória foi destacado o rigor e a ordem dos alunos

Hontem os alumnos deste Lyceu realisaram um passeio pela cidade, no qual tiveram o ensejo de mostrar a criteriosa direcção a que esta submettida essa importante instituição. [...]

Os internos trajavam uniformes de excellente panno, offerecidos pelo Sr. Antonio Álvares Penteado, que tanto se tem salientado pelas suas obras de beneficência. Foi uma boa idea do revmo. Padre Zeppa, actual director do Lyceu, ao qual dedica tão valiosos esforços, de reunir todos os seus alumnos a fazel-os passear pela cidade, mostrando assim, de uma forma palpável, a grande tarefa do Lyceu de sustentar e educar um numero tão considerável de crianças, tarefa para cujo desempenho todos aquelles que podem praticar a caridade não devem poupar auxílios (O ESTADO DE S.PAULO[?],1907).

Os passeios nos dias considerados feriados no Liceu, muito mais que descanso e lazer, serviam também à visibilidade do Liceu na comunidade, o que era estratégico numa cidade como São Paulo onde coexistiam diferentes propostas educativas.

No Livro de Crônicas I foi encontrado o itinerário manuscrito de um passeio marcado para o dia 25 de maio de 1905. Nele, além de passar por ruas centrais como a Duque de Caxias, 25 de Março, Rua do Carmo, o passeio contemplava visitas ao vigário, ao presidente do Estado, ao prefeito municipal; e ainda às personalidades Baronesa de Tatuí, ao Sr. Conselheiro e ao médico ( não especificando quem eram esses dois). Ainda foi dedicada uma passagem aos editoriais dos jornais do *Correio Paulistano, Diário, A Platea e o Estado de S.Paulo*.

Sobre os mecanismos de visibilidade salesiana percebe-se, por revisão bibliográfica, práticas semelhantes. Adilson José Francisco no artigo "Práticas culturais e educação: o Liceu Salesianos de Artes e Ofícios São Gonçalo em Mato Grosso", cita a presença dos alunos do internato em comemorações ou aniversário de alguma autoridade como oportunidades para manter o vínculo com a elite daquela sociedade (FRANCISCO, 2008, p. 27). Por sua vez, Marcus Levy Albino Bencostta em "Nacionalismo e catolicismo no Brasil: A participação dos colégios salesianos nos desfiles patrióticos (1916-1917)", traz a participação dos desfiles cívicos como a exibição pública da união entre a Igreja e as elites dirigentes (BENCOSTTA, 2000, p. 277-278).

Se os deslocamentos e variações nos espaços serviam a interesses políticos, a abertura do Liceu para festejos, concertos e declamações promovia o ambiente escolar enquanto um espaço de convívio social.

Nos Livros de Crônicas do Liceu é possível perceber que a vida social dos alunos era mais ampla que visitas e desfiles. A quantidade de festejos destinados a Nossa Senhora de Lourdes, ao Sagrado Coração, a São Miguel, ao Diretor da Casa, entre outros inclui a participação dos meninos através de apresentações. Essas apresentações ocorriam também fora das dependências do Liceu. A notícia de 19 de setembro de 1891 publicada no jornal *O Lidador* (ed. nº 17) relata o desempenho dos alunos do Liceu e o resultado das coletas a seu favor, na missa realizada na Sé por ocasião do dia de São Pedro: "Os alumnos do Liceu Sagrado Coração de Jesus desempenharam galhardamente seu papel, mostrando o inequívoco aproveitamento que tiram de tão santo estabelecimento. A collecta attingiu quase 3 contos para a continuação das obras em execução." (O LIDADOR, 1891).

Entretanto, a participação de missas não servia apenas para sua divulgação e arrecadação, mas também para prestigiar figuras representativas e influentes na política e na sociedade. No dia 25 de julho de 1889, o Correio Paulistano anunciava a participação dos alunos do Liceu na missa "pela conservação da preciosa vida de S. M. o Imperador, o qual deve se realizar no dia 25 do mês corrente" (CORREIO PAULISTANO, 1889). Ou ainda nas celebrações religiosas na ocasião dos falecimentos de Eduardo Prado e no da Baronesa de Tatuí. A presença dos alunos do Liceu nessas ocasiões serviu como uma homenagem a seus laços sociais.

Havia também apresentações independentes em prol do Liceu, como atesta o convite ao concerto de matinê a se realizar no domingo, 17 de dezembro à 1 hora da tarde no Teatro Polytheama.



Figura 14: Panfleto no livro Crônicas do Liceu

Coração de Jesus – recortes e programas, etc. vol. 3.

Sendo assim, o espaço escolar dos alunos deixa de ser apenas destes, e passa a ser dos religiosos e dos grupos sociais aliados como demonstração de apoio e parceria. Os diferentes usos ao espaço escolar ultrapassam a finalidade educativa e passam a ser estratégicas para o estabelecimento do Liceu enquanto uma instituição social. A relação apontada por Bourdieu entre espaço geográfico e espaço social torna-se nesse caso realidade, com conseqüências cognitivas a seus alunos.

Destarte, o tempo e o espaço foram organizados nos primeiros 25 anos do Liceu com o objetivo de instruir e formar artistas que dominassem todo o processo de produção e fossem aptos a prestar serviços de qualidade para a sociedade. A oferta de duas sessões e de três cursos possibilitou uma variedade de formação. A maior adesão ao ensino primário criou oportunidades de vínculos com o Estado. Além de uma interiorização de hábitos para a vida profissional e religiosa dos alunos. O espaço, por sua vez, ordenou suas vidas no que diz respeito a relações familiares e a instâncias do ambiente externo.

# 3. O Liceu na sociedade: formas de apresentação

Após tratar do modo que os prospectos apresentavam a formação de mão de obra através da configuração de um tempo e de um espaço próprios, este capítulo volta-se para a maneira com que os salesianos pretenderam apresentar-se para a sociedade em geral – para a vizinhança, para os grupos sociais paulistanos, para o clero paulistano, para a imprensa paulista e brasileira, para a própria congregação salesiana - por meio de fotos, notícias, cartões e programações.

Justino, ao abordar historiograficamente os processos e os modos de produção de uma realidade institucional, afirma:

As instituições, no seu quotidiano, tendem a desenvolver interpretações particulares (em consonância com as suas necessidades, objetivos e conveniências), justificando-as em razão das características socioculturais e das projeções dos agentes e dos sujeitos, ou com base no modelo ideológico e pedagógico (MAGALHÃES, 2004, p. 115)

O Liceu, como uma escola salesiana, oferecia um sistema pedagógico (Sistema Preventivo) possível de ser interpretado em São Paulo como formador de trabalhadores católicos. Essa interpretação, ao longo dos anos, configurou um processo histórico de construção de uma identidade institucional. As interpretações desenvolvidas pela própria instituição foram divulgadas através de discursos.

Tratando-se do início da instituição em São Paulo e sendo urgente uma aprovação da sociedade que provesse a continuação da congregação, o Liceu criou um discurso de benfeitoria à infância através do trabalho feito com seus alunos. A apresentação, nos meninos, de determinados hábitos, atitudes e valores tornou-se primordial para a interpretação do Liceu como um estabelecimento transformador da infância. No capítulo anterior, o tempo e o espaço foram tratados no sentido de dispositivos, visando tutelar o trabalhador, moralizá-lo e convertê-lo em honrado produtor (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1994, p. 89).

Este capítulo tem duas grandes partes que abordam a apresentação que os salesianos fizeram do Liceu. Primeiramente, como uma instância transformadora, destacando-se o aluno no seu caráter de ingressante. Como formandos, a transformação será representada por fotografias, exibindo o perfil que se desejava formar. Essa transformação será apresentada na sociedade através de notícias e cartões, que serão tratados na segunda parte. Finalmente, discute suas repercussões como forma de apreender o modo com que os salesianos se apresentavam.

### 3.1 A transformação representada nas fotografias

## 3.1.1 O aluno ingressante

Ao consultar os livros de matrícula, percebe-se que mesmo em diferentes anos e sob diferentes diagramações, todos os livros consultados (1887, 1902, 1904, 1908) reservaram um espaço para observações. Em 1904, há um espaço mais específico com a inscrição "Apresentado ao/ Protegido e Custeado pelo". Apenas em 1908 foram requisitados, separadamente, os endereços do pai, o da mãe e da terceira pessoa que o custeava ou protegia o aluno. Pelos dados pedidos, pode-se notar a possibilidade de casos em que mãe e pai residiam em lugares separados. A condição da família dos alunos podia diferenciar-se do formato de pai e mãe casados, com a esposa cuidando da casa e o marido trabalhando. Nesses casos, as suposições de abandono, separação ou mesmo de que cada um trabalhasse em lugares diferentes pode ser considerada para pensar as possibilidades de estrutura familiar de cada aluno.

Além dos pais, o Liceu indagava sobre a pessoa que apresentava, protegia ou custeava o aluno. A existência de uma terceira pessoa a se responsabilizar por este, possibilitava um atendimento mais amplo de meninos: "Os menores mais abandonados, serão preferidos aos orphams que ainda podem contar com o amparo de algum parente ou tutor. Estes últimos deverão contribuir de conformidade com as posses de que dispuserem" (ESTATUTOS E PROGRAMMAS DE ENSINO DO LYCEU DO SAGRADO, 1908, p. 64).

A responsabilidade de uma terceira pessoa ou a adoção de órfãos denota um público carente, de estruturas familiares não estáveis. A responsabilidade sobre a educação dos meninos extrapola o limite familiar, tornando-se atribuição de terceiros. O custeio pode sugerir relações de apadrinhamento que supõe laços de favor da família com o tutor.

De fato percebe-se no livro de matrículas de 1902, a presença de 49 alunos com a condição de gratuidade. Muitos deles contêm o nome de quem fazia uma doação para cobrir todos os custos. Alguns casos apresentam uma divisão dos custos por duas pessoas. Ou ainda o custeio freqüente por uma pessoa. Além dos casos de subvenção pelo governo, que no ano de 1902 extrapolava o número de 22 alunos.

A cidade de origem dos alunos foi levantada nos anos de 1887 e 1902<sup>42</sup>. O ano de 1887, como o primeiro ano em que há um livro de matrícula nas dependências do

91

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> A análise foi feita apenas nesses dois anos por ser apenas nestes que se anotava especificamente o endereço onde o menino residia.

Arquivo do Liceu, demonstra a origem dos primeiros alunos que ali se matricularam. Além da cidade de São Paulo como majoritária na origem dos meninos, o oeste paulista predominava como região interiorana. Apenas 2 eram provenientes do Paraná.

Procedência dos Alunos em 1887

| Cidade            | Alunos em |
|-------------------|-----------|
|                   | 1887      |
| São Paulo         | 38        |
| Itú               | 3         |
| Itatiba           | 2         |
| Rio Claro         | 2         |
| Paraná            | 2         |
| (Curitiba)        |           |
| Campinas          | 1         |
| Limeira           | 1         |
| Não identificado/ | 22        |
| não citado        |           |

(Livro de Matrícula 1887, Arquivo da Secretaria do Liceu)

No ano de 1902, quando o estabelecimento contava com mais de 300 alunos, é possível apontar uma maior diversidade geográfica e uma proveniência mais distante dos alunos, incluindo outros estados. Pode-se assim supor um maior conhecimento acerca dos salesianos e do Liceu. Entretanto é a cidade de São Paulo que continuava provendo mais alunos ao estabelecimento.

Procedência dos Alunos em 1902

| Cidade     | Alunos em 1902 |
|------------|----------------|
| São Paulo  | 189            |
| Santos     | 14             |
| Jundiaí    | 7              |
| Piracicaba | 7              |
| Taubaté    | 6              |
| Capivari   | 5              |

| F |
|---|
| 5 |
|   |
|   |
|   |
| 4 |
| 4 |
| 3 |
| 3 |
| 3 |
| 3 |
| 3 |
|   |
| 3 |
|   |
| 2 |
| 2 |
| 2 |
|   |
| 2 |
|   |
| 2 |
| 2 |
|   |
| 2 |
|   |

(Livro de Matrícula 1902, Arquivo do Liceu)

Além das cidades citadas no quadro ainda há a presença de um aluno de: Amparo, Araraquara, Baependi (MG), Barretos, Batataes, Bebedouro, Bragança, Brotas, Camburi, Carangola (MG), Casa Branca, Frutal (MG), Guaratinguetá, Iguape, Itapetininga, Itapira, Itu, Jaboticabal, Lageado, Mogi das Cruzes, Monte Mor, Pirapora, Porto Feliz, Rio de Janeiro, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Estrela, Santa Cruz da Palmeiras, São João do Paraíso, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, Serra de Minas (MG). Por fim, há citações relacionadas a estações de trem (Rincão,

Rodrigues Alves, Cerquilho, Juqueri, Gertrudes, Falcão Filho, Dobrados, Visconde do Pinhal e Campos Salles), evidenciando a importância do sistema ferroviário como referência de endereço. Apesar da diversidade geográfica em 1902, as localidades movidas pela economia cafeeira ainda marcavam a maioria da procedência dos alunos (São Paulo, Santos, Oeste Paulista, Vale do Paraíba).

Desse quadro é possível relacionar a produção cafeeira ao Liceu. Conforme Boris Fausto afirma sobre o café: "Dependiam do produto o crescimento e o emprego, nas áreas mais desenvolvidas do país. Ele (café) fornecia também a maior parte das divisas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente os da dívida externa" (FAUSTO, 2010, p. 273). Ao abrigar alunos das regiões envolvidas com a economia cafeeira, o Liceu somava-os ao público oriundo da cidade de São Paulo, formando o conjunto com que os salesianos aplicaram o sistema preventivo. As transformações originadas serão vistas no item a seguir.

# 3.1.2 A transformação representada nas fotografias

As fotografias gerais de alunos serão tratadas como instrumento de demonstração do trabalho salesiano voltado para essa infância. As imagens fotográficas ilustram um discurso da instituição acerca de seu papel de transformador de uma infância popular, clientela do ensino primário e profissional.

No Arquivo da Inspetoria, a quantidade de fotos disponibilizadas dos primórdios do Liceu é superior a qualquer outro tipo de fonte (crônicas, diários, jornais...). A intenção de traduzir em imagens o que naquele espaço era realizado demonstra a preocupação salesiana em fazer-se aparecer. As correspondências frequentes para Roma, as publicações no *Boletim Salesiano* (tanto no italiano quanto no brasileiro) ofereciam oportunidades de expor o ambiente do Liceu para a comunidade internacional, por meio do boletim italiano. Além do *Boletim*, iniciou-se, em 1900, a publicação do periódico nacional *REVISTA SANTA CRUZ*. Em 1918, publicação o periódico *O Lyceu* ofereceria mais um espaço para publicação de imagens. Entretanto, a partir da notícia publicada no *Correio Paulistano* em primeiro de novembro de 1888, pode-se considerar um novo uso para as fotografias:

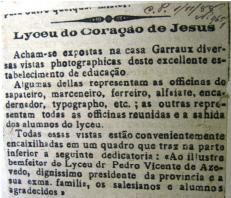


Figura 15: Notícia LYCEU DO CORAÇÃO DE

JESUS, Correio Paulistano 01/11/88 nº 9651, Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes e programas, etc. vol. 3.

A exposição das imagens das oficinas e seu oferecimento ao presidente da Província denotam formas adotadas pelo Liceu para a divulgação e a simultânea aproximação com os setores dirigentes. Posteriormente, no auge da utilização dos cartões postais (1900-1925) (KOSSOY, 2002, p. 64), o Liceu também os ofereceria, expondo suas instalações de maneira a ressaltar suas dimensões.

Além desse uso contemporâneo a sua produção, as imagens podem ser pensadas em função da sua divulgação para a posteridade. As fotografias do Liceu que englobam seus primeiros 25 anos encontram-se no Arquivo da Inspetoria, compondo um acervo fotográfico sobre as casas salesianas ao longo dos anos. O uso dessas imagens, seja na época em que a fotografia foi tirada ou atualmente, com pesquisas e consultas, serve como instrumento para acessar a memória coletiva.

Boris Kossoy, ao refletir sobre a importância das fotografias e do arquivo, aponta usos que podem ser considerados também para o Liceu:

Por tais razões servem as imagens e os arquivos. Para que possamos fazer essas e outras descobertas; para que possamos preservar a lembrança de certos momentos e das pessoas que nos são caras; para que nossa imagem não se apague; para que não percamos as referências do nosso passado, dos nossos valores, da nossa história, dos nossos sonhos (KOSSOY, 2002, p. 130).

Segundo a definição de Menezes (1992) a memória coletiva existe através das lembranças preservadas por determinados grupos sociais. As fotos fazem referência a determinadas lembranças que os religiosos desejavam que fossem preservadas sobre o Liceu. Dessa maneira, a preservação de fotos contribui para a construção de uma memória coletiva, construída através das interpretações criadas pela própria instituição;

das formas com que são representadas; e, finalmente, das apropriações realizadas pelos grupos sociais.

A intenção de perpetuar as ações realizadas no Liceu, propagar seus espaços, suas construções, bem como a imagem de seus alunos em algum momento do passado tem a função de representar em imagens as interpretações desenvolvidas pela própria instituição. Neste espaço, a interpretação que será analisada é a do Liceu como uma instância transformadora da infância.

A imagem que se tem retratada no papel passou (e passa) pelo processo de construção da imagem (representação) e da recepção dessa imagem (interpretação). A construção de uma representação e de uma interpretação forma o que Kossoy denominou de "processo de construção de realidades". As fotografias implicam em uma transposição dessas.

A primeira realidade é referente ao momento do ato do registro, uma imagem obtida em determinado tempo e espaço (KOSSOY, 2002, p. 36). A segunda realidade faz-se por meio de um assunto representado, tornando-se uma referência de um passado inacessível. Ao usar as fotografias de alunos como um discurso traduzido em imagens, realidades são transpostas. A aparência obtida como primeira realidade não pode mais ser resgatada, mas a segunda realidade, enquanto uma representação de um tempo e de um espaço típicos dos primeiros vinte e cinco anos do Liceu, pode ser apreendida, mesmo que sob os olhos do presente.

As imagens figuradas ao longo do capítulo 2, além de representarem as divisões do espaço ou ainda as ações exercidas para ocupar o tempo, servem como um dos meios para apresentar o Liceu à sociedade paulistana na transição do século XIX ao XX. A criação de um *habitus* que inculcasse uma noção de tempo e espaço próprios para a formação de um trabalhador católico era vinculada nas fotografias, a um processo iniciado na infância e assistido pelos religiosos. Se, no capítulo anterior, foram exibidas fotografias que de alguma forma apresentavam módulos e organizações desenvolvidos no Liceu, neste capítulo, outras fotografias serão analisadas como representantes do processo de formação de um *habitus*.

O Liceu apresenta-se, através dessas fotografias, como a instância que promove a obtenção de determinados costumes, posturas e valores desejados ao trabalhador católico. A proposição de modos e ideais é denominada por Elias de "processo civilizador". Conforme visto no capítulo anterior, a noção de civilização refere-se a uma consciência de superioridade e consequente imposição de hábitos.

No caso do Liceu, os modos propostos extrapolam as barreiras nacionais, uma vez que se trata de uma congregação italiana ultramontana instalando-se em uma cidade do, então ainda, Império brasileiro. A carta de D. Lino referindo-se aos salesianos como a "importantíssima Sociedade Salesiana de Turim, que tem derramado incalculáveis benefícios nas republicas da América" (DEODATO, 1882), demonstra o *status* do colégio enquanto uma instituição europeia e suas ações em outros países da América Latina como argumento para desejá-la também em São Paulo.

A partir disso, as inúmeras fotografias dos alunos, arquivadas na pasta relativa aos anos iniciais do Liceu, podem ser vistas como registros de formação de um *habitus* que se autoproclamava moderno, na medida em que civilizava os meninos nos ideais do modelo europeu.

Do ano de 1897, foram encontradas duas fotos gerais de alunos. A primeira não especifica de qual seção são os alunos, apenas informa o ano. A segunda é relativa aos aprendizes das escolas profissionais.



Figura 16: "Anno de 1897", Pasta

de Fotografias do Liceu 1.

Como a próxima imagem é nomeada como sendo dos aprendizes, pode-se supor que esta seja do ensino primário. Apesar de dispostos em fileiras, as posturas laterais, os braços estendidos, as pernas e braços cruzados sinalizam a transgressão de posturas. Por outro lado, os trajes já se mostram condizentes com o padrão europeu: camisas, gravatas, ternos. A faixa etária é majoritariamente pequena, embora haja a presença de alguns meninos maiores. A presença de negros também se mostra pequena.

A foto dos aprendizes do ensino profissional apresenta-se com novas variações. Embora dispostos em camadas, os alunos revelam maior descontração, olhando para diferentes direções, conversando, rindo, brincando. Até mesmo um dos religiosos não direciona seu olhar à câmara, mas fica a observar os alunos. Estes, por sua vez, vestemse de maneira diferente das observadas em outras fotografias. E portam ainda objetos
simbólicos não apresentados em outras fotografias. O grande número de objetos grandes
e de madeira, aparentando brinquedos e instrumentos de trabalho espalhados entre os
alunos são colocados em camadas inferiores a um quadro religioso, sustentado por dois
alunos. A posição dos objetos portados pelos alunos como acessórios ilustram as
atividades e sua importância no ensino profissional do Liceu: religião, trabalho e
brincadeiras.



Figura 17: "Aprendizes

1897", Pasta de Fotografias do Liceu.

A imagem captada em determinado tempo e espaço apenas traz a primeira realidade como uma aparência de um passado inacessível. Entretanto, sua representação dá margem a uma análise enquanto referência de uma realidade. O fato de ser a única imagem até 1890 que tem especificada a modalidade dos alunos reforça a ideia de destaque ao curso profissional.

A representação da infância nesta fotografia também se distingue. A descontração dos meninos particulariza a ideia de infância relacionada ao lúdico e à espontaneidade. Diferentemente da definição de Ariès das crianças da Idade Média como pequenos adultos, os meninos na foto aproximam-se da ideia da infância como uma fase específica. No Renascimento, a particularização da infância permitiu o surgimento das escolas como um espaço próprio para essas crianças, onde elas ficavam separadas durante seu período de transformação.

Ao apresentar essa infância somente na seção profissional, os salesianos referem-se ao ensino como um instrumento de transformação dessa infância. A infância

espontânea e lúdica é modelada no ensino profissional, dando lugar para uma nova representação dos alunos, como as fotos dos grupos de formandos abaixo ilustram.



Figura 18: Formandos das Escolas

Profissionais de 1906, Pasta de Fotografias do Liceu 1, Arquivo da Inspetoria de São Paulo.

Apesar de os alunos retratados nessa imagem não poderem cronologicamente ser relacionados aos da figura anterior, a transformação de suas posturas, vestes é completa. A foto apresenta o resultado das ações do Liceu enquanto um processo civilizador. Ao inculcar através de um *habitus* modos, vestimentas e posturas, o estabelecimento formava um determinado tipo de trabalhador. Conforme Cunha apontou sobre os cursos profissionalizantes mais bem sucedidos no Liceu, pode-se supor que essa fotografia exibia os futuros tipógrafos e alfaiates. Os meninos exibidos na foto anterior deram espaço para trabalhadores. Da mesma forma, a foto de 1894 da aula de Escrituração Mercantil.

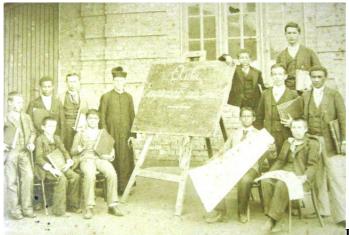


Figura 19: Alunos da Aula de

Escrituração Mercantil de 1894, Pasta de Fotografias do Liceu 1.

Essa fotografia tem o diferencial de representar os alunos do Curso Comercial no que seria uma aula. Por ser o primeiro ano do curso comercial, uma foto exibindo seus alunos junto com um religioso e com os instrumentos para a sua formação pode ter a finalidade de divulgação do curso. O uso de objetos próprios para o magistério (lousa, livros, cartazes) sinaliza um programa estruturado, com instrumentos e técnicas próprias para as práticas. Mais uma vez, o Liceu apresenta-se como um local específico para a infância e sua formação.

A variedade étnica e etária exibida na foto também possibilita sua representação como um curso acessível para meninos de diferentes classes. O curso comercial teria um futuro promissor como estabelecimento de baixo custo de implantação e com a possibilidade de capacitar o aluno para atividades profissionais a serem exercidas com maior liberdade do que numa fazenda ou fábrica, em função da natureza do trabalho no setor comercial (PERES, 2010, p. 140). Uma das principais atividades profissionais que o aluno do ensino comercial poderia seguir era a de guarda-livros.

Com a expansão do comércio, as atividades urbanas ganharam mais força, e a formação de profissionais que pudessem prestar serviços em escritórios, gráficas, ateliês ou vender seus produtos de costura, de marcenaria, carpintaria tornava-se mais importante, na medida em que transformava meninos em profissionais para atuar nas atividades comerciais que a cidade criava.

A função do Liceu construiu-se também a partir das fotografias com um discurso de infância transformadora. Os meninos, exibidos com postura e vestimentas condizentes aos padrões europeus, eram apresentados à sociedade como os mestres de ofícios que iriam prestar seus serviços à sociedade. Dá-se aí a contribuição salesiana para a cidade de São Paulo: a formação de uma mão de obra atuante em serviços ligados ao comércio. Em sua maioria, os cursos oferecidos pelo Liceu, segundo o prospecto de 1908, eram voltados ao comércio. Dos quinze cursos profissionais existentes no Liceu, apenas o de ajustador mecânico e o anexo da marcenaria, o de torneiro, eram voltados à indústria. A maioria era direcionada a um mercado em ascensão para o consumo de serviços e produtos.

Mesmo no caso dos alunos do ensino primário, ao seguir o programa governamental, determinadas disciplinas implantadas com a Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo em 1887 ofereciam saberes utilitários que possibilitavam o desempenho de atividades urbanas (SHIEH, 2010, p. 81-82). A formação da infância voltada ao aprendizado de ofícios que pudessem ser úteis na

cidade é um dos aspectos com que o Liceu se apresentava, enquanto transformador da infância mais carente paulista.

### 3.2 O bem social apresentado na imprensa

Do lema salesiano "formar bom cristão e honesto cidadão" evidenciam-se os dois objetivos na formação daqueles meninos. Na transição do século XIX para o XX, em uma ideologia liberal, a cidadania se alcançava através do trabalho livre. Era por meio do salário que o trabalhador se diferenciava do escravo e se afirmava enquanto cidadão com o direito a votar. A formação para o trabalho era o meio de se alcançar a cidadania e a religiosidade. Uma vez que o trabalho era tido como a obrigação moral do católico. E a religião era tida como a baliza moralizante do trabalhador.

A partir dessa visão, o Liceu conjugava a religião e a cidadania através do ensino formador para o trabalho, definindo sua função em relação à cidade de São Paulo. Diante desse quadro, para continuar na função educativa e ter lugar dentro dessa nova Pátria, a Congregação deveria oferecer uma formação moral para a força de trabalho. Sem dúvida que os enlaces políticos, já enunciados aqui por meio da concordância com Beozzo e Miceli, colaboraram para a aceitação do Liceu na sociedade. Porém, ao desenvolver interpretações sobre sua identidade institucional, fazia-se primordial ao Liceu construir um discurso que inserisse sua importância em relação à cidade de São Paulo. Essa importância, enquanto formadora de trabalhadores, concebia ao estabelecimento uma relação com a capital paulistana, permitindo a Isaú afirmar que a história do Liceu se confunde com a história de São Paulo.

Este discurso, ao ser afirmado e divulgado, produziu fotografias que representam a interpretação do Liceu enquanto transformador de meninos em trabalhadores. Assumindo essa função, os salesianos colocavam-se como merecedores de ajuda e apoio financeiro.

No Arquivo da Inspetoria foram encontrados três cadernos de capa dura, intitulados *Crônicas do Liceu*. Seu conteúdo é formado por colagens de artigos de jornais, convites, circulares, diplomas, cartões relacionados ao estabelecimento nos seus anos iniciais, resultado de uma prática selecionadora do que deveria ser preservado, ou seja, uma seleção de lembranças que servissem de ingredientes para a construção da memória coletiva.

Encontrado posteriormente e separado dos demais, o primeiro caderno estava junto das correspondências e notícias sobre o Liceu. O motivo de estar separado dos

outros dois cadernos pode ser compreendido pela sua abrangência: englobando notícias, convites e programações de 1885 a 1915, os cadernos oferecem materiais — selecionados pelos próprios religiosos que se supõe tenham composto o documento — que sinalizam as formas de relacionamento dos salesianos com a cidade de São Paulo.

As notícias ali contidas têm um especial valor, por oferecerem diferentes olhares da sociedade para o Liceu. Tendo sido recortadas e guardadas pelos salesianos, revelam a consideração da Congregação pela repercussão de eventos, loterias e leis a favor do Liceu, que despertaram também polêmicas e questionamentos sobre o estabelecimento.

# 3.2.1 Notícias e campanhas a favor do Liceu

A notícia que inaugura o primeiro caderno é da publicação católica *O Thabor*, de 16 de abril de 1885. Escrita por Senna Freitas<sup>43</sup>, prioriza a educação como uma questão do Estado e a instituição do colégio como o meio de inserir no homem a moralidade e o civismo como sentimentos:

O homem completo que o atelier, se assim posso exprimir-me, do collegio tem de produzir, não é unicamente um cérebro empacado de noções, mas um coração iniciado nos sentimentos impreteríveis da moralidade e do civismo, isto é, dos deveres do homem para com o Ente Supremo, para consigo e para com a communidade (FREITAS, 1885).

Apontando o colégio como o órgão que pode disciplinar convenientemente o espírito do adolescente, Freitas dá voz ao discurso católico, ao indicar a iniciativa católica para cuidar do que seria "o gérmen da prosperidade pública, a questão capital de um Estado" (ibidem). A consideração da educação como um dever que deve ser realizado pela Igreja justifica a chegada do Liceu em São Paulo e atribui a ele o papel católico: "cujo fim essencialmente humanitário se dirige a fornecer a adolescência pobre, a par de uma educação cristã, uma arte ou officio qualquer, em harmonia com a sua vocação" (ibidem).

Entretanto, a relação do Liceu com o jornal *O Thabor* ia além de sua apresentação no artigo: o periódico representante do catolicismo ultramontano colaborou para a construção do Liceu no que diz respeito a suas oficinas. É o que afirma o texto "As Nossas Industrias", publicado no *Correio Paulistano* em 1903, ao referir-se

http://biblioteca.universia.net/html\_bura/ficha/params/id/49368188.html, acessado em 10 de janeiro de 2011).

-

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Sacerdote português (1840-1913) que defendeu por meio dos seus escritos a religião católica em um período de forte liberalismo e oposição católica. Crítico de obras naturalistas, envolveu-se em diversas polêmicas com António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão (Repositório da Universidade de Açores in <a href="http://biblioteca.universia.net/html\_bura/ficha/params/id/49368188.html">http://biblioteca.universia.net/html\_bura/ficha/params/id/49368188.html</a>, acessado em 10 de janeiro de

à oferta do material (máquina e tipos) do jornal *O Thabor* por um padre, nomeado de Almeida, como as origens da oficina de tipografia em 1888 (AS NOSSAS INDUSTRIAS, 1903). Fica, mais uma vez, evidenciado o apoio que os salesianos gozavam junto aos órgãos ultramontanos.

Voltados para a formação da arte e do ofício da juventude pobre, os salesianos divulgavam suas ações de uma forma recorrente em diversas notícias: o convite a jornalistas e civis para conhecer as oficinas do Liceu. As visitas serviam como um testemunho favorável do trabalho salesiano. A estratégia tinha como finalidade maior a divulgação positiva de suas atividades.

A primeira visita que se tem registrada é feita pelo *Correio Paulistano* em 25 de outubro de 1886. Nela o visitante, autodenominando-se recém-chegado, define o Liceu como um estabelecimento altamente social, onde reina a simplicidade, a pobreza e o prazer, afastando-se da ambição e da falta de sinceridade e de caráter. Sinalizando para a tendência liberal, o autor considera como o único defeito do estabelecimento ser dirigido por padres, mas, logo em seguida, considera o religioso à altura do cargo de diretor, que ocupa. Por fim, o texto marca sua aproximação com o estabelecimento com a frase "Teremos ocasião de voltar", uma vez que atesta que o "ensino profissional de artes e officios, espalhado pelo Brazil, é o grande problema que há de reduzir a cifra espantosa de milhares de contos de réis que o Brazil envia annualmente para o estrangeiro" (CORREIO PAULISTANO, 1886)

A formação da mão de obra era encarada também de forma econômica, como a oportunidade de maior produção do país. O discurso desenvolvimentista em prol de uma instituição católica tinha como finalidade afirmar as iniciativas católicas e as concepções de progresso pela religião.

A notícia, datada de 8 e 9 de julho de 1902, entretanto sem menção de onde foi publicada, trata de uma nova visita e destaca a qualidade dos trabalhos executados nas oficinas:

Em todas essas secções do ensino profissional do Lyceu trabalha-se activissimamente, tendo-se conseguido chegar a uma admirável perfeição em muitos dos productos das diversas officinas, que são dotadas de todos os melhoramentos necessários à boa execução das obras (CRÔNICAS DO LICEU CORAÇÃO DE JESUS vol. 2, 1902)

Das oficinas são destacadas a perfeição dos produtos e suas condições como forma de igualá-las às demais oficinas da cidade. A divulgação tem por finalidade promover as instâncias salesianas como dominadoras de técnicas e aprimoramentos. A

intenção de encomendas e prestação de serviços à comunidade também se tornou um recurso da congregação para arrecadação financeira. A tabela da gráfica, sem datação, que exibe alguns serviços e preços cobrados, demonstra o Liceu também voltado ao comércio:



Figura 20: Preços – de alguns trabalhos

*typographicos commerciais*, Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. vol. 1.

Portanto, a relação do Liceu com o comércio paulistano não se dava apenas enquanto fornecedor de mão de obra, mas também enquanto prestador de serviços. Diante da concorrência no mercado consumidor, as oficinas do Liceu eram divulgadas nos jornais e produziam cartões, como o encontrado no terceiro exemplar do Livro de Crônicas do Liceu, referindo-se ao modo que as encomendas deviam ser feitas às Oficinas Salesianas:

As encomendas devem ser dirigidas à "Direcção das Officinas Salesianas – Lyceu Coração de Jesus"

Todo o proveito destas officinas fica exclusivamente empregado em favor dos alumnos pobres das mesmas.

As officinas podem ser visitadas todos os dias úteis desde o meio dia até as 4 hs da tarde. (CRÔNICAS DO LICEU CORAÇÃO DE JESUS vol. 3)

Além do convite a visitar as oficinas, a declaração de que a renda seria em proveito dos alunos mais pobres criava mais uma vantagem ao Liceu na escolha do consumidor. Ao divulgar à sociedade que fazia apologia à educação e ao desenvolvimento do país, o Liceu oferecia ao consumidor que lia as publicações mais

um motivo favorável para escolha dessa instituição, na hora de comprar um serviço. É certo que nem todos concordariam com as publicações ou com as afirmativas a favor do Liceu; por isso, os salesianos enviavam cartões para destinatários que conjugassem dos valores e dos ideais do discurso salesiano, ou seja, pessoas que defendiam o catolicismo e/ou uma educação religiosa na sociedade.

A campanha em prol do Liceu teve diversos desdobramentos: a divulgação de seu trabalho nos jornais, a propaganda de seus serviços e, finalmente, o pedido direto de donativos. No terceiro exemplar do livro *Crônicas do Liceu Coração de Jesus*, há um cartão colado, expondo suas duas faces. Na frontal, o doador deve completar os seus dados para a remessa do donativo. A outra face contém trechos e provérbios a propósito dos benefícios da doação em dinheiro:

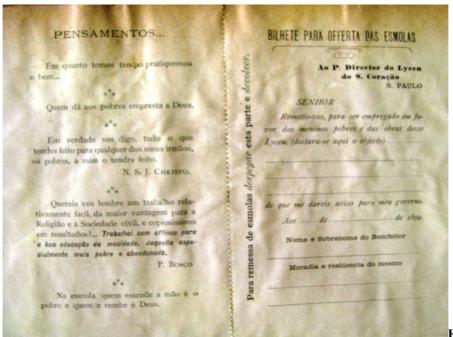


Figura 21:

Bilhete para offerta das esmolas, Crônicas do Liceu Coração de Jesus - recortes, programas, etc. vol. 3

O primeiro, segundo e quinto trechos exultam a beneficência através da doação de dinheiro. O pobre é invocado no segundo e quinto versos, que podem tanto remeter às crianças e aos adolescentes que os salesianos atendem, quanto justamente aos próprios religiosos. A ambiguidade não necessariamente é casual, pois ao colocarem-se ao lado dos meninos atendidos, os salesianos revestem-se de humildade e subserviência a Deus, que é o verdadeiro recebedor das ajudas. Por sua vez, no trecho bíblico atribuído a Jesus Cristo, os salesianos denominam-se seus representantes, uma vez que se colocam como os irmãos e os pobres que recebem ajuda. Além do caráter divino com

que se justifica o pedido de ajuda, os salesianos voltam-se à sociedade, conforme o trecho que inclui a fala de Dom Bosco.

O trabalho de educação da mocidade mais pobre e abandonada era colocado como vantajoso à religião e à sociedade. Apesar do corrente discurso de laicização do regime republicano, era interessante aos salesianos insistir na comunhão de interesses entre os setores religioso e civil, conciliando-os, em nome da educação, como a construção de um bem comum.

Dava-se, assim, a representação salesiana nas campanhas de arrecadação junto a sociedade: um bem social que poderia ser legitimado tanto pelo olhar religioso quanto pelo civil, abrangendo não só os crentes, mas também os preocupados com a questão social da educação.

Finalmente, um cartão designado como "Bilhete para Oferta das Esmolas", datado de 1899, descreve seus destinatários de forma indistinta a religião: "Às pessoas amantes da mocidade roga-se o obsequio de espalharem estes bilhetes entre amigos e bemfeitores; será um serviço fácil e valioso prestado à causa da infância desvalida" (BILHETE PARA OFERTA DAS ESMOLAS, 1899)

Sobre as pessoas consideradas amantes da mocidade, algumas, que se comprometeram com a campanha salesiana, têm seus nomes conservados em notícias e livros caixas da paróquia do Liceu. Um exemplo é o nome de D. Veridiana Prado que aparece freqüentemente no Livro Caixa de 1886 a 1891 da Conferência do Sagrado Coração de Jesus. Nesses anos, as doações mensais variam de 10:000 a 110:000. Porém entre setembro de 1889 a abril de 1890, as doações foram de 100:000, mesmo que em alguns meses contasse com a ajuda de "outras" (CONFERÊNCIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1886-1891)

O texto publicado no *Diário de São Paulo* de 22 de julho de 1907, escrito pelo Cel. João Alfredo Baptista, faz pessoalmente pedidos de doação ao Liceu, e exalta como exemplar a doação de 1.000\$000 do Cel. Joaquim Sertório. Ocupantes da maior posição para oficiais superiores do Exército, Baptista autodefine-se em relação ao Liceu: "Com o mais alto apreço sou todo admirador e grato criado as vossas ordens" (BAPTISTA, 1907).

Dessa forma, duas personalidades de diferentes grupos sociais (D. Veridiana e Cel. Sertório), que, ao mesmo tempo têm, registrados em sua biografia, o interesse e o incentivo à cultura<sup>44</sup>, possuem seus nomes ligados e divulgados junto ao Liceu.

Tanto na notícia quanto nos registros do livro-caixa, as duas personalidades podem ser consideradas modelo não só por ofertar altos valores à obra, como também por realizar o que o Bilhete já indicava ("espalharem estes bilhetes entre amigos e bemfeitores"), ou seja, por divulgar a causa salesiana em seus meios.

Com essa estratégia, os salesianos ganhavam não apenas doadores, mas divulgadores de sua causa, aumentando sua representação e reputação em grupos sociais particularmente interessantes à instituição; nos exemplos dados, a aristocracia paulistana e o exército.

## 3.2.2 Apoio do poder público e as repercussões na sociedade

Como declarado no Bilhete acima, os serviços do Liceu eram direcionados à infância desvalida. Irma Rizzini considera fazerem parte dessa as crianças e os jovens de origens sociais e étnicas diversificadas, como pequenos trabalhadores, órfãos, abandonados, filhos de famílias pobres livres, de índios e de libertos (RIZZINI, 2010, p. 1). Por sua vez, Alessandra Schueler retoma o período imperial para mostrar que quem vivesse em um estado de pobreza e de ausência de valor era considerado um desvalido. Para atendê-los, iniciativas municipais da cidade do Rio de Janeiro fundaram a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, apresentando seu estatuto ao imperador em 3 de janeiro de 1872 (SCHUELER, 2001, p. 162).

Se no império, a instrução das crianças era apontada como uma das formas de solucionar e reformular a questão do trabalho, relacionada ao problema da abolição da escravidão (SCHUELER, 1999), na República, a instrução era a forma de pôr em prática os valores divulgados da nova nação, entre elas a cidadania e o trabalho livre.

Por esse motivo, o Estado era cobrado para tratar dessa infância desvalida. No decorrer das reformas de instrução pública, os estabelecimentos particulares que se

(<u>http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/muspaul.htm#publicacoes</u>, acessado em 13/05/2011).

107

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> D. Veridiana Prado (1825 a 1910), junto com a sua não sujeição ao recolhimento feminino, tem registradas em sua biografia as reuniões literárias e intelectuais que promovia em seu palacete (D'ÁVILA, 2004). O Cel. Joaquim Sertório tem seu nome ligado às origens do Museu Paulista, por ter sido esse formado pelo acervo do Museu Provincial e do Museu Sertório, o qual estava instalado na própria residência de seu proprietário. O renome de sua coleção chegou à imprensa e ao conhecimento da sociedade paulistana.

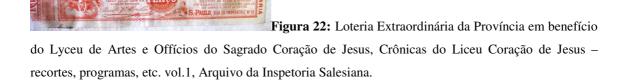
demonstravam organizados e legitimavam suas ações como educativas podiam contar com a ajuda do poder público. Essa aliança entre governo e estabelecimentos particulares era vantajosa a ambos os lados, pois garantia ao Estado um destino à massa de que este não conseguia dar conta e, aos particulares, uma fonte de subvenção.

Enquanto artigos nos periódicos *Revista Santa Cruz* e *Boletim Salesiano*, apresentados no último tópico do 1º capítulo, evidenciaram o envolvimento de alguns políticos a favor do estabelecimento e sua campanha para obter financiamentos do Estado, este capítulo traz demonstrativos de que o intuito foi alcançado. As notícias aqui tratadas reproduzem a aliança que se construiu entre os salesianos e o poder público paulista.

Os monumentos (fotografias, programas de ensino, eventos e notícias) representantes do Liceu, enquanto uma instituição formadora de mão de obra, alcançaram seu objetivo de apresentá-lo aos grupos sociais dirigentes. A relação estabelecida com governadores, representantes da aristocracia, militares aproximou o Liceu do poder público.

As notícias que tratavam das leis e das concessões em favor do Liceu tinham como objetivo legitimá-lo como um estabelecimento escolar reconhecido pelo Estado, fortalecendo-o também em relação às ideias laicas.

Em 1888, o *Correio Paulistano* noticiou, no dia 7 de fevereiro, a aprovação de leis provinciais assinadas pelo presidente da Província, Francisco de Paula Rodrigues, que concedia duas loterias em benefício do Colégio do Carmo, em Guaratinguetá (SP) e do Liceu Coração de Jesus. Apesar de em diferentes cidades e dirigidas para alunos de sexos diferentes, ambos eram casas salesianas, demonstrando o prestígio que a Congregação tinha junto ao poder público. No Crônicas do Liceu Coração de Jesus vol. 1 encontra-se um bilhete de loteria, provavelmente dessa concessão.



COTERIA EXTRAORDINARIA DA PROVINCIA

Dois meses depois, no dia 8 de maio, o mesmo jornal trazia como notícia a nova Lei nº 9506, com o artigo 7, que aprovava uma subvenção de 4.000\$000 para o "auxílio as despezas com meninos pobres" (CORREIO PAULISTANO, 1888). No ano seguinte, foi anunciada, em notícia sem menção ao meio de comunicação, a aprovação do projeto n. 7, que contemplava diferentes obras católicas pelo estado de São Paulo. No final, constava o nome de José Vicente de Carvalho e de João Moraes como os criadores do projeto de lei.

Nessas notícias, podem-se assinalar políticos a favor das iniciativas católicas e a repercussão dada por um meio de comunicação inicialmente atrelado ao Partido Conservador e posteriormente órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP)<sup>45</sup>.

Um grande número de notícias coladas no livro de *Crônicas do Liceu* foi publicado no *Correio Paulistano*. Porém, se em muitas foi tratado positivamente do Liceu, havendo até uma série de reportagens sobre as "secções industriais do importante estabelecimento aqui mantido pelos salesianos" (AS NOSSAS INDUSTRIAS, 1903), em outras se questionou a eficiência do estabelecimento, juntando-se à voz do anticlericalismo.







**Figuras 23, 23 e 25**: Série de notícias "As nossas industrias", publicadas no *Correio Paulistano* em maio de 1903, explicando a origem e os aparelhos de cada oficina do Liceu. Na última, verifica-se no último parágrafo a continuidade das reportagens sobre as oficinas. Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. vol.1, Arquivo da Inspetoria Salesiana.

Em 20 de março de 1903, o mesmo jornal publicava um artigo de seu correspondente de Paris, intitulado "Os Salesianos":

O primeiro premio na arte de "exploiter" a França – assim se exprime Bonnefon – pertence inquestionavelmente aos **salesianos**, que apenas agadanharam um pequeno capital, se atiravam furiosamente a toda sorte, de especulações: colonisação, hospitaes, fábricas de tecido, exposição regionaes, collégios e escolas que são tantas outras officinas rendosas onde

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Disponível em: <a href="http://www.ieb.usp.br/topico.asp?categ=1&subcateg=2&topico=73">http://www.ieb.usp.br/topico.asp?categ=1&subcateg=2&topico=73</a>, acessado em 14 de janeiro de 2011.

se desfructa os trabalhos das **innocentes crianças e tudo isso é espantoso!** – **organisado à custa dos franceses crédulos.** 

Quando porventura todos esses negócios não andam bem e cai uma de suas casas, arrastando na queda alguns milhares de liras, os padres salesianos procuram logo reforçar a caixa, inventando peregrinações, presentes ao Papa, milagres dos santos e outras histórias que taes.

Os seus ganhos, porém, são concentrados todos na Itália, sabendo elles que somente de Roma podem exercer sobre o mundo toda essa influência que effectivamente exercem. (OS SALESIANOS, 1903, grifos do autor)

Interessante é pontuar que a França, palco de todas essas iniciativas salesianas, recebeu a Congregação no mesmo ano em que ela se expandiu para a América Latina. Entretanto, o recrudescimento das ideias anticlericais levou o então primeiro-ministro Waldeck-Rousseau (1899 a 1902) a impedir as congregações religiosas de intervir nos assuntos públicos. No governo seguinte, de Émile Combes (1902 a 1905), o Estado impôs o controle ao ensino particular (COLOMBO, 2006, p. 36). A diáspora das congregações católicas do território francês foi exaltada pelos que acusavam os estabelecimentos católicos de exploração das crianças atendidas, obtenção de lucro e centralização em Roma. No Brasil, as ideias anticlericais francesas tornaram-se fecundas, no que diz respeito ao caráter caritativo das congregações e ao financiamento público de obras particulares religiosas. Não por acaso, as acusações anticlericais aos salesianos explodiram no Brasil no ano seguinte ao que foi considerado combismo<sup>46</sup>.

A ambiguidade do *Correio Paulistano* explica-se diante das faces que o Liceu apresentava. Enquanto estabelecimento de produção, com maquinário e tecnologia condizente com o ideal de modernidade, a repercussão era positiva. Entretanto, quando se tratava de subvenção pelo Estado por colaboradores, ou de submissão a um poder fora dos limites nacionais, os salesianos tornavam-se alvo das críticas anticlericais.

O *Estado de S. Paulo*, também representante das ideias do Partido Republicano Paulista, publicou, em 7 de maio do mesmo ano, um artigo que questiona as subvenções do Estado e os lucros do Liceu:

Como falta pão se o governo ampara todos os orphams sem execeção de um só? Como falta pão se exclusivamente com as subvenções do Estado que os padres mantém todos os alunos gratuitos que eles tem? Quaes são os taes orphams amparados nos lyceos e que precisam de esmola? [...]
Os alunos protegidos pelo Estado, ou melhor, todos os orphams artistas desses estabelecimentos vão para as differentes officinas trabalhar em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Período referente ao controle do ensino particular exercido pelo governo de Émile Combes. Apesar de raras congregações serem reconhecidas, mais de 600 solicitaram autorização para permanecer na França, enquanto outras, como os Jesuítas e os Beneditinos, preferiram o exílio, a dispersão clandestina ou a simples e pura dissolução. O combismo surgiu como uma maior ofensiva, que os católicos sentirão como uma perseguição (COLOMBO, 2006, p. 36).

benefício exclusivo do collégio ou da congregação, explorando os padres os seus serviços o que mais podem. Assim é que eles mantém oficinas de várias espécies e podem fazer concorrência a qualquer particular porque a mão de obra, que é o mais caro entre nós nada lhes custa, é só o material que elles despendem e esse mesmo, as vezes, vem de outros collégios e talvez sem pagar alfândega.(O Estado de S. Paulo,1903)

A oposição acusava as oficinas salesianas, inseridas no mercado produtor, de produzir (e lucrar) à custa do trabalho infantil. A relação de fornecedor de mão de obra e de serviços que os salesianos declaravam como benefício à sociedade e, simultaneamente, como meio de sobrevivência, foi condenada pelo jornal como uma forma de os salesianos concorrerem vantajosamente no mercado consumidor.

Dá-se, portanto, uma inversão de interpretações. A formação para o trabalho interpretada pelos salesianos como sua colaboração em benefício da cidade era por outros setores da sociedade apontada como exploratória, uma vez que gozava de ajuda pública e civil. No início do mesmo texto, já se condenava claramente a campanha salesiana em prol de ajuda financeira ao Liceu:

Quem recebe um almanaque e/ou calendário distribuídos pelos padres salesianos encontra em quase todas as paginas um pedido de esmola, sob a forma duma poesia, máxima ou pensamento para os orphams amparados nos differentes estabelecimentos mantidos por referidos padres em muitos municípios do Estado. (IBIDEM)

Apesar de os livros de Crônicas conterem críticas anticlericais feitas por diferentes publicações, como, por exemplo, o periódico fluminense *Jornal do Comércio*, que em 2 de janeiro de 1903, publicou uma correspondência de Paris, sob o título "As congregações religiosas em França", aconselhando a limitar as ações salesianas<sup>47</sup>, o jornal que mais aderiu aos movimentos anticlericais franceses e se voltou contra os salesianos foi *O Estado de S. Paulo*. Na edição de 18 de maio de 1903, esse periódico republicou os dois artigos acusatórios ao Liceu, o do *Correio Paulistano* e o seu próprio, do dia 7.

(JORNAL DO COMÉRCIO,1903)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> "Estes senhores não fazem caridade alguma e que todos os alumnos de seus collegios são mantidos pelos particulares e que os orphams são amparados pelo Estado e prestam trabalho em benefício, exclusivo, da congregação e que todas as contribuições não são destinadas a socorrer os desvalidos. Uma vez que conhecemos bem os salesianos será bem que nos acautelemos enquanto é tempo, para não sermos obrigados, em futuro não muito remoto, a tomarmos as mesmas medidas que a culta França".



Figura 26:

Manchete da notícia "A exploração salesiana", *O Estado de S. Paulo*, 18 de maio de 1903. Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. vol.1, Arquivo da Inspetoria Salesiana.

Apesar de o jornal *O Estado de S. Paulo* já não ter, à época, mais nenhuma ligação com Francisco Rangel Pestana (falecido em março de 1903) e ser de propriedade da família Mesquita, o jornal manteve a polêmica com a instituição.

Acusando o estabelecimento salesiano de explorador, o jornal criou para os religiosos uma expressão com a palavra latina "Stegomyia", usada na biologia para designar o mosquito responsável pela transmissão da dengue. Dessa forma, considerava os salesianos os transmissores do que seria uma doença, o catolicismo.

Prontamente, defesas ao Liceu manifestaram-se na imprensa. A primeira notícia que se tem registrada no livro de *Crônicas I* saiu no próprio *Estado de S. Paulo*, a 8 de maio, com assinatura de "Livre Pensador". O texto inicia chamando de "um pobre infeliz deu agora para escrever contra os filhos de Dom Bosco". Em seguida, trata do número de alunos, as taxas que pagam, questionando como esse resultado pode ser obtido sem a ajuda da caridade pública. O texto de defesa serviu ainda de publicidade ao Liceu: "Escreva quanto quizer contra o Lyceu, na certeza que Deus (se é que o articulista acredita) há de permitir que os seus escriptos sirvam de reclame para o Lyceu do Sagrado Coração de Jesus de São Paulo" (LIVRE PENSADOR, 1903).

No mesmo dia em que *O Estado* republicou as duas notícias contra o Liceu, o *Diário de São Paulo* publicava em sua seção livre um texto intitulado "Ataque Injusto". Assinado por "um discípulo de Dom Bosco", o texto sai em defesa do Liceu, ao dizer que "não se deve envolver na intricada questão religiosa a ação benéfica dos Salesianos" (UM DISCIPULO DE DOM BOSCO, 1903). A separação entre as ações

dos salesianos e as demais católicas é justificada no decorrer do texto, que qualifica os benefícios salesianos mais como sociais do que como religiosos. A crítica às ordens religiosas é feita de modo a colocá-las sem nenhum proveito para a sociedade:

Convenho que das ordens religiosas, tanto aqui como no Rio, pouco ou nenhum benefício advenha para a sociedade; quando muito sae para algum estomago uma tijela de caldo, mas a carne fica lá.

Com os salesianos são diferentes os resultados colhidos, e elles bem patentes ahi estão (UM DISCIPULO DE DOM BOSCO, 1903).

Deu-se, assim, a diferenciação do Liceu em relação às outras congregações. A partir do caráter formador e educador, que vinha sendo afirmado nos outros monumentos produzidos pelo Liceu, para este autor justificam-se as ideias anticlericais como úteis à sociedade.

Entretanto, a polêmica em torno do Liceu estendeu-se, e seu diretor respondeu às acusações com um texto — "Uma declaração provocada" — publicado no próprio *O Estado de S. Paulo*. O mesmo texto foi ainda publicado nos jornais *A Platea*, em 14/15 de maio; *Correio Paulistano*, 16 de maio; *Diário Popular*, no mês de maio; e, finalmente, no *Boletim Salesiano* de outubro de 1903, que retomou todas as publicações e os acontecimentos (BOLETIM SALESIANO, 1903, p. 278). Mais uma vez, a relação salesiana com a sociedade foi afirmada através da classificação do religioso como "eminentemente popular" e, por isso, ele devia ser conhecido do povo, a fim de ser também avaliado como merecia. Para essa finalidade, o artigo discorre sobre a "vida econômica do Lyceu do S. Coração, extrahida dos exercícios passados e dos livros deste estabelecimento". Cada uma das categorias é exposta, da mesma forma que o rendimento em cada uma:

Cathegoria I: 36 são pensionistas estadoaes, subvencionando o governo do Estado por elles com 36.000\$000

Cathegoria II. 91 são completamente gratuitos, por serem orphãos ou desamparados.

Cathegoria III. 85 são semi-gratuitos isto é, auxiliam com pequenas quantias de 15\$000 a 30\$000 mensaes.

Cathegoria IV: 89 são contribuintes, de 40\$000 mensaes. (UMA DECLARAÇÃO PROVOCADA, 1903)

Apresentando a soma de 301 alunos, a exposição do diretor revela aproximadamente 58% dos alunos (176) sustentados em parte ou inteiramente pelo próprio estabelecimento. Em seguida, é exposto o total de gastos anuais do estabelecimento:

54:600\$000 custeio dos meninos amparados no Lyceu e completamente gratuitos;

15:300\$000 necessario para completar as despezas dos semi-gratuitos;

20:000\$000 prejuizo calculado sobre os contribuintes;

25:200\$000 custeio do pessoal docente do Lyceu

14:400\$000 conservação dos immoveis, concertos e acquisições indispensáveis;

10:800\$000 juros das dívidas atrazadas;

140:300\$000 Total ou mínimo que o Lyceu deve arrecadar annualmente para não agravar ainda mais o estado já tão precário do estabelecimento. (UMA DECLARAÇÃO PROVOCADA, 1903)

Desses números devem-se ainda subtrair as verbas de 10:800\$000 do governo estadual; 4:000\$000 da Câmara Municipal e das loterias em benefício do Liceu; e os donativos espontâneos que, naquele ano de 1903, até o mês de maio, já compunham um total de 9:808\$000 em dinheiro e 2:027\$000 em gêneros alimentícios e roupas (BOLETIM SALESIANO, 1903, p. 280). A partir desses valores, a quantia de 72:830\$000 a 71:555\$000 (calculados a partir do mínimo e máximo com que um semigratuito poderia contribuir) ficava sob responsabilidade dos Salesianos. Ainda era possível esperar algum rendimento das oficinas<sup>48</sup>.

O cálculo dos valores apresentados permitia chegar a um alto custo mensal para o sustento daquela obra. O que, se poderia despertar comoção e angariar ajuda financeira, foi questionado pelo jornal de distribuição gratuita *O Livre Pensador* de 15 de julho de 1903. Nele, os gastos foram contestados no seu valor e na sua necessidade. Exemplo disso era a despesa com corpo docente, considerada grande e injustificada, uma vez que o cargo deveria ser exercido sem remuneração pelos próprios salesianos. Das oficinas, cuja qualidade era considerada igual à das fábricas, os lucros não registrados foram questionados. Ainda é citada uma dívida cujos motivos ou origem não se conheciam. O texto acaba chamando os salesianos a explicações públicas:

É necessidade portanto que os salesianos venham dizer ao publico, porque é delle que vivem, qual é a ração alimentar de cada alumno, especificando a qualidade e a quantidade, e qual é o regime physico e hygienico a que os meninos estão sujeitos.

Muitas mais coisas temos a dizer, mas, esperando uma resposta dos salesianos, ficamos por aqui. (LIVRE PENSADOR, 1903)

A notícia ocupou três colunas da primeira página do jornal, evidenciando-se um esforço para manter a atenção popular voltada para a questão financeira do Liceu. Ao

comercial. Tudo somado, as escolas profissionais apresentavam déficits significativos, que os padres procuravam cobrir com os saldos gerados pelo ensino pago pelos 'estudantes', internos e externos''. (CUNHA, 2000, p. 55)

114

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Em seu estudo sobre o ensino profissional, Cunha discorre sobre os benefícios das oficinas para o Liceu: "Era nas oficinas ligadas às artes gráficas (tipografia, fundição de tipos, encadernação) que se ministrava ensino profissional de melhor qualidade, e os formados eram procurados pelas empresas do ramo. Essas oficinas, por serem altamente mecanizadas, produziam obras pelo regime de encomendas, gerando recursos para as demais, deficitárias. As oficinas de alfaiataria e de sapataria procuravam obter recursos mediante a venda de roupas e calçados aos estudantes internos dos cursos secundários e

questionar suas finanças, foram colocadas sob suspeita a finalidade e a moral não apenas dessa instituição, mas de todas as iniciativas católicas.

A resposta católica não tardou a chegar. Na edição de 23 de maio, o jornal *O Estandarte Catholico* publicava um artigo com o título "Triste!". Saindo inicialmente em defesa dos salesianos, que "ultimamente atacados por certos indivíduos que se importam tanto com a honra alheia quanto com a primeira camisa que vestiram", o artigo classifica os religiosos da congregação como quem "vive de sacrifícios em bem da humanidade". Em seguida consideram as acusações, "uma guerra sem trégua a Egreja e a seus ministros". Dá-se, assim, o contra-ataque católico, convocando todos os católicos dormentes e os que não cochilam para um combate com as ideias anticlericais: "É a hora do poder das trevas! Temos que empenhar-nos em grandes luctas; porém nada receiemos!" (O ESTANDARTE CATHOLICO, 1905).

Ainda foi encontrada uma nova nota, do ano seguinte, publicada no *Correio Paulistano*, assinada pelo diretor do Liceu, P. Zeppa, em 20 de julho de 1904, em que o salesiano declarava que o ensino do Liceu era aberto e disponível a dar maiores informações sobre seu sistema. Os programas para os cursos estavam disponíveis em redações de jornais ou poderiam ainda ser enviados (gratuitamente) a quem requisitasse. Por último, convocava os ex-alunos para informar melhor sobre a formação recebida em relação ao patriotismo, ao emprego e aos gastos das verbas públicas e de caridade, e ao regime da vida e do sacrifício das casas salesianas (ZEPPA, 1904).

A convocação aos alunos do Liceu, o chamado para luta, fazia parte da mentalidade católica ultramontana. Se o catolicismo brasileiro e iluminista permitia aos fiéis assumirem-se católicos e maçons ou serem indiferentes às encíclicas papais, a reforma clerical brasileira liderada pelos bispos D. Antonio de Macedo Costa e D. Vital incitavam à definição:

O catolicismo brasileiro autentico abandonava a morna indiferença e se fazia a força conservadora, o dique contra a corrente liberal e cientificista que avançava e que , a despeito dessa reação, iria impregnando o espírito das instituições, com sucessivas conquistas, "ilustrando" o país para levantá-lo ao nível do século, fazendo sentir, enfim, com toda a intensidade no Brasil o eco da modernidade que dominava a Europa (BARROS, 1959, p. 42).

A luta a que *O Estandarte Católico* chamava era a luta contra as ideias liberais e o cientificismo. O Liceu tinha o objetivo de mostrar que também poderia modernizar o país. Através dos ideais católicos, poderia inserir em seus alunos o trabalho e a obediência como meios de servir a nação. Se, através dos seus prospectos e

regulamentos, mostrava uma configuração do tempo e do espaço voltados para a formação de ofícios, por meio de cartões e notícias afirmava estar fazendo bem à sociedade. No final do século XIX, a capacitação de artistas que dominavam um processo de produção poderia aumentar a oferta de serviços. Era esse o bem relacionado ao ofício que o Liceu poderia oferecer a uma sociedade em que a industrialização era nascente e o comércio emergente.

Apesar das críticas, a atenção voltada para a ação salesiana no Liceu serviu também como divulgadora do discurso de bem para a sociedade, além de reafirmar seus valores. Termos como "sacrifício", "pobreza", "mendicância", citados nas defesas reafirmaram o que os salesianos apresentavam em notícias e cartões. O interesse salesiano em insistir nos valores de simplicidade e caridade buscava relacionar essas características ao perfil da Igreja Católica. Ao destacar a simplicidade e a caridade, o Liceu exaltava a Igreja Católica e condenava o protestantismo:

Entretanto, é essa negação de fé, o que opõe a nossa antiga e bella fé romana, tão una, tão compacta, tão bem organisada, que provoca a admiração e o espanto de seus próprios inimigos. E é essa construcção, de alicerces carcomidos, e apoiada sobre a areia movediça do capricho individual, que se pretende pôr em logar da Egreja de Pedro, assente sobre o rochedo de Christo, - Egreja que há vinte secculos soffre o furioso embate da tempestades da heresia, mas que firmada nas promessas de seu fundador, levanta-se radiante, invencível, immaculada até a consumação dos tempos! (REVISTA SANTA CRUZ, 1900, p. 243-244)

A unidade e a estabilidade da Igreja Católica serviam para legitimá-la como a verdadeira religião diante das ideologias e das religiões em expansão no século XIX. Seus dois principais concorrentes eram as ideias liberais e cientificistas e as religiões protestantes. Porém o combate a umas ou outras tinha o mesmo sentido: impedir a concorrência e manter a influência da religião católica sobre o Estado.

Se, na constituição de 1824, a Igreja Católica era a religião oficial, apenas com a proclamação da República permitiu-se o culto público de outras religiões e foi estabelecida a separação da Igreja do Estado e concedida a liberdade de culto (FAUSTO, 2010, p. 149-251). A celebração do casamento e a administração dos cemitérios passaram a ser responsabilidades do Estado. Diante desse quadro, a "Pastoral Coletiva" e o documento que circulou apenas entre o clero, "Alguns pontos de reforma da Igreja do Brasil", ambos de autoria de D. Macedo e escritos em 1890, acusavam a laicização do casamento e dos cemitérios, lamentando a liberdade de culto e convocando o clero para a consolidação de uma Igreja Católica unida e obediente a Roma (NEVES, 2009).

O Sistema Preventivo Salesiano, ao unir em seu tripé a razão e a fé, tentava responder à concepção liberal, sem se esquecer da concorrência protestante. As duas frentes com que devia disputar espaço continuavam sendo as mesmas, porém a ordem política alterou os procedimentos. Em vez de confrontar, a Igreja oferecia meios de conciliação através das congregações educativas voltadas à formação de trabalhadores. O ensino profissional como o combate à marginalidade infantil foi fortalecido com os princípios preventivos. A Igreja oferecia, para essa nova cidade de homens, a disciplinarização da massa.

Com essa função, a Igreja tornou-se útil para o Estado, e o Liceu ocupou um novo lugar. Se esses feitos não conseguiram combater o liberalismo, o cientificismo e as propostas protestantes, conseguiram fortalecer o catolicismo ultramontano na sociedade republicana, ao aproximar a Igreja de uma massa de trabalhadores, jovens e crianças. A consolidação das congregações europeias romanizadas permitiu um fortalecimento da Igreja Católica contra o laicismo<sup>49</sup>.

O discurso da importância dos salesianos deu-se pela sua função estratégica na própria ação da Igreja Católica, consistindo em alcançar a população jovem mais carente, fazendo-se nela presente através dos oratórios, das ações pastorais e principalmente, como aqui foi tratado, no ensino voltado à formação de trabalhadores.

Finalmente, em relação ao Estado, o bem para a sociedade era também divulgado como uma oferta de ensino. Além do combate do catolicismo ao laicismo e às vertentes protestantes, havia também o interesse salesiano na adesão de mais alunos que pudessem ser financiados pelo Estado.

A insuficiência do Estado para fornecer educação a todos e, simultaneamente, a defesa da instrução para a população proporcionaram polêmicas sobre a liberdade de ensino. No movimento da ilustração brasileira defendia-se a liberdade de consciência individual. Rui Barbosa, um de seus principais propagadores, defendia a liberdade de ensino como meio de reconhecer a alteridade do povo e oferecer-lhe meios para a instrução (BOTO, 1999):

Em suma, só almejo a liberdade de ensino, até onde chegar a liberdade, franqueada a todas as crenças, de se manifestarem, a todos os partidos, de fundarem escolas, e não como abstenção completa do Estado em todas as questões que toquem ao domínio da instrução geral. O ensino oficial não

\_

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Não desejando olhar os fatos sob uma perspectiva do que aconteceria posteriormente, esta nota tem o objetivo apenas de situar a polêmica do Liceu em um processo de romanização do clero brasileiro, que tem alguns momentos expressivos com a Pastoral, em 1916; com a criação, no Rio de Janeiro, da revista *A Ordem*; e, em 1922, com a fundação do centro D. Vital.

deve embaraçar o ensino livre; mas, por enquanto, o ensino livre não poderia suprir a falta do ensino oficial (BARBOSA apud BOTO, 1999)

A liberdade de todas as vertentes na educação não anula a função do Estado de oferecer um ensino que possa garantir a liberdade de consciência. Por outro lado, ao tentar convencer a população de que a tarefa de educar pode ser confiada a outras instâncias, em específico nesse cenário de concorrência para as próprias iniciativas católicas, a Igreja Católica não atribui a educação como um tema para cuidado do Estado.

A questão remete a uma discussão sobre o Estado, suas áreas de autonomia e as interferências de outras instâncias. A discussão que se tinha antes da proclamação da República revelava-se ali refigurada, mas sob as mesmas questões. Enquanto liberais defendiam uma laicização do Estado, a Igreja Católica tentava atribuir a si novas responsabilidades no que diz respeito ao campo da educação.

A disputa pelo campo da educação retoma a ideia de Varela sobre controle da educação e controle político. Ao perder espaço e direitos constitucionais na República, a Igreja tentou, por meio da educação, afirmar sua importância. Porém essa disputa não se esgotou nesse debate. Ao contrário, desdobrou-se ao longo dos anos, provocando debates sobre a escola pública, a liberdade das escolas particulares e o direito a ensino religioso, até a contemporaneidade.

As questões trazidas neste trabalho permanecem ainda hoje como dilemas da educação, refletindo os impasses para a realização de um projeto de educação que, a partir do poder público, possa patrocinar o conhecimento e o bem-estar de seus cidadãos, sem proveito de nenhum grupo particular. Assim, ainda que relacionado a um quadro de 1954, o texto abaixo, de José Mario Pires Azanha, de 1999, talvez possa ser aplicado ao início do século XX, no que diz respeito à indeterminação das atribuições do Estado. A continuidade da questão ao longo do século XX mostra, na discussão sobre o papel do Estado, uma dificuldade da nação em definir os interesses públicos e privados para a ação estatal.

O quadro educacional de hoje tem fortes semelhanças com aquele de há quarenta anos naquilo que apresenta de confusão conceitual induzida. Confunde-se a liberdade de ensino com a desregulamentação permissiva, principalmente no ensino superior; confunde-se o papel do Estado como educador com o de simples provedor de recursos para interesses que não são os públicos; e, por fim, confunde-se a qualidade da educação com uma suposta satisfação do consumidor simplesmente aturdido pela insegurança do futuro de seus filhos (AZANHA, 1999).

### **Considerações Finais:**

O surgimento dos salesianos estava voltado inicialmente aos jovens mais carentes. Ao formá-los em uma profissão, a congregação introduzia também os valores do catolicismo como modo de vida. A iniciativa de Turim foi muito bem aceita pelo Vaticano, pois oferecia uma forma de preventividade, disciplinarização e racionalidade que envolvia jovens de diferentes situações econômicas e sociais. Pouco tempo depois, os salesianos expandiram-se para outras nações e continentes, a fim de levar a mesma proposta educacional, atendendo localmente os interesses da Igreja e possibilitando uma conquista de alunos, fiéis e benfeitores que viabilizasse não só sua consolidação, mas a expansão para outros locais.

No contexto de São Paulo, na transição do século XIX para o XX, o sistema preventivo teve que adaptar-se aos interesses dos grupos que lhe interessavam como clientela e como parceiros. Nos primeiros 25 anos, a clientela formou-se por alunos provindos das regiões ligadas à economia cafeeira: podiam ser órfãos ou não; contar com a estrutura familiar de mãe e pai casados; ou ainda ser custeados por terceiros. O ensino primário despontou como a principal formação procurada por seus alunos.

Apesar de distinguir-se da primeira ação educativa oferecida em Turim, os salesianos, em São Paulo, através do ensino primário, atendiam o governo, ministrando um ensino responsável pela alfabetização e pelas operações matemáticas. Era a primeira etapa para capacitar os alunos a diferentes tipos de serviços e para possibilitar-lhes votar, preenchendo os requisitos para serem considerados cidadãos.

A cidadania da transição do século XIX para o XX trazia o debate das ideias liberais e laicas. A vinda dos salesianos para o Brasil, mais especificamente para São Paulo, pretendia não só ocupar um espaço que se tornava disputado por iniciativas protestantes, mas desempenhar uma nova função junto ao Estado.

Se a Igreja do Padroado não mais condizia com os ideais romanizados da Igreja, a sua intenção centralizadora e teocrática em relação ao Estado também não fora aceita pelas ideias liberais. O quadro de disputa que se formara dizia respeito às diferentes orientações e às diferentes concepções do Estado. Se não conseguiu derrotar os ideais laicos e anticlericais, a Igreja conseguiu penetrar nas massas populares através dos trabalhos das congregações européias recém-chegadas ao Brasil.

Os salesianos eram apenas uma dessas congregações e dedicaram-se ao bem da sociedade, se não através do ensino profissional, através de uma formação que valorizasse o estudo como um trabalho e condicionasse o tempo e o espaço escolares a

sucessivas ocupações que tinham no seu dever com Deus a sua obrigatoriedade e, na vigilância, o desempenho segundo a indicação dos religiosos. O que disso diferenciasse era considerado pecado, e o objetivo de todos os alunos era evitá-lo ao máximo.

Ao tentar analisar alguns procedimentos da Congregação salesiana no que diz respeito ao seu modo de formar trabalhadores (artistas, profissionais para o comércio ou para a sala de aula), foi possível apreender algumas características no processo de educação do Liceu. A cultura salesiana, aplicada especificamente em São Paulo e movida pelos interesses da Igreja, estabeleceu um projeto educativo próprio, o qual, segundo Vidal, pode ser classificado também como escolarização:

Evidencia-se como importante atentar para os vários projetos educativos colocados em jogo por movimentos ou grupos sociais (movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes, dentre outros) na criação de escolas, na definição de modelos educacionais e no funcionamento de iniciativas em permanente diálogo e negociação com os investimentos oficiais (VIDAL, 2008, p. 28)

Nesse sentido, a definição de um modelo educacional para o Liceu nos seus primeiros 25 anos atendeu à necessidade da Igreja Católica de romanizar o ensino popular. A ação salesiana propôs, pela educação, a aproximação a determinada clientela e o diálogo com o Estado, ao alegar o bem social que estava a fazer.

Através dessa ação, os salesianos puderam justificar sua atuação como importante à cidade. Se, em um ambiente interno, os religiosos adaptaram seu sistema preventivo a determinada demanda, para o ambiente externo, eles expuseram essas ações como as necessárias a serem realizadas em São Paulo.

Com esse olhar, o Liceu apresentou-se desempenhando uma ação necessária para a instrução de seu povo, que muitos designavam como sendo do Estado. Ao realizá-la, o Liceu ofereceu sua parceria para exercer uma responsabilidade pública.

Prospectos, cartões, fotografias, notícias, publicações foram elaborados contemporaneamente como divulgadores desse discurso. Preservados e divulgados como as lembranças do Liceu, essas fontes colaboraram para a construção da importância atribuída ao Liceu na cidade de São Paulo. "Tanto as fontes históricas, quanto produzidas pela intenção humana, como os escritos dos historiadores são ligados a 'pontos de vista' específicos" (GINZBURG, 1999, p. 194).

Além da necessidade de considerar a parcialidade das fontes para o início de qualquer pesquisa histórica, os documentos construídos a partir do olhar dos salesianos intencionaram instituir lembranças acerca da relação do Liceu com a cidade. Essas

lembranças reunidas legitimaram uma memória coletiva que engrandecia e destacava o Liceu no seu caráter histórico em São Paulo.

O uso da memória coletiva porta também uma função de preservação, ao valorizar seu passado como um patrimônio, orientando a conservação de suas obras. Por esse motivo, explica-se a insistência em manter o Liceu aberto: a luta pela sua preservação significa também a luta por uma memória que concebe aos salesianos uma identidade atuante na cidade.

O olhar da Congregação para a cidade configura um quadro de necessidade que só pode ser suprido pela orientação católica. Esse posicionamento está presente na Congregação como um todo, extrapolando o cenário paulistano e criando uma dinâmica salesiana que oferece benefícios católicos e sociais, padronizando os cidadãos e suas necessidades conforme as ações que oferece.

A valorização de seu passado e o investimento em sua preservação estabeleceu aos religiosos e aos leigos envolvidos uma ideia de si mesmos como benfeitores da juventude. Entretanto, essa ideia não é exclusiva dos salesianos.

Dom Bosco integra uma lista de sacerdotes europeus que, na primeira metade do século XIX, dedicaram-se à educação de uma infância pobre, oferecendo-lhes uma formação para um ofício e uma orientação de vida sob os preceitos católicos. O pesquisador salesiano Pietro Braido localiza a influência preventiva que o fundador salesiano recebeu de homens e instituições<sup>50</sup> que, preocupados com a juventude, empreenderam ações que se legitimaram como preventivas: "Trata-se de educadores e educadoras, muitas vezes próximos geograficamente, que em alguns casos o influenciaram ou poderiam ter influenciado, seja porque pôde ler alguns escritos seus ou deles teve alguma notícia" (BRAIDO, 2004, p. 89).

A influência de ações preventivas retomou também ações de ordens mais antigas, como os Barnabitas e os Irmãos das Escolas Cristãs. Da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo, ou barnabitas, fundada por Antonio Maria Zaccaria (1502-1539), a disciplina afetuosa com que dirigiram colégios a partir de XVII serviu de inspiração não só a Dom Bosco, mas ao próprio João Batista de La Salle, que os quis como educadores do colégio de Annecy (BRAIDO, 2004, p. 112). La Salle (1651-1719)

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Entre esses, são levantados os nomes dos irmãos Antonio Ângelo (1772-1858) e Marco Antonio (1774-1853) Cavanis, Ludovico Pavoni (1784-1849), Marcelino Champagnat (1789-1840), Teresa Eustochio Verzeri (1801-1852) e Antonio Rosmini (1797- 1855) (BRAIDO, 2004, p. 89-112).

foi considerado como o "pioneiro da educação popular das crianças e dos jovens"<sup>51</sup> e fundou a congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs (lassalistas), aprovada pela Santa Sé apenas em 1725. Em suas ações educativas aos meninos filhos de artesãos e de humildes trabalhadores, La Salle tinha como objetivo "ensiná-los a ler e a escrever", "vivendo ao mesmo tempo como bons cristãos" e "procurando o bem do Estado" (LA SALLE, 1730[?], apud BRAIDO, 2004, p. 108).

O bem ao Estado proclamado por La Salle reflete a visão teocrática da Igreja Católica, servindo de modelo para novas ações. Dom Bosco expandiu essa visão, levando-a aos países onde os salesianos se consolidaram. Mais do que romanizar o ensino popular, os salesianos intencionaram cultivar uma aproximação com o Estado a partir de suas ações voltadas à população mais carente. As ações direcionadas a formar um trabalhador católico impunham regras e crenças que se colocavam como as únicas e verdadeiras. Afirmaram, assim, seu posicionamento perante outras religiões e propostas educativas.

A posição de exclusivismo do catolicismo ultramontano fez-se também presente na história salesiana, que apresenta suas ações como as ideias não só para a formação de trabalhadores, mas também para imigrantes, índios, ex-escravos. O processo de educação funde-se a um processo de evangelização que não distingue os valores civis dos religiosos porque, apesar do que defendem os liberais, esses valores não deveriam ter-se separado.

Tal posicionamento influencia o olhar da cidade para a Congregação. Como já demonstrado anteriormente, apesar das manifestações contrárias, os salesianos fizeram sua defesa, talvez porque esses bens de certa maneira lhes fossem convenientes; ou, muitas das vezes, foram defendidos pelos que acreditavam nas ações salesianas como verdadeiros bens à sociedade.

Os documentos destacam alguns nomes famosos da aristocracia paulista como colaboradores e doadores. Da mesma forma, as notícias anunciavam a participação de políticos em seus eventos. De uma parcela específica da cidade, esses grupos representavam a cidade pela qual a Congregação desejava ser vista.

Os documentos aqui trabalhados, mesmo que parciais, tiveram o objetivo de montar algumas das peças que deram início ao processo de escolarização do Liceu. Sob

\_

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Mensagem do Santo Padre aos Irmãos das Escolas Cristãs por Ocasião do Centenário da Canonização de São João Baptista de La Salle, João Paulo II, 2 de maio de 2000. *Disponível em:*<a href="http://www.vatican.va/holy\_father/john\_paul\_ii/speeches/2000/apr-jun/documents/hf\_jp-ii\_spe\_20000515\_scuole-cristiane\_po.html">http://www.vatican.va/holy\_father/john\_paul\_ii/speeches/2000/apr-jun/documents/hf\_jp-ii\_spe\_20000515\_scuole-cristiane\_po.html</a>. Acesso em: 15de fevereiro de 2011.

o olhar desta pesquisa, que considera a relação da Congregação com a cidade uma constante negociação de funções que nem sempre se compromete com os primeiros ideais da ação salesiana, o processo de escolarização distancia-se da visão de Isaú.

Uma visão mais comprometida da história com a instituição, como o caso das obras de Isaú, não questiona as finalidades e as condições de construções dos documentos. Pretendeu-se analisar determinados documentos que carregassem o discurso da instalação e da função que o Liceu se atribuía na cidade.

Pelo conceito de escolarização, sabe-se que a função de uma escola não pode ser determinada unicamente pela instituição escolar. Apesar de seus objetivos, o papel que uma escola desempenha na sociedade é definido ao longo dos anos, é dinâmico e muda conforme a relação com a sociedade.

No período aqui analisado, a sociedade paulistana desdobrava-se em diferentes ideias e propostas de disciplinarização pela educação. A escola era apenas uma delas. E o ensino primário era um meio de alcançar uma população pobre, excluída dos benefícios da urbanização. Fazia-se necessário formá-la em um ofício, a fim de que a criança pudesse tornar-se um trabalhador livre e apto a votar. Assim se definia o cidadão: não escravo e com direito a votar.

A função que o Liceu desempenhou foi justamente esta: capacitar os membros de uma população mais jovem a tornarem-se cidadãos, no sentido defendido pelos republicanos. Essa função permitiu aos salesianos a construção do discurso de bem social. Tal discurso possibilitou a elaboração de textos, cartões, fotografias e ainda sua preservação, juntamente com os documentos que, produzidos pela sociedade, se referissem ao papel do Liceu. Mesmo que essas opiniões fossem contrárias ao dos religiosos.

O olhar da Congregação para a cidade e a maneira pela qual desejava ser vista por ela construiu uma história salesiana, a qual Isaú divulga e os salesianos se esforçam em conservar através dos seus documentos, de seus prédios.

Por outro lado, sobre o olhar da sociedade para a Congregação seria necessário uma nova pesquisa capaz de captar os processos de apropriação das funções da Congregação pela e para a sociedade. Entretanto, as notícias, as críticas, as polêmicas abordadas aqui mostram que, de certa forma, os salesianos conseguiram o que almejavam: foram vistos da forma que desejavam por uma classe dominante. Esse olhar permanece ainda na contemporaneidade, com a presença da instituição na imprensa e com uma repercussão que obtém da sociedade uma mobilização a seu favor.

Independentemente do futuro do Liceu, essa história salesiana construída ao longo dos anos pelos e para os salesianos, alunos e leigos, conseguiu estabelecer lembranças que motivassem a preservação de seu passado, posicionando-os no presente e possibilitando seu planejamento para o futuro.

## Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

A EXPLORAÇÃO SALESIANA, O Estado de S.Paulo, 18 de maio de 1903. Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc., Arquivo da Inspetoria Salesiana, vol.1, p. 52.

AS NOSSAS INDUSTRIAS, Correio Paulistano, 28 maio 1903. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1.

AZANHA, José Mário Pires. Roque Spencer Maciel de Barros, defensor da escola pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n.1, jan./jun. 1999. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1517-97021999000100013">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1517-97021999000100013</a>. Acesso em: 03 fey. 2011.

AZEVEDO, José Vicente. Título do artigo. Caixa do Liceu nº 7, 1898. Arquivo da Inspetoria de São Paulo. Manuscrito.

AZEVEDO, Manoel Antônio Duarte de. Editorial. *Província de São Paulo*, p. 1, 18 mar. 1888. Arquivo de *O Estado de S. Paulo*.

\_\_\_\_\_. *Educação popular*. Discurso Proferido no Primeiro Congresso Catholico Diocesano de S. Paulo. São Paulo: Escola Typographica Salesiana,1902.

AZZI, Riolando. *Os salesianos no Rio de Janeiro*: os primórdios da obra salesiana. São Paulo: Salesiana, 1982.

\_\_\_\_\_. *A obra de Dom Bosco no Brasil*: cem anos de História. Barbacena: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000. V. 1.

\_\_\_\_\_. *A obra de Dom Bosco no Brasil*: cem anos de história. São Paulo: Salesiana, 2003.

BAPTISTA, João Alfredo. *Diário de São Paulo*, 22 jul. 1907. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1.

BARBANTI, Maria Lucia. Liberalismo, protestantismo e Educação na Itália do Risorgimento. *Didática* - Revista Científica da UNESP, Marília, v. 19, p. 1-23, 1983.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. História e Filosofia da Educação — Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, Boletim n. 241, n. 2, 1959.

BARROSO, Antonio Guimarães. Livro de Tombo para a Igreja do Sagrado Coração. São Paulo: Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Nacionalismo e catolicismo no Brasil: a participação dos colégios Salesianos nos desfiles patrióticos (1916-1917). In: ISTITUTO STORICO SALESIANO. *L'Opera Salesiana dal 1880 al 1922* – Significatività e portata sociale. Roma: LAS, 2000. v. 3.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. In: AZZI, Riolando (Org.). *A vida religiosa no Brasil:* enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983.

BILHETE PARA OFFERTA DAS ESMOLAS. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3.

BILHETE PARA OFERTA DAS ESMOLAS, 1899. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3.

BOLETIM SALESIANO – *Revista das Obras de Dom Bosco*, Oratório São Francisco de Sales, Rua Cottolengo, 32, Turim. Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo, 1903.

BOLLETTINO SALESIANO. Disponível em: http://biesseonline.sdb.org/bs/.

BONTEMPI JR., Bruno. Do vazio à forma escolar moderna. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*: a cidade no Império. São Paulo: Paz e Terra, 2004. V. 2.

BOSCO, João. Scritti sul Sistema Preventivo nell'Educazione della Gioventú. In: BRAIDO, Pietro (Org.). *Scritti sul Sistema Preventivo nell'Educazione della Gioventú*. Brescia: La Scuola Editrice, 1956.

|              | Avvisi ai cattolici in Opere Edite: reprodução anastática. Roma: LAS, |
|--------------|---|
| 1977-1987.   |   |
|              | Memórias do Oratório São Francisco de Salles 1815-1888. Rev.          |
| Antonio da S | ilva Ferreira. São Paulo: Salesiana, 2005. 38 v.                      |

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n. 38, 1999. Disponível em: <a href="https://www.scielo.com.br">www.scielo.com.br</a>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAIDO, Pietro. Breve storia del "sistema preventivo". Roma: LAS, 1992.

\_\_\_\_\_. *Prevenir, não reprimir:* o sistema educativo de Dom Bosco, São Paulo: Salesiana, 2004.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda, População e Sociedade em São Paulo no século XIX in PORTA, Paula (org.), *História da Cidade de São Paulo*, v. 2: a cidade no Império, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, Marta. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.), História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997. \_\_\_\_. A escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. CERIA, Eugenio. Annali della Società Salesiana I – dalle origini allá morte di S. Giovanni Bosco (1841-1888). Torino: Salesiana, 1941. CERINOTTI, Angela. Santos e beatos de ontem e de hoje. Trad. Esníder Pizzo e Maria Margherita de Luca. São Paulo: Globo, 2004. CIMINO, James. Escola de Monteiro Lobato definha na Cracolândia. Folha de S. Paulo, São Paulo, ano 89, n. 29428, 28 out. 2009, Caderno Cotidiano, p. C4. CIRCULAR SOBRE O PROSPECTO DE FREQÜÊNCIA DO EXTERNATO, 1 jun. 1894. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 2. CIRCULAR, 18 set. 1898. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3. CONFERÊNCIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, caixa 1886-1891, 01-03-012. São Paulo: Arquivo Metropolitano de São Paulo. COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. Luzes e sombra: uma visão da educação feminina no final do século XIX e início do XX. São Paulo: All Print, 2006. LEIS PROVINCIAIS Nº 2, Correio Paulistano, nº 9445, 07 fev. 1888. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 4 UM VISITANTE RECEM-CHEGADO, Correio Paulistano, n. 9051, 25 de out. de 1886. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus - recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 1a. \_\_\_\_\_, n. 9899, 25 jul. 1889. In: *Crônicas do Liceu Coração de* Jesus – recortes, notícias, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 20. \_\_\_, 25 mar. 1909. In: Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes, notícias, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1. COSTA, Mauro Gomes (Org.). A ação dos salesianos de Dom Bosco na Amazônia. São

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: DF FLASCO, 2000.

Paulo: Salesiana, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil, *Ideologia e educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

DALCIN, Andréia. Cotidiano e praticas salesianas no ensino de matemática entre 1885-1929 no Colegio Liceu Coração de Jesus de São Paulo: construindo uma história. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites:* o Ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DAMAS, Luiz Antonio Hunold de Oliveira. *A preventividade na educação salesiana:* gênese e desenvolvimento até sua consolidação no Ensino Superior. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

D'AVILA, Luis Felipe Chaves. D. Veridiana. São Paulo: Girafa, 2004.

DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão:* as dificuldades da confissão no século XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DEODATO, Lino. Subscripção em favor das obras do Liceu Sagrado Coração de Jesus em São Paulo, 10/08/1882. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo. v. 3.

ESCOLAS PROFISSIONAES SALESIANAS. Estatutos e Programmas de Ensino do Liceu do Sagrado Coração – Artes, Officios, Commercio. Caixa do Liceu nº 7. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo, 1908. 3 ex.

FARIA FILHO, Luciano Mendes, Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Casimiro; MACEDO, Elisabeth (Org.). *Disciplinas e integração curricular:* história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_, Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FERREIRA, Antonio da Silva. O sistema educativo de Dom Bosco e a educação brasileira (1883-1932). In: CONVEGNO INTERNAZIONALE DI STORIA DELL'OPERA SALESIANA CIUDAD DE MEXICO, 4., 12-18 febbr. 2006. *Atti.*...

L'educazione salesiana dal 1880 al 1922. Istanze ed attuazioni in diversi contesti. Roma: LAS, 2007. v. 2.

FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso:* a prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919). Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1998.

FREITAS, Senna. Apelo. *O Thabor*, 16 abr. 1885. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira:* nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo na virada dos séculos XIX e XX. *Cadernos da História de São Paulo* — Museu Paulista da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, v. 3 e 4, 1994-1995.

HILSDORF, Maria Lúcia; SOUZA, Maria Cecília C. C. *Entre oligarquias republicanas e Igreja Montana, um olhar para os esquecidos:* José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. São Paulo: FEUSP, 2000.

Império-República: escolas americanas de confissão protestante".

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções:* Europa 1789-1848. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ISAÚ, Manoel. *Liceu Coração de Jesus:* cem anos de atividades de uma escola numa cidade dinâmica e em transformação. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1985.

\_\_\_\_\_. As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação: luzes e sombras na prevenção à violência em educação. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.

JORNAL DO COMÉRCIO, 2 jan. 1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3. JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan./jun. 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. Cotia/ SP: Ateliê Editorial, 2002.

LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, ano. v. 18, p. 4373.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LYCEU DO CORAÇÃO DE JESUS, Correio Paulistano 01/11/88 nº 9651, Crônicas do Liceu Coração de Jesus – recortes e programas, etc. vol. 3.

LIVRE PENSADOR, Salesianos, O Estado de S.Paulo, 08 maio.1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 43.

LIVRE PENSADOR, 15 jul.1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 2.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos:* história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAINWARING, Scott, *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*, São Paulo, Brasiliense, 2004.

MARCIGAGLIA, Luiz. *Os salesianos no Brasil:* ensaio de crônica dos primeiros vinte anos da obra de Dom Bosco no Brasil (1883-1903). São Paulo: Salesiana, 1955.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*: 1890/1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Solidariedade e conflito:* estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de D. Macedo Costa (1862-1889). Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, maio-ago. 2000.

OS SALESIANOS, O ESTADO DE S.PAULO, 7 de maio 1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 38b.

O ESTADO DE S.PAULO[?], 10 de ago. 1907. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3.

O LIDADOR, n. 17, 19 jul. 1891. In: LYCEU DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 23.

OS SALESIANOS, Correio Paulistano, 20 mar. 1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, notícias, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 40.

PAROLA CHIAVE: DIZIONARIO DI ITALIANO PER BRASILIANI. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PAULA, Antonio Pacheco. *Manual do colaborador salesiano*. Brasília: Cisbrasil – CIB, 2008.

PERES, Fernando. *Revisitando a trajetória de João Penteado:* o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PESTANA, Rangel Francisco. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 25 out.1882. Arquivo de *O Estado de S. Paulo*.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PRIMÁRIO E PROFISSIONAL COMERCIAL 1894-1896. São Paulo: Arquivo da Secretaria do Liceu. Manuscrito.

PROGRAMMA DO EXTERNATO DO LYCEU DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3, p. 18.

PROSPECTO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS [1895-1901?]In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programmas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3, p. 17.

RAMPI, Dorcelina de Fátima. *A formação de professoras da Escola Normal do Colégio Santa Inês:* a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937). Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez; Autores Associados. 1981.

REPOSITÓRIO DA UNIVERSIDADE DE AÇORES. Disponível em: <a href="http://biblioteca.universia.net/html\_bura/ficha/params/id/49368188.html">http://biblioteca.universia.net/html\_bura/ficha/params/id/49368188.html</a> . Acesso em: 15 jan. 2011.

REVISTA SANTA CRUZ. Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo, ano 2, n. 5, p. 145, fev. 1902a.

REVISTA SANTA CRUZ. Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo, ano 2, n. 12, p. 337-340, ago. 1902b.

REVISTA SANTA CRUZ. Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo, ano 11, nº 11, p. 425, ago.1911.

RIZZINI, Irma. Disciplina e transgressão nos asilos para a infância desvalida (século XIX). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís do Maranhão. *Anais...* Mídia digital. ISBN 978-85-7862-138-4.

ROCKWELL, Elsie. Metáforas para encontrar histórias inesperadas. In: NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes (Org.). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argymentym, 2007.

ROSSI, Clóvis. Os cacos de uma cidade. *Folha de S. Paulo*, ano 89, n. 29429, 29 out. 2009. Editorias, p. A2.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. A associação protetora da infância desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2001.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2011.

SHIEH, Cynthia Lushieun. *O que ensinar nas diferentes escolas primárias paulistas:* um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929). Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. *A cidade, a Igreja e a escola:* relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Tomas Tadeu da. *O currículo como fetiche*: a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização. In PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo:* a cidade na primeira metade do século XX 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004. V. 3.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização*: a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910). Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TRISTE!, O Estandarte Catholico, 23 maio 1905. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, . 38

TURISMO DE RELÍQUIAS. IstoÉ, São Paulo, n. 2091, 9 dez. 2009.

UM DISCÍPULO DE DOM BOSCO, Ataque injusto, *Diário de S.Paulo*, 18 maio. 1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programmas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 3.

UM DISCÍPULO DE DOM BOSCO, Secção Livre. *Diário Popular*, 13 mar. 1903. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, 44.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Porto Alegre, *Teoria&Educação*, n. 6, p. 68-95, 1992.

\_\_\_\_\_\_\_. *Arqueologia de la escuela*. Madrid: Las 
Ediciones de La Piqueta, 1993.

VIDAL, Diana (Org.). *Educação e reforma:* o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argvmentvum; São Paulo: CNPq/USP/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade:* a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VITOR, Manoel. *Padre Luiz Marcigaglia* – o educador e o apóstolo. São Paulo: Salesiana, 1975.

WERNET, Augustin. Os primórdios do ultramontanismo em São Paulo (1851-1906): perspectivas de pesquisa. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PESQUISA HISTÓRICA, 4., 1985. *Anais*...

ZEPPA, José, Uma Declaração Provocada, Correio Paulistano, 16 maio 1903. *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1, p. 38c.

\_\_\_\_\_\_, Correio Paulistano, 20 jul. 1904. In: *Crônicas do Liceu Coração de Jesus* – recortes, programas, etc. São Paulo: Arquivo da Inspetoria de São Paulo. v. 1.